

**ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA
LUIZ FELIPE FALCÃO (ORGS.)**

**CIDADES MÉDIAS DO BRASIL
NA HISTORIOGRAFIA
CONTEMPORÂNEA**



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

**CAMPINA GRANDE
CAMPO GRANDE - MS
CRICIÚMA
FLORIANÓPOLIS
JOINVILLE
NATAL
SÃO LEOPOLDO - RS
TERESINA
UBERLÂNDIA**



ISBN 978-85-8001-046-6



9 788580 010466

Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Luiz Felipe Falcão (orgs.)

Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea



Campina Grande - 2012
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
EDITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Prof. Thompson Fernandes Mariz
Reitor

Prof. Dr José Edilson Amorim
Vice-Reitor

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa De Souza
Diretor Administrativo da Editora da UFCG

Ingrid Ellen H. dos Santos
Editoração Eletrônica

Flávia Raquel Bezerra Cabral
capa

CONSELHO EDITORIAL

Prof ^o Benedito Antonio Luciano	CCEI
Prof ^o Carlos Alberto Vieira De Azevedo	CTRN
Prof ^a Consuelo Padilha Vilar	CCBS
Prof ^o Joaquim Cavalcante Alencar	CCJS (Souza)
Prof ^o Jose Helder Pinheiro	CH
Prof ^o Onaldo Guedes Rodrigues	CSTR (Patos)
Prof ^o Marcelo Bezerra Grillo	CCT



Campina Grande 2012
Todos os direitos reservados à Edufcg
edufcg@reitoria.ufcg.edu.br

C568

Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea / Antonio Clarindo Barbosa de Souza / Luiz Felipe Falcão (orgs.). - Campina Grande : EDUFCG, 2012. 192p.

ISBN 978-85-8001-046-6

1. História. 2. Cidades. 3. Festas. 4. Urbanização. 5. Migrações. I. Souza, Antonio Clarindo Barbosa. II. Falcão, Luiz Felipe. III. Título.

CDU 94

Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Luiz Felipe Falcão (orgs.)

Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea

Autores

Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Célia Rocha Calvo
Diego Finder Machado
Emerson César de Campos
Fabiano Quadros Ruckert
Lenita Maria Rodrigues Calado
Luiz Felipe Falcão
Marluza Marques Harres
Regianny Monte Lima
Renato Marinho Brandão Santos



Campina Grande - 2012

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

CAMPINA GRANDE

Lazer e desenvolvimento em uma cidade de porte médio entre as décadas de 1950 e 1960 do século XX 11

CAPÍTULO 2

CAMPO GRANDE, MS:

De um passado rural ao imaginário de uma capital “moderna” 39

CAPÍTULO 3

CRICIÚMA

Findo o Eldorado, vamos festejar !?: etnicidade e festas no sul do Brasil (1980-2002) 57

CAPÍTULO 4

FLORIANÓPOLIS:

Descaminhos da cidade: migrações, consumo, turismo e modernizações urbanas 79

CAPÍTULO 5

JOINVILLE

Pelas sombras da Urbe: (im)pertinências de uma cidade contemporânea 95

CAPÍTULO 6

NATAL - RN

Cidade ou Campo de Criação?: A intendência municipal e a busca por uma nova ordem urbana em Natal durante a Primeira República 119

CAPÍTULO 7

SÃO LEOPOLDO – RS

Experiências na construção do espaço urbano

133

CAPÍTULO 8

TERESINA

O verbo “Teresinar”: cotidiano e lazer na cidade dos excluídos

149

CAPÍTULO 9

UBERLÂNDIA

Um olhar sobre a cidade: Uberlândia e seus espaços nos referenciais culturais de algumas memórias e histórias

169

APRESENTAÇÃO

A intenção inicial desta obra era reunir trabalhos de pesquisadores que, no campo da História, estivessem voltados para uma das facetas mais importantes do Brasil contemporâneo, que é a emergência das cidades médias no cenário nacional e o papel cada vez mais significativo que elas desempenham em termos demográficos, econômicos, políticos e socioculturais, em meio a um intenso processo de urbanização ao longo do século XX e deste início de século XXI que se acelera a partir da década de 1950 e faz surgir um país urbano. À primeira vista, um desafio não muito difícil de ser enfrentado, em razão do número expressivo de historiadores e historiadoras que se dedicam aos estudos das cidades fora do âmbito das grandes metrópoles e, em especial, das diversas vagas de transformação e modernização urbana que as populações brasileiras têm experimentado nos últimos cem ou cento e poucos anos.

O desafio era, porém, bem mais difícil de superar do que se imaginava a princípio. De imediato, havia, e decerto ainda existe, o próprio problema da conceituação: como definir “cidades médias” e, sobretudo, como ajustar tal referência ao Brasil contemporâneo, tendo em vista uma dinâmica que se altera a cada momento e um referencial teórico-metodológico que se reajusta de modo incessante? Sim, porque a noção de cidade média, embora recente (seu emprego parece ter-se iniciado na França da década de 1970 relacionado a desconcentração urbana), sempre variou bastante, mesmo que por muito tempo o que se tinha em mente era o tamanho da população: a Organização das Nações Unidas, em alguns de seus documentos, refere-se às cidades médias fixando um mínimo de 100 mil habitantes e um máximo de dois ou três milhões, enquanto que os autores que realizam estudos de caso em nível nacional

apresentam valores bem inferiores, como estudos poloneses que as enquadram entre 30 e 100 mil habitantes. No entanto, o elemento central aqui não era exatamente a mensuração, como aparentava ser, mas uma comparação subjacente que procurava dispô-las num plano secundário perante outras cidades, maiores e mais dinâmicas.

Em muito por este motivo, começou-se a elaborar a partir das décadas de 1980 e 1990, uma nova conceituação capaz de ultrapassar a ideia de que as cidades médias seriam um instante ou lugar intermediário numa suposta evolução e hierarquia urbana, Em meio à nova situação criada pelos sinais cada vez mais expressivos dos fluxos de capital, informação e pessoas proporcionados pela globalização econômica e pela mundialização da cultura, com todas as tensões e conflitos inerentes a isso, e sem abandonar inteiramente a dimensão quantitativa, procurou-se acentuar as características qualitativas a fim de enfatizar o termo médio como algo que não é demasiadamente pequeno nem excessivamente grande. De acordo com isto, uma nova nomenclatura passou a ser empregada, designando estas cidades como intermediárias ou intermédias, visando mostrar que elas se encontram integradas em (ou em condições de se integrar) uma ampla rede urbana nacional e internacional, constituindo assim territórios conectados e produzindo conexões entre as cidades globais e as pequenas cidades, localidades, povoações dispersas ou mesmo áreas marginalizadas e esquecidas do mundo contemporâneo, numa "concepção reticular e relacional do território e das cidades que reforça o valor da posição geoestratégica dos centros urbanos de média dimensão".

Nesta perspectiva, as cidades médias não seriam estudadas a partir de fatores comparativos com as grandes cidades ou metrópoles, nem percebidas enquanto movimento (até certo ponto obrigatório) em direção às grandes cidades e metrópoles. Em vez disso, as cidades médias, intermediárias ou intermédias seriam, portanto, consideradas enquanto aglomerados urbanos inseridos numa trama de cidades que cobre cada país, conjunto de países ou o mundo como um todo, que estão permanentemente

relacionadas e em sintonia entre si e com os centros maiores, mais dinâmicos e de maior capacidade de interferência nos fluxos de pessoas, informações e capitais, bem como igualmente com ambientes citadinos reduzidos, zonas rurais e territórios em grande parte ou totalmente excluídos de qualquer papel de decisão relevante. E é precisamente esta relação, esta conexão, esta sintonia, que institui e configura o peso específico de sua "posição geoestratégica" na intrincada e complexa malha urbana existente na atualidade.

Com base nestes referenciais, foi então possível conceber o livro de modo a que ele contemplasse diferentes elementos da vida e da experiência urbana, observados a partir da historiografia contemporânea, de seus variados enfoques e abordagens teórico-metodológicas, com o objetivo de oferecer aos leitores uma espécie de painel das múltiplas alternativas de apreender o fenômeno urbano e as suas complexas trajetórias num Brasil relativamente recente. Mais ainda, as definições ou opções conceituais apresentadas acima permitiram pensar um livro em que se fizessem presentes cidades e olhares historiográficos atualizados dos mais distintos lugares do país, a fim de, intencionalmente, assegurar ou, ao menos, permitir uma compreensão abrangente e consistente das manifestações urbanas em seu processar histórico.

Estabelecidos esses parâmetros, o menos complicado foi fazer um convite para um grupo de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes partes do país que, dentre outros interesses, têm se dedicado a pesquisar, a partir de um viés informado pelas contribuições mais recentes da historiografia, cidades e transformações urbanas no Brasil contemporâneo, destacando, aí, cidades médias de características variadas. Cidades, por exemplo, em que a indústria assumiu um lugar de protagonismo, cidades cujo dinamismo muito deveu e deve às práticas comerciais ou ainda cidades que se distinguiram como centros administrativos ou polos regionais, etc., nelas ressaltando aspectos como as tentativas por partes de suas elites ou de seus letrados de lhes emprestar uma feição moderna e progressista graças a traçados urbanísticos, afãs saneadores ou

empreendimentos culturais; os esforços para lhes garantir um perfil identitário peculiar o bastante para a exaltação de seus fundadores e de seus habitantes ou para sua inclusão em realce num mercado de cidades em que se disputa com avidez investimentos públicos e privados, eventos de todo tipo e turistas ávidos por achados exóticos; as disputas quase nunca muito cordiais para prescrever os lugares de legitimidade em condições de enunciar a memória e a história local e, assim, conhecer e dar a conhecer a cidade “verdadeira” e seus “autênticos” moradores (tanto quanto, é forçoso dizer, seus “genuínos” detratores).

Atendendo de maneira gentil e diligente ao convite formulado, estes pesquisadores e pesquisadoras brindaram esta obra com as páginas que se seguem, as quais, se espera, possam contribuir para uma melhor compreensão histórica do processo de urbanização e das manifestações e transformações urbanas de um Brasil bastante próximo e que persiste existindo e se modificando ao longo dos dias que correm.

Campina Grande e Florianópolis, abril de 2012.

Os Organizadores.

CAPÍTULO 1

CAMPINA GRANDE

Lazer e desenvolvimento em uma cidade de porte médio entre as décadas de 1950 e 1960 do século XX

Antonio Clarindo Barbosa de Souza¹

1.1 INTRODUÇÃO

Uma das maiores dificuldades para o pesquisador que pretende trabalhar com o conceito de **lazer** é como defini-lo com exatidão. O conceito, por ser relativamente novo, se presta às mais diferentes interpretações. A maioria dos dicionários traz sempre como seus sinônimos os termos: ócio, vagar, descanso ou passatempo, todos com claro significado negativo ou não destacando a noção de diversão, que para os objetivos deste texto constitui-se na mais importante.

O autor italiano Domenico De Masi (2002), em seu livro **O ócio criativo** propõe ao leitor um jogo de dicionário que consiste em procurar o maior número possível de sinônimos para a palavra ócio.

Ele encontra pelo menos 15 sinônimos, dos quais só três (lazer, trabalho mental suave e repouso) têm significado positivo; quatro são de sabor neutro (inércia, inatividade, inação e divagação) e sete têm significado claramente negativo (mândria, debilidade, acídia, preguiça, negligência, improdutividade e desocupação). O décimo quinto é ociosidade, que o autor não

¹Prof. do PPGH e do Curso de Graduação em História da UFCG e autor da tese de doutorado: *Lazeres permitidos, prazeres proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965)*; Recife; UFPE, 2002.

classifica por possuir a mesma raiz de ócio. A preguiça, como se sabe foi designada pela igreja católica como sendo um dos sete pecados capitais.

De Masi nos propõe ainda que se tivermos tempo livre ou uma paciência ociosa passemos a pesquisar os sinônimos dos sinônimos, o que acrescentará outros 64, dos quais, 27 possuem significado positivo (de distração a alívio, de paz a recreio, de diversão a descanso), cinco com significado neutro (passatempo, vacância, desobstrução, equilíbrio e trégua) e 32 com significados decididamente negativos (de vadiagem a desperdício, de desleixo a esterilidade, de desinteresse a tolice). O que causaria um “empate” de termos negativos X positivos e neutros somados.

Portanto, no universo lingüístico das línguas latinas, à palavra ócio são associadas predominantemente omissões (inutilidade, indolência, desaproveitamento, indiferença) ou ações reprováveis (vagabundagem, dissipação, alheamento, incúria e apatia).”²

Como se pode perceber por esta rápida pesquisa realizada por ele, o lazer tido, quase sempre, como sinônimo de ócio e vice-versa, é associado ao que há de mais negativo nas sociedades e nas pessoas. Também nos dicionários brasileiros, aparecem somente quatro ou cinco destes sinônimos, quase todos eles negativos: lazer seria igual a ócio, futilidade, passatempo, vagar e descanso.

Segundo MARCELLINO (1996), as obras sobre o lazer, tanto no exterior quanto no Brasil são uma raridade, até porque, na maioria dos casos elas tratam mais do ócio do que dos outros dois sentidos da palavra: diversão e formação. Como já era de se esperar há pouca literatura sobre o tema do lazer, tanto no exterior quanto no Brasil³.

O primeiro deles, e até hoje mais célebre por ter sido escrito por um contra-parente de Karl Marx, o escritor Paul

²De MASI, Domenico – O ócio criativo; RJ; Sextante; 2000;p. 301-303

³MARCELLINO, Nelson Carvalho – Estudos do Lazer – Uma introdução;Campinas-SP;1996;p.3

Lafargue, é intitulado – **O Direito à Preguiça**⁴ (1880), sendo apenas uma espécie de manifesto a favor do lazer operário. Outros autores europeus também escreveram sobre o tema, mas sem considerar as suas várias implicações e sem poder atinar com a complexidade que ele ganharia com o passar do tempo. Entre os mais famosos estão: **elogio ao lazer**, de Bertrand Russel (1932); o **homo ludens**, de Johan Huizinga⁵ (1938) e **teoria da classe ociosa**, sobre a qual não temos maiores informações sobre o autor, data e local de publicação.

A partir dos anos 50 o lazer, enquanto processo de programação e adequação dos indivíduos aos espaços de diversão, passou a ser estudado nas sociedades industrializadas, tanto capitalistas quanto nas socialistas. Entre estes estudos podemos citar: **A Multidão Solitária**, de David Riesman; **O Trabalho Em Migalhas**, de Friedmann e **A Nova Classe Média**, de White Collar e Mills.

Quanto aos estudos brasileiros, estes se encontram mais vinculados às pesquisas sobre a urbanização das grandes cidades, não havendo quase nenhum deles que se debruce sobre o lazer em si mesmo, ou melhor dizendo, sobre o variado conjunto de atividades que são desenvolvidas com este nome. Muitas vezes o que os autores analisam é o não-lazer, a falta do lazer ou o anti-lazer, isto é, são análises ainda voltadas para a denúncia das péssimas condições de uso do tempo livre que são experienciadas pela maioria dos trabalhadores em nosso país.

Ainda segundo MARCELLINO (1996), o primeiro livro sobre o lazer no Brasil foi publicado em Salvador, por José Acácio Ferreira, tendo como título: **“Lazer Operário: Um Estudo de Organização Social das Cidades”**.

Os poucos trabalhos nacionais, se filiam, em geral, às correntes de pensamento de autores estrangeiros que viveram e escreveram em sociedades extremamente desenvolvidas

⁴LAFARGUE, Paul – O direito à preguiça; São Paulo; HUCITEC/Unesp; 1999.

⁵HUIZINGA, Johan – O homo ludens – o jogo como elemento da cultura; São Paulo; Perspectiva; 1996

tecnologicamente ou portadoras de uma sólida tradição cultural. Esta é uma dificuldade a se superar quando se escreve qualquer trabalho sobre o lazer em qualquer parte do Brasil, pois como não temos a tradição de ter um tempo livre para os divertimentos, os textos acadêmicos sobre as diferentes formas de lazer podem ser considerados mais como uma apologia ao ócio, do que uma denúncia contra nosso passado escravocrata, coronelista, patriarcal e mesmo ditatorial, que, no Brasil, muitas vezes impossibilitou ou procurou cercear as pausas para o prazer. Em quase todas as épocas ou momentos históricos da sociedade brasileira, apesar do suposto caráter festivo e festeiro da maioria da sua população, sempre houve tentativas de cercear os divertimentos públicos, principalmente das classes sociais menos favorecidas.

O objetivo deste texto é mostrar o conceito de lazer como algo mais genérico, mais amplo, que articula vários sentidos, sendo a diversão um de seus atributos⁶. Procuraremos, ao longo do texto explicitar melhor estas sutis diferenças e apontar algumas das manifestações do lazer em Campina Grande, caracterizada como cidade de porte médio, desde os anos de 1960.

Por cidade de porte médio ou cidades médias consideramos aquelas com mais de 50.000 habitantes, pois no II PND, programa de nível federal que nos anos de 1976 e 1977 propunha ações revitalizadoras para algumas cidades brasileiras, visando sobretudo ser um “instrumento de descentralização dos investimentos e do emprego”, cidades como Campina Grande, que desde os anos 1960 já possuíam mais de 100 mil habitantes, passaram a ser contempladas por tal plano. Ainda segundo AMORA (2010)

“Nos anos de 1990 houve um crescente interesse acadêmico pelo estudo das cidades médias ou de porte médio e “uma das razões diz respeito ao considerável dinamismo demográfico das cidades médias, não somente no Brasil, mas em outros países do mundo.” Ilustrando bem

⁶DUMAZEDIER, Joffre – Lazer Popular; São Paulo; Ed. Perspectiva, 1976

o caso brasileiro em virtude de “[...] as cidades de porte médio, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, crescem a taxas maiores do que a da metrópole, nos anos 80 e 90 (4,8% contra 1,3%”)⁷.

Como as cidades de porte médio são caracterizadas pelos geógrafos com base nestes dois critérios – descentralização dos investimentos e aumento do número de empregos – a discussão que propomos a seguir é saber como em uma cidade considerada desenvolvida economicamente se apresentaram as oportunidades de lazer para seus moradores, estivessem eles empregados ou não.

1.2 CARACTERIZANDO O LAZER

Para o momento cabe ressaltar que a importância de um trabalho que tenha o lazer como tema central é destacar a posição ocupada por um conjunto de atividades que ajudam no desenvolvimento sócio-cultural de um aglomerado humano. Tais atividades, embora possam ser genericamente designadas pelo termo lazer, apresentam pequenas diferenças entre aquelas que são programadas ou coordenadas por autoridades ou agentes culturais designados para este fim e aquelas que são organizadas espontaneamente pelo povo, pois estas últimas ganham o status de diversões populares e, quase sempre, fogem ao controle dos programadores sociais.

DUMAZEDIER (1976), teórico francês que estudou o lazer nos anos 50 em suas várias formas, afirma que “os objetivos das pesquisas não devem abranger unicamente o fato social ou cultural, mas também a ação social e cultural”⁸. Isto nos leva a

⁷MARICATO, Ermínia – Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. Apud AMORA, Zenilde Baima – Cidades Médias: considerações sobre a discussão conceitual in: FREITAS, Nilson Almino de; MARIA Jr., Marta e HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de – Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco; Fortaleza/Sobral; Editora da UECE/UVA; 2010;p.276.

⁸DUMAZEDIER, Joffre – op.cit.;p.6

crer que em uma pesquisa sobre os vários aspectos do lazer, centrada num tempo e lugar determinados, o objetivo não deve ser apenas o de descrever os divertimentos, as pausas para o descanso, o ócio criativo ou a futilidade rotineira, mas também procurar determinar as razões pelas quais as pessoas usam seu tempo livre desta ou daquela forma. Ou saber identificar que componentes interferem nas formas de divertir-se.

Em todas as sociedades conhecidas até hoje, não se pode definir à priori os motivos pelos quais as pessoas se divertiam e como o faziam. As escolhas por este ou aquele divertimento são puramente subjetivas ou induzidas pela oferta dos mesmos. O que nos traz uma segunda dificuldade a ser superada neste tipo de trabalho que é precisar o que os diferentes grupos sociais entendiam por divertir-se e quais lazeres eram considerados “sadios” e “viáveis” em uma cidade do interior do Nordeste até os anos de 1960.

A maioria dos trabalhos sobre o lazer, como se debruçam sobre questões da atualidade, procurar traçar um conjunto de ações e sugestões que permita às pessoas agirem de determinada maneira, em busca de mais oportunidades e variedades de lazer – este seria o papel dos sociólogos e dos animadores culturais. Em um trabalho de cunho histórico, o objetivo deve ser tentar mostrar que em outras épocas e lugares, as pessoas se organizavam de formas diversas para a prática de certas atividades e que isto fazia com que espaços, horários e discursos que se referissem a estas práticas fossem alvo de disputas efetivas e simbólicas das diferentes classes sociais existentes.

As atividades de lazer possuem algumas características ou aspectos que marcam todas as sociedades, independente delas serem pouco ou muito industrializadas, variando apenas o grau de intensidade que ocupam na vida dos homens, podendo, por vezes, se intercambiarem ou coexistirem sem maiores problemas. As três formas básicas de encarar o lazer são: como descanso ou liberação da fadiga; como divertimento, recreação ou entretenimento e, finalmente, como momento de desenvolvimento pessoal. Ocorre que às vezes estas três formas “estão de tal

forma interpenetradas que se torna difícil distingui-las. Na realidade, cada uma delas não passa quase sempre de uma dominante”.⁹

No caso do presente trabalho a segunda forma é a que mais nos interessa investigar, pois entendemos que a busca constante e a realização ou efetivação periódica de atividades deste tipo se constituíam (e se constituem) naquilo que podemos caracterizar como um “sentimento de privação e a necessidade de ruptura com o universo cotidiano”¹⁰

Os autores que se debruçaram sobre o tema do lazer¹¹ são unânimes em afirmar que os divertimentos ou distrações como: participar de festas carnavalescas ou ir ao cinema, são formas de ruptura com o cotidiano, embora estes dois exemplos sejam o contraponto um do outro no sentido de que um é uma fuga mais suave, enquanto o outro é mais exacerbado e com período fixo para acontecer e um tempo certo para se extinguir.

A prática de um conjunto de atividades lúdicas como ruptura constante com o dia-a-dia, pode se tornar algo problemático, se os indivíduos não tiverem controle sobre suas emoções e não usarem seus conhecimentos e práticas para tirarem proveito de tais atividades.

No mundo contemporâneo o objetivo dos programadores do lazer é exatamente conter este processo de ruptura, pois ele poderá, “em inúmeros setores, exteriorizar-se por infrações às regras jurídicas e morais, ficando então na área da patologia

⁹DUMAZEDIER, Joffre – op.cit.p.34

¹⁰DUMAZEDIER, Joffre – op.cit.p.35 e ss

¹¹Ver além de DUMAZEDIER, Joffre – op.cit; LAFARGUE, Paul – op.cit. e HUIZINGA, Johan – op.cit; os trabalhos dos brasileiros CHALHOB, Sidney- Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque; 2ª edição. Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 2001 e MAGNANI, José Guilherme Cantor – Festa no Pedaco – Cultura Popular e Lazer na cidade; 2ª edição; São Paulo; HUCITEC/Unesp,1998. Além do trabalho de WERNECK, Christianne – Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas; Belo Horizonte; ED. UFMG/CELAR-DEF/UFMG, 2000.

social". Portanto, a partir dos anos 50 o que os pesquisadores do lazer pretendiam era fazer com que as atividades lúdicas pudessem ser transformadas "um fator de equilíbrio, um modo de suportar as disciplinas e coerções necessárias à vida social"¹²

Mesmo as rupturas mais fortes tendem, com o passar do tempo a serem incorporadas pela sociedade de consumo. Um exemplo disto pode ser o uso de drogas que começou como uma distração ou uma busca de estágios mentais mais criativos e hoje se insere no mundo da criminalidade, como um dos fatores que mais destrói a juventude do mundo inteiro.¹³

Nas sociedades industrializadas de feições modernas, surgidas desde o século XVIII, estabeleceu-se uma divisão muito clara entre trabalho e lazer. Enquanto nas sociedades, ditas tradicionais, o fazer e o brincar (o homo faber e o homo ludens) não se separavam, havendo sempre a possibilidade de momentos lúdicos no decorrer das tarefas árduas, como o plantar ou colher os grãos, nas sociedades industriais esta junção foi aos poucos sendo cerceada em nome da produtividade. O tempo do trabalho dominou praticamente todo o tempo que o ser humano tinha disponível para si e isto o impossibilitou de programar seu tempo livre como bem o aprovesse.

As diversões, como todas as demais atividades humanas, foram, nas sociedades industrializadas, alvo de regulamentação, de regularização, de disciplinarização e, infelizmente, de diminuição, tornando-se um tempo mínimo, no qual o trabalhador teria apenas o direito a um pequeno descanso com o único objetivo de reparar as forças para retornar à labuta do dia subsequente. Dentro da lógica capitalista do mundo dito moderno, o tempo vago ou disponível não era concedido ao trabalhador para brincar, alegrar-se ou embriagar-se, mas sim para, em tese, repor as energias gastas no trabalho.

Dentro de um contexto de exploração do trabalhador, o **lazer** passou a ser entendido como uma "dádiva" dos patrões ou dos "poderes constituídos" (Estado, autoridades, governos,

¹²DUMAZEDIER, Joffre – op.cit.p.33

¹³MARCELLINO, Nelson – op.cit.p.52-53

programadores sociais ou órgãos oficiais de promoção cultural). E como “presente” ou “dádiva” este deveria ser bem aproveitado e utilizado adequadamente pelos trabalhadores, convertidos em cidadãos dóceis à lógica do capital.

Felizmente, a marca distintiva de todas as sociedades de classe é a presença do conflito entre diferentes projetos de vida, e nas sociedades capitalistas não poderia ser diferente. Enquanto patrões e autoridades - que em geral são seus porta-vozes - buscavam subjugar os demais grupos sociais, regulando-lhes todos os momentos da vida útil, estes, por sua vez, tentavam a todo custo liberar-se desta incômoda tutela, exigindo algo que lhes foi apresentado desde o início deste tipo de sociedade, como sendo uma das benesses capitalistas: o direito ao ócio. Assim, quem muito trabalhasse teria, um dia, seu esforço recompensado com o merecido descanso ou na forma de férias regulares ou na forma de aposentadoria definitiva. Os trabalhadores das primeiras sociedades industriais, logo entenderam que este era mais um engodo da forma capitalista de produção e buscaram divertir-se para além das promessas futuras.

Assim sendo, as atividades diversionais em uma sociedade capitalista não são e nem podem ser entendidas como dádivas dos poderes constituídos, mas sim como direito de todos aqueles que trabalham – e mesmo dos que não trabalham - uma vez que elas são, em grande parte, um contraponto necessário ao esforço de cada dia e também um ganho de toda a sociedade. Apesar das constantes tentativas de programação de todas as atividades de lazer, em qualquer sociedade minimamente organizada, podem ser encontradas diversões coletivas, comuns a todas as pessoas, mas que cada uma delas aproveita da melhor maneira possível, com um resultado pessoal diferenciado e que pode atingir índices bastante satisfatórios.

Nas sociedades modernas, ou pós-modernas, torna-se quase impossível não refletir sobre as influências que sofrem os outros setores da vida humana com base nas questões do lazer. Todavia, a maioria dos estudos sobre o lazer: “Frequentemente não levam em consideração as modificações determinadas pelo trabalho e pelos diferentes contextos sociais, a heterogeneidade

da sua estrutura e como o lazer se apresenta diferentemente no campo e na cidade.”¹⁴

1.3 CAMPINA GRANDE: UM EXEMPLO DE DESCOMPASSO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OPORTUNIDADES DE LAZER

O exemplo que tomaremos a partir daqui é o da inserção da cidade de Campina Grande, região central do estado da Paraíba, nas décadas de 1950 e 1960 do século XX, no mundo da disputa entre trabalho e lazer. O período por nós estudado não pode ser configurado como algo homogêneo, pois não ocorreram grandes mudanças qualitativas ou “revolucionárias” nas relações sociais e na distribuição da riqueza produzida na cidade. Se os anos 50 são apresentados pelos discursos emitidos à época como “atrasados”, porque ainda muito vinculados ao setor agrícola e comercial, os anos 60 se inserem num outro contexto discursivo da cidade que pregava a industrialização, a dinamicidade, o progresso e o desenvolvimento. Dentro deste contexto, tanto o mundo do trabalho quanto o mundo do lazer teriam que ser reordenados.

Como afirma AGRA do Ó (1996):

“Neste movimento de produção de sentidos homogêneos para o ser da cidade havia circunstâncias em que se fazia necessário explicar este quadro de felicidade. Em tais ocasiões a resposta indicava que a cidade estava passando de um estado ao outro, deixando de ser um pólo agrícola e comercial para se tornar um centro industrial. Com isto se queria alardear que a modernidade estava se efetivando através da afirmação, na cidade, das atividades dinâmicas, que

¹⁴DUMAZEDIER, Joffre – op.cit.p.21

viriam a substituir atividades antigas e já desvinculadas da realidade capitalista de então.”¹⁵

Enquanto no início dos anos 50 as práticas políticas estavam voltadas para o clientelismo e a economia ainda subsistia crescendo com base na exportação de algodão e agave, nos anos 60 novas práticas sócio-culturais vão surgir, o que pela sua própria aparição já denunciavam a presença de outros atores sociais que não apenas aqueles acostumados a controlar o poder econômico e político.¹⁶ Embora novas práticas culturais e de lazer

¹⁵AGRA DO Ó, Alarcon – O leito de Procusto; João Pessoa; 1996 – Mestrado em Educação – UFPB.p.30

¹⁶SYLVESTRE, Josué - Nacionalismo e Coronelismo: Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964); Senado Federal. Centro Gráfico; 1988. O autor analisa as eleições de 1955 e 1959. Mostrando as mudanças sócio-políticas que ocorreram na cidade durante a década de 50, e que se prolongariam por toda a década de 60. Diz ele: “O crescimento do eleitorado urbano, a influência dos meios de comunicação, o funcionamento das escolas superiores, o começo embora incipiente, do debate das idéias nos comícios e nos programas radiofônicos dirigidos pelas alas estudantis dos partidos políticos, começavam a alterar o voto do eleitorado campinense”.

Por outro lado, o êxodo crescente de famílias de todo o interior nordestino em demanda de Campina Grande aduzia à massa campinense um contingente eleitoral totalmente desvinculado das peias tradicionais do coronelismo, muito embora aumentasse a clientela dos políticos fisiológicos.

A composição da Câmara em 1955 representava, sem dúvida um grande avanço em relação às de 1947 e 1951. Nas duas anteriores predominava o elitismo nas listas partidárias e a força do coronelismo atuante de forma mais objetiva na zona rural do município. Em 1955, o número de candidatos aumentou, o eleitor teve mais opções, conseqüentemente o voto urbano mais esclarecido mais livre marcou presença elegendo 80% do total de vereadores, contra 50% em 1951 e menos de 30% em 1947.” p.105

Já para as eleições de 1959, o autor informa: “O crescente processo de urbanização, o intenso debate ideológico da campanha, a liberação do eleitor em decorrência do desenvolvimento cultural da comunidade, empurraram para as suplências quase todos os representantes do voto

como o teatro, que se organiza semi-profissionalmente e a televisão, que surge como mais um meio de informação e diversão, tenham atingido maior amplitude nos anos 60, as práticas políticas clientelísticas e excludentes continuaram a existir. O que pode ser facilmente detectado nos discursos eleitorais vencedores nas eleições de 1959 para a Prefeitura¹⁷.

Ao mesmo tempo em que a cidade progredia cultural, educacional e socialmente, a economia e a política oscilavam entre duas alternativas: uma conservadora, que procurava manter a cidade vinculada ao comércio agrário-exportador, e outra, que buscava atrelá-la ao discurso desenvolvimentista e industrializante proposto por Juscelino Kubistchek e, posteriormente, por João Goulart. Em duas oportunidades estes dois projetos propostos pelas classes dominantes locais se digladiaram nas urnas e nas ruas da cidade (nas eleições municipais de 1959 e 1963) e em ambas, a postura que aprecia mais “*avançada*” para a época, perdeu. Na primeira, já no próprio pleito, no qual o clientelismo e o paternalismo representado pela figura de Severino Cabral levou a melhor sobre a proposta industrializante de Newton Rique. E, no segundo momento, quando houve a tentativa de agregar-se à política nacionalista das reformas de base no governo de João Goulart (1961-1964)¹⁸, esta alternativa política foi abortada,

dos currais eleitorais.” p.281 Cada vez mais os coronéis iam perdendo o poder político, enquanto os setores urbanos cresciam e empolgavam um outro tipo de eleitorado que, embora ainda pudesse ser manipulado ou comprado, estava agora mais consciente e/ou exigente. “Com a queda dos coronéis, a Câmara de Vereadores passava a ter uma presença marcante de componentes eleitos pelas classes médias. Eram estudantes, advogados, professores e funcionários. Os candidatos populares, no entanto, não conseguiram chegar à Câmara.” p.282.

¹⁷SYLVESTRE, Josué, - op.cit. p. 282 e ss.

¹⁸O prefeito Newton Rique, eleito em 1963, teve seu mandato cassado por injunções políticas locais junto aos chefes militares do Golpe de 1964, por ter dado apoio às reformas de base propostas pelo presidente João Goulart. Newton Rique, apesar de ser apoiado pela Frente Popular Campinense, formada em sua maioria por pessoas de esquerda e líderes do MNB (Movimento Nacionalista Brasileiro), era um capitalista,

voltando-se de certa forma ao enquadramento da velha política clientelística, embora que em novos moldes, não mais paternalista, mas sobretudo fisiológica.

Em Campina Grande, assim como em todas as sociedades vinculadas à forma capitalista de produção, que se desenvolveram muito, surgiram ou se desenvolveram novas formas ou oportunidades de lazer. Todavia, nem sempre o desenvolvimento econômico foi seguido *pari passu* por tais oportunidades, ou pelo menos não na proporção que era desejado ou esperado pelos membros das diferentes classes sociais.

Em Campina Grande nos anos 60, a intelectualidade que escrevia para os jornais locais parecia divergir quanto ao progresso da cidade e deixava a clara impressão que o tão decantado desenvolvimento econômico não era seguido no mesmo ritmo nos aspectos socioculturais.

“A febre clubista não parece ter sido doença de que tenha sofrido Campina Grande. Numa cidade rica, de tanta gente dinâmica, era para haver clubes sociais da altura e extensão das outras iniciativas privadas que enriquecem o patrimônio coletivo. O contrário é o que se vinha verificando. Os clubes sociais desta cidade – falamos naturalmente de suas sedes, não do espírito que os animava – só encontravam paralelo de igual inexpressividade nos cinemas. Seria interessante a análise dos fatores determinantes desse desinteresse pelos clubes diversionais...”¹⁹

Aqui seria justo acrescentar que as reclamações do articulista não se davam com o objetivo de denegrir ou desmerecer a imagem da cidade ou de contrapô-la a outras mais desenvolvidas, mas sim de tentar entender os mecanismos pelos

filho do proprietário do Banco Industrial de Campina Grande, o que tornava totalmente inverossímil as acusações que lhe foram formuladas de ser corrupto e subversivo. Apud: SYLVESTRE, Josué – op.cit.p. 282

¹⁹Diário da Borborema (citado a partir daqui como D.B) – 14.01.1962;p.7 – Coluna Rosa dos Ventos, de Stênio Lopes.

quais as elites da cidade pareciam não se interessar por um dos seus próprios símbolos de status, que seriam os clubes.

Outros discursos, mais otimistas e, possivelmente mais ligados às elites, nos dão uma outra visão desta mesma realidade, na busca de tentar afirmar o crescimento econômico e das oportunidades de lazer.

“Domingo próximo passado nossos principais clubes estiveram em festa; uns com matinal, outros com matinée e também com soirée. Foi um dia bem movimentado. Campina está cada vez mais se equiparando às cidades adiantadas. Já podemos sem receio receber turistas, pois temos locais aprazíveis e convidativos, como o Campinense, o Aquático, Caçadores, Aliança Clube, Gresse, que, aos domingos oferecem horas agradáveis ao som da boa música e ambiente acolhedor. Nas reuniões dançantes realizadas no domingo último nestes sodalícios já citados difícil dizer qual a mais animada e agradável. Todas foram por demais satisfatórias. Assim, nossa cidade oferece a todos, um mundo social moderno do qual podemos nos orgulhar.”²⁰ (grifos nossos)

Nestes dois discursos contrapostos, mas que parecem convergir para uma mesma formação discursiva de engrandecimento da cidade, o importante é perceber que parece haver nas sociedades e nos homens uma sensação de empobrecimento quando crescem mais rápido as necessidades do que os meios de satisfazê-las, ainda que este empobrecimento seja apenas aparente. Até porque numa cidade existem diferentes tipos de homens, cada qual com seus desejos, sonhos, visões de mundo e perspectivas de vida.

Se no início da década de 60 já havia vários clubes funcionando e outros sendo construídos em Campina Grande, continuava a haver essa sensação de que nem todos eram

²⁰D.B – 23.01.1962;p.8 – Coluna GLADYS Informa. – Note-se que esta coluna foi escrita/publicada apenas nove dias após a outra e que a autora era a colunista social mais famosa da cidade à época.

atendidos pelo desenvolvimento econômico. Há sempre a cobrança, mesmo por parte da intelectualidade, de outros espaços nos quais o povo pobre pudesse exercer seu direito ao vagar. Contudo, as sugestões sobre o que os mais pobres deveriam fazer com o seu tempo disponível vinham sempre embaladas numa roupagem educadora e disciplinadora, e na forma de sugestões às autoridades responsáveis pela organização do lazer na cidade. Algumas delas, válidas até o presente.

“OS PAIS DE FAMÍLIA PERGUNTAM: Para onde vão as crianças? Falta ambiente na cidade para a garotada se divertir.

Para onde vão as crianças? Esta é a pergunta que cada pai e cada mãe de família fazem entre si às vésperas de cada domingo. Algumas dezenas de crianças, filhas de associados de duas entidades recreativas (Campinense Clube e AABB) têm seus play-grounds, os seus parques infantis. Mas e as outras? Para onde poderão ir, aos domingos, as crianças do centro, cujos pais não são sócios desses clubes? Mais que isto: Para onde vão as crianças, as pobres crianças do José Pinheiro, Monte Castelo, Liberdade, Quarenta e de todos os bairros da cidade? Para Onde?

Para parte alguma. É a resposta.

Estará certo? Cremos que não. Todas as crianças devem possuir esses ambientes onde possam desenvolver não apenas os pequenos corpos, necessitados de movimentos, como fazer a espontânea movimentação dos sentimentos de sociabilidade”²¹

²¹D.B – 16.01.1962.p.8- Apesar deste discurso preocupado com as crianças ser sempre recorrente desde os anos 50, é a partir de 1962, com o crescimento da delinquência infantil que ele vai sendo mais divulgado, tendo sido inclusive criada uma polícia mirim para dar combate aos menores infratores que, sem maiores oportunidades de lazer, acabavam por aderir ao crime, praticando pequenos furtos nas lojas do Centro.

Além da preocupação do articulista com a saúde mental, física e social das crianças, o seu apelo emocionado evidencia algo mais: a carência de equipamentos de lazer para as classes sociais mais pobres. O que não quer dizer que estas classes não inventassem suas próprias práticas diversionais, como pretendemos mostrar posteriormente. Porém, o discurso de democratização dos meios de acesso ao lazer tornava-se aqui uma falácia tão grande quanto aquela do desenvolvimento econômico equitativo para todos.

Apesar de aparentemente haver esta preocupação com as crianças e pessoas mais pobres a forma como foram sendo criados e estruturados os clubes de Campina Grande deixa claro que durante muito tempo esses tiveram a função de elitizar e hierarquizar cada vez mais os diferentes setores da sociedade campinense. Os mesmos eram formados por pessoas de diferentes setores profissionais (médicos, bancários, oficiais do exército, etc), o que dificultava sobremaneira a entrada de outras pessoas, a não ser em oportunidades especiais, como o Carnaval. Assim, mesmo correndo o risco de afirmar o óbvio é preciso concordar com DUMAZEDIER quando este informa que: "...em qualquer sociedade, por mais industrializada que seja, o crescimento do lazer está longe...de ser igual em todas as camadas da sociedade".²²

Campina Grande, entre o final da década de 50 e início da de 60 já possuía sete cinemas, dois auditórios de rádios, dois grêmios literários, alguns grupos esparsos de teatro e nove clubes diversionais, além de um conjunto de bares, forrós, cabarês, prostíbulos que se espalhavam pelas imediações do Centro e por alguns bairros mais populosos. Todavia, estes últimos quatro tipos de estabelecimentos não entravam nas estatísticas oficiais e nem nos informes turísticos sobre os locais de diversão que a cidade oferecia. Sem falar da região Feira²³, na qual cantadores,

²²DUMAZEDIER, Joffre – op.cit;p.26

²³Sobre a feira de Campina Grande ver D.B – 13.02.58 p.8 e 4/b, um longo relato sobre a Feira de Campina Grande no final da década de 50. Além da peça de Lourdes Ramalho – A FEIRA, publicada na Coletânea:

violeiros, emboladores de côco e cordelistas praticavam sua arte, eminentemente popular e divertiam o povo. Apesar de ainda não ter grandes universidades, teatros e bibliotecas Campina já se destacava no cenário nordestino e nacional como uma cidade de grande potencial cultural. Contudo, as oportunidades de lazer ainda eram muito restritas.

1.4 INFLUÊNCIAS MÚTUAS ENTRE TRABALHO E LAZER

Como já afirmamos anteriormente, nem sempre trabalho e lazer foram termos antagônicos. Os autores que estudam o lazer se dividem em duas correntes, embora não excludentes. Alguns consideram que se os homens sempre trabalharam, também paravam de trabalhar, existindo assim um tempo do não-trabalho, e que esse tempo seria ocupado por atividades de lazer, mesmo nas chamadas sociedades tradicionais. Para outros, o lazer, enquanto forma de organizar e programar o tempo livre dos trabalhadores só surge com as sociedades urbano-industriais, com sua ênfase na divisão do tempo de trabalho.

“Enquanto a primeira (corrente) aborda a ‘necessidade de lazer’, sempre presente,...a segunda se detém nas características que essa assume na sociedade moderna”. Em alguns tipos de organização social o que se percebe “é o não isolamento das atividades obrigatórias das lúdicas, o que de modo algum significa a não existência do lúdico.”²⁴

A partir da industrialização e dos processos de urbanização, que ocorreram de forma diferenciada em várias partes do mundo, se estabeleceu uma luta entre as classes sociais pela apropriação do tempo livre. Enquanto os

Teatro Nordestino -cinco peças para encenar; s/d e s/l e ainda PEREIRA JR. Francisco - A Feira de Campina Grande; JP; Editora Universitária; 1977.

²⁴MARCELLINO, Nelson – op.cit.p.54

empregadores lutavam para manter os trabalhadores presos ao mundo do trabalho, estes batalhavam para liberar-se dele e, se possível, desenvolver atividades mais prazerosas. Este conflito, ou parte dele, embora possa parecer o mais tênue nas relações de classe, pode se constituir num dos mais importantes e até mesmo violentos, pois é através da liberação do Homem das atividades desgastantes do trabalho que ele pode usar seu tempo disponível para pensar e mudar seu cotidiano, desenvolvendo, assim, a sua subjetividade e outras sensibilidades.

Desta forma, a luta por mais tempo para o lazer é tão importante quanto a luta por mais alimento, embora uma não deva excluir a outra. A produção do lazer ou das oportunidades de diversão é fruto de um constante embate social. Como afirma DUMAZEDIER: “A produção do lazer não é...automática. O aumento do tempo livre e a diminuição do tempo de trabalho são componentes de vantagens sociais que resultam de uma incessante luta entre interesses opostos.”²⁵

Entendida como um dos componentes essenciais da chamada luta de classes presente em diferentes sociedades, a oposição entre lazer e trabalho nos mostra que estudar as formas de divertir-se é, ao mesmo tempo, estudar as formas de trabalhar, mas principalmente, de encontrar formas de liberar-se do trabalho. Somente a luta entre projetos de sociedade diferentes pode estabelecer se tal sociedade está ou não interessada na criação de novas oportunidades de lazer ou se o trabalho ocupa todo o seu tempo, não sobrando quase nenhuma disponibilidade para as pessoas divertirem-se. “O aumento do lazer depende, pois, também, da influência das forças sociais do momento”.²⁶

O modelo capitalista de organizar o mundo, que sabe produzir muito, mas não se interessa em distribuir equanimente a riqueza produzida, pode ter dois resultados. Ambos perversos: ou joga os indivíduos numa ociosidade forçada pelo desemprego ou, por outro lado, os insere num mundo de trabalho de tal forma

²⁵DUMAZEDIER, Joffre – op.cit.p.53

²⁶Idem,ibidem.

sufocante, que os impossibilita de participar de qualquer atividade gratificante e criativa.

Assim sendo, a noção de diversão popular é perigosa para as classes que se consideram dominantes porque remete necessariamente à noção de liberdade, pois pressupõe que este seja o único momento em que os trabalhadores têm para decidir o que fazer de suas vidas longe do mundo da produção. Assim, a noção de lazer, criada dentro da sociedade urbano-industrial, tem a função ou papel de tentar controlar estas manifestações espontâneas dos trabalhadores. Portanto, quanto mais programado for o lazer, mais fácil será o controle que se poderá exercer sobre os homens comuns. E quanto mais tempo disponível este homem ordinário obtiver mais transtornos ele poderá causar à produção capitalista, pois até mesmo a sua inoperância depõe contra a lógica de que só merece ser feliz aquele que trabalha. Assim, lazer e diversão se opõem, enquanto conceitos, embora na prática possam ser considerados sinônimos, sendo esta um atributo daquele.

O lazer, entendido como uma prática condicionada pelo desenvolvimento industrial das sociedades, traz consigo alguns valores próprios do capitalismo, tais como o “bom uso” do tempo; o não desperdício das horas; o resultado produtivo de toda e qualquer atividade que se esteja fazendo; a relevância social da atividade e, por fim, a preservação da vida e do patrimônio de seus praticantes.

Quando os homens deixaram de ter as atividades lúdicas associadas ao trabalho, eles precisaram ou foram forçados a incorporar novos valores e a usar o seu tempo ordenadamente, dividindo-o entre trabalho e folga, entre labuta e folga. Mas, apesar do esforço em enquadrar todos os indivíduos, nem sempre esses novos comportamentos se interiorizavam automaticamente, pois as mentalidades²⁷ coletivas demoram muito a incorporar certas novidades.

²⁷Sobre o conceito de Mentalidades ver: VOLVELLE, Michel – Ideologia e Mentalidades; SP; Brasiliense; 1987 e LeGOFF, Jacques – “As

“No caso da sociedade brasileira...é a partir do momento que marca a transição do estágio tradicional para o moderno que se verifica uma ruptura entre a vida como um todo e o lazer, fazendo com que este adquira significação própria.”²⁸

Como a ampliação das formas e do tempo de lazer é – ou deveria ser – diretamente proporcional ao desenvolvimento econômico da sociedade era de se esperar que numa cidade como Campina Grande, que seus intelectuais e governantes nomeavam como moderna e progressista desde pelo menos os anos 1920, estas oportunidades tivessem aumentado sobremaneira. Todavia, o que acontecia no final da década de 60 era que a cidade já começava a apresentar os primeiros sinais de esgotamento econômico e vivia das glórias do passado recente (anos 20, 30 e 40), sem conseguir, no entanto, ampliar seu setor industrial.²⁹

mentalidades: Uma História ambígua” in: História:Novos Objetos; RJ; Ed.Francisco Alves;1988.

²⁸MARCELLINO, Nelson – op.cit.p.54

²⁹Em artigo publicado no Diário da Borborema , no dia 13.06.62;p.4, o articulista Juarez Barreto afirmava que: “Apesar de dispor em sua área de influência econômica de matérias primas em abundância, Campina Grande, até hoje ainda não conseguiu impor-se como centro industrial. Culpava-se até pouco tempo a falta de incentivos dos organismos governamentais, bem como a falta de água e energia elétrica. Porém, agora que a cidade dispõe de água e energia com a SUDENE pronta a apoiar qualquer iniciativa séria e honesta, no sentido da industrialização da região, ficamos realmente surpresos com o pouco interesse das nossas classes conservadoras e dos grupos financeiros locais para o estabelecimento da estrutura industrial da nossa cidade, sem o que a vitalidade da nossa atual fase de expansão, toda ela baseada na tradição de ‘centro comercial’ solidamente estabelecida através de seu papel de ‘cidade contato’, tenderá num futuro próximo a enfraquecer, num desequilíbrio econômico, o que a levará para o ciclo das chamadas ‘cidades marginais’...Os responsáveis pelo nosso desenvolvimento, devem atender o quanto antes, para a imperiosa necessidade de rumarmos para a fase de industrialização, num programa de ação

Nesse contexto, os divertimentos espontâneos, se não diminuíram passaram por um processo de confinamento, exclusão e separação das diferentes classes sociais. O Carnaval e mesmo alguns desfiles cívicos passaram a ser redirecionados para espaços fechados ou para espaços delimitados pela própria geografia da cidade, deixando o Centro e transferindo-se para os bairros. Se por um lado isto indica um crescimento populacional de certas áreas da cidade (como os bairros de José Pinheiro, Liberdade e Bodocongó), por outro demonstra a real separação das pessoas que até o início dos anos 1950 eram tidas, pelo menos nos discursos dos intelectuais, como um único e mesmo povo.

Em Campina Grande, como em quase todas as cidades de porte médio do Brasil³⁰, não havia nenhuma associação ou entidade que reivindicasse melhorias nas condições de lazer e diminuição das horas de trabalho. Além dos blocos carnavalescos e dos grupos de amigos que se reuniam nos clubes e cabarês da cidade, não havia uma luta sistemática por oportunidades de divertir-se.

Os sindicatos de trabalhadores e mesmos os combativos partidos de esquerda da época estavam mais interessados nas disputas político-partidárias, não sendo o lazer um assunto de relevante interesse para eles. Apesar de nos anos 1940 a legislação trabalhista brasileira já estar quase toda definida (salário mínimo; férias remuneradas, descanso semanal obrigatório, etc), a luta dos sindicatos e partidos ainda era pela observância dos direitos mais básicos dos trabalhadores, sendo que um deles era o direito à folga semanal remunerada. Não

básica, coordenado e eficiente, a fim de que a cidade não venha no futuro a sentir as conseqüências desastrosas de uma falta de previsão à longo prazo". Cf. in:D.B – 13.06.62;p.4.

³⁰Podemos afirmar que já naquela época Campina Grande, poderia ser considerada de porte médio, pois para os padrões estabelecidos pelo IBGE para os anos de 1960, porte médio seriam as cidades com mais de 100.000 habitantes e pelo Censo de 1960, publicado em 1961, a cidade já possuía 116.000 habitantes.

havia, porém nenhuma preocupação sistemática com a criação de oportunidades de lazer operário ou popular.

Os grêmios literários e estudantis ainda promoviam festas, desfiles e saraus literários mas quase sempre somente para seus associados, não tendo condições ou disposição de atender a massa popular que não podia participar destas pequenas reuniões ou eventos restritos.

Contudo, os trabalhadores e o povo em geral não se conformavam muito facilmente com as poucas opções que lhes eram destinadas e criavam outras atividades não reguladas e regulamentadas pelas autoridades e planejadores sociais. Assim, eram organizados pique-niques, passeios para as praias da capital; pequenas casas eram transformadas em cassinos ou "casas de jogatina", como denominava, pejorativamente, na época a imprensa e a Igreja locais. Além, é claro, da frequência constante de homens aos cabarés e casas de prostituição nas ruas mais "ermas" ou "discretas" do Centro e até mesmo dos bairros. Uma matéria publicada no jornal *O Momento*, de 1950, nos dá uma imagem aproximada do que ocorria na cidade em termos de diversão popular.

"Sabe-se que o jogo jamais deixou de existir na Paraíba. Em todas as cidades funcionam casas de jogos sob os olhares das autoridades policiais. Nenhuma medida para reprimir o abuso foi tomada até agora.

No entanto, o que se está verificando no bairro de José Pinheiro, nesta cidade, é um escândalo tão aberrante que não pode mais continuar. Em plena via pública barracas de jogos de azar funcionando livremente, chegando até mesmo a congestionar o trânsito. Aos domingos, principalmente, é com dificuldade que se consegue transitar pela rua Amaro Coutinho e travessa Casimiro de Abreu. E não somente o jogo toma conta do bairro de José Pinheiro, oferecendo um panorama desolador aos nossos olhos. Também casas suspeitas

promovem danças, convergindo para aquele bairro familiar, mulheres de vida fácil – ‘as borboletas.’”³¹

Como podemos perceber, qualquer atividade promovida pelos populares que não se enquadrasse dentro dos parâmetros tidos como válidos, era considerada como “*suspeita*” e passível de punição pelas autoridades constituídas, não sendo encarada como lazer legítimo.

1.5 O LAZER COMO MAIS UMA ATIVIDADE OCUPACIONAL

Conforme já exposto acima, trabalho e lazer conceitos apenas aparentemente contrapostos, na verdade são necessários um ao outro até como justificativa social. Assim sendo, repouso ou distração, passam a ser vistos como um tempo valorizado em que o trabalho estafante ou desgastante não tem lugar. Dentro da lógica liberal capitalista, todo ser humano deve ocupar-se, pois se o indivíduo não trabalha, por desemprego ou simples preguiça, o tempo de lazer pode tornar-se ambíguo, deixando de ser uma “sadia restauração da força de trabalho” para converter-se em um “gosto pela ociosidade e inação”.³²

Um outro aspecto importante na obtenção de um tempo para o repouso, para a diversão ou para a formação da subjetividade, é que este se torne um valor em si mesmo, estimulando o gosto pela contemplação, o que poderia equilibrar os valores dominantes num século marcado pela ação.³³ Numa sociedade, como a campinense, que diz só pensar em trabalho ou que o determina como seu valor maior, o lazer também é visto como mais uma atividade de ação, sobrando assim pouco tempo para a contemplação.

No discurso desenvolvimentista dos anos de 1950 que era gestado na capital federal (Rio de Janeiro) e na capital industrial

³¹Jornal O Momento, Campina Grande - 05.11.1950;p.2

³²DUMAZEDIER, Joffre – op.cit.p.104

³³Idem ibidem; p.105

(São Paulo) não haveria tempo para o ócio. Todos os espaços livres dos trabalhadores tinham que ser usados de forma “produtiva”. O esporte, as festas, as comemorações do 1º de Maio e demais desfiles cívicos eram pensados para ocupar o tempo livre dos trabalhadores. Não se podia deixar o ócio prazeroso e engrandecedor, ser contaminado pelo ócio apenas contemplativo, nem a lassidão relaxante transformar-se numa preguiça censurável.

Toda esta programação, contudo, acabaria por expor aos trabalhadores as suas péssimas condições de trabalho e o fato de que havia uma tentativa de controle sistemático sobre as suas diversões espontâneas. Os trabalhadores eram estimulados a participar dos eventos propostos pelas autoridades ou empresas, mas apenas como espectadores. Aqui se coloca mais uma vez a questão da atividade ou passividade, da produção ou apenas da recepção do lazer.

Segundo Dumazedier “a participação num espetáculo de qualquer tipo será sempre passiva, quer seja um espetáculo esportivo, de teatro ou de cinema”. Todavia, completa ele “...a atividade de lazer em si mesma não é passiva ou ativa, mas o será pela atitude que o indivíduo assumir com relação às atividades decorrentes do próprio lazer.”³⁴ Somos levados a concordar com estas colocações, pois entendemos que os indivíduos não consomem passivamente as atividades que lhes são propostas, mas sim que eles as programam, reinventam, redimensionam e até mesmo as negam – até mesmo se fazendo presentes em determinados eventos para os quais não foram convidados – o que por si só já é um protesto, nem sempre percebido como tal pelas auto-intituladas classes dominantes.

Nem sempre os indivíduos participam dos eventos como meros espectadores. Há quase sempre “uma participação consciente e voluntária na vida social” da comunidade. Não se trata, portanto, de uma “adaptação conformista às normas culturais do meio social, mas a participação acompanhada do desejo de assumir em todos os níveis, um grau variável de

³⁴DUMAZEDIER, Joffre – op.cit.p.256/257

responsabilidade na vida de um grupo, de uma classe e de uma sociedade, sempre determinada por todos eles.”³⁵

Neste tipo de atividade podem ser incluídas manifestações como o Carnaval, os desfiles cívico-patrióticos e as procissões da Semana Santa, pois apesar de serem temporários, demandam uma organização prévia e grupal.

A obtenção de mais tempo para as diversões além de eventos e equipamentos que possibilitem a prática deste, é importante porque gera nos indivíduos diferentes tipos de atitudes, desde a contemplação passiva até a reconstrução criativa de tais atividades. Afirmativas do tipo: “os trabalhadores não devem ter mais tempo livre porque eles irão tomar cachaça ou jogar futebol!”, além de serem extremamente preconceituosas, parecem reconhecer, à contrapelo, que a sociedade capitalista não oferece outras oportunidades de formação e que, ao negar aos trabalhadores este tempo mínimo de não-ocupação o que se está propondo é sua exploração máxima no mundo do emprego ou a sua marginalização máxima, no mundo do desemprego.

1.6 CONCLUINDO

Como já salientamos, nos anos 1950 e 1960 procurava-se não falar em desemprego e havia toda uma ideologia de valorização do trabalho e do trabalhador. Tal ideologia já havia sido habilmente disseminada entre as camadas populares e reforçada pelos meios de comunicação. Naqueles anos, em que se propagava o desenvolvimento e o nacionalismo, o que mais se ouvia e lia era a afirmação de que sem uma ocupação os trabalhadores brasileiros não obteriam nada daquilo que já era comum para os trabalhadores dos países industrializados e desenvolvidos. Bens como carro, televisão, geladeira, fogões, roupas da moda, sapatos, aspiradores, batedeiras, etc, faziam parte das campanhas locais e nacionais.³⁶ Além é claro, da

³⁵DUMAZEDIER, Joffre – op.cit. p.257

³⁶Inúmeros anúncios publicados no Diário da Borborema no período de 1957 e 1969 trazem os aparelhos eletrodomésticos como os objetos a

denominação de *cidadão*, pois só seria considerado como tal quem trabalhasse e se apresentasse como cumpridor de suas obrigações sociais.

Como se pode ver, os conceitos abstratos de trabalho e cidadania se completavam para se contrapor ao ócio e à marginalidade. Nenhum tipo de lazer desinteressado poderia ser aceito, pois seria considerado como “improdutivo” e gerador de condutas desviantes. Mais uma vez o pensamento capitalista liberal tentava determinar o que era bom para os trabalhadores. Contudo, os setores populares sempre ofereceram respostas aos doutrinadores sociais e aos organizadores técnicos, criando suas próprias formas de divertir-se ou mesmo de ficar ocioso, negando assim a lógica do trabalho capitalista que insiste sobre a necessidade de produzir muito para ser consumido por poucos.

Se a sociedade industrial conseguiu estabelecer um conjunto de regras norteadoras dos comportamentos humanos no mundo do trabalho, quando tentou impor estas mesmas regras ao mundo das diversões, nem sempre obteve o mesmo sucesso, dadas às resistências oferecidas pelos eternos “desviantes”. São estes eternos desviantes que continuam a habitar também as cidades e a reivindicar, apenas com sua presença, mais espaço para o lazer e para o não-trabalho nos moldes capitalistas. Estas questões que pesquisamos para os anos de 1950 e 1960, continuam extremamente presente na Campina Grande do século XXI e continuam a exigir respostas criativas das autoridades e dos populares. Hoje a demanda por lazer e tempo livre para divertir-se é uma constante e a tendência é sempre aumentar à medida que aumentam as tentativas de exploração capitalista sobre o mundo do trabalho. As formas de encarar o trabalho no mundo capitalista, de forma cada vez mais difusa e cada vez mais atribuindo aos próprios trabalhadores as formas de gerir sua atividade, dando-lhe

serem desejados por homens e mulheres de todo o país. No dia das mães de 1962 há uma campanha publicitária comparando a mulher moderna com a Branca de Neve, que teria nos eletrodomésticos os seus anões ajudantes deixando-a livre das tarefas estafantes. D.B – Campina Grande, 09.05.1962; p.4/5

a impressão de liberdade e de liberação para aproveitar este tempo como bem lhes aprouver são questões postas para todos os habitantes das cidades, sejam elas de porte médio ou não. A questão que fica para o debate é: Como os habitantes das pequenas e médias cidades podem relacionar trabalho e lazer, usufruindo das brechas que o capitalismo permite e criando espaços de sociabilidades próprios? Esta é uma questão para futuros debates.

FONTES

Jornais

O Momento, Campina Grande – 05.11.1950;p.2

Diário da Borborema - 13.06.62;p.4, Coluna de Juarez Barreto.

Diário da Borborema – 16.01.1962.p.8.

Diário da Borborema – 14.01.1962;p.7 – Coluna Rosa dos Ventos, de Stênio Lopes.

Diário da Borborema – 23.01.1962;p.8 – Coluna GLADYS Informa.

1.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA DO Ó, Alarcon – O leite de Procusto; João Pessoa; 1996 – Mestrado em Educação – UFPB.

AMORA, Zenilde Baima – Cidades Médias: considerações sobre a discussão conceitual in: FREITAS, Nilson Almino de; MARIA Jr., Marta e HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de – Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: sobral e região em foco; Fortaleza/Sobra; Editora da UECE/UVA; 2010;p.273-288.

CHALHOUB, Sidney- Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque; 2ª edição. Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 2001.

De MASI, Domenico – O ócio criativo; RJ; Sextante; 2000.

DUMAZEDIER, Joffre – Lazer Popular; São Paulo; Ed. Perspectiva, 1976.

HUIZINGA, Johan – O homo ludens – o jogo como elemento da cultura; São Paulo; Perspectiva; 1996.

LAFARGUE, Paul – O direito à preguiça; São Paulo; HUCITEC/Unesp; 1999.

LeGOFF, Jacques – “As mentalidades: Uma História ambígua” in: História:Novos Objetos; RJ; Ed.Francisco Alves;1988.

MAGNANI, José Guilherme Cantor – Festa no Pedaco – Cultura Popular e Lazer na cidade; 2ª edição; São Paulo; HUCITEC/Unesp,1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho – Estudos do Lazer – Uma introdução;Campinas-SP;1996.

PEREIRA JR. Francisco - A Feira de Campina Grande; JP; Editora Universitária; 1977.

RAMALHO, Lourdes – A FEIRA, publicada na Coletânea: Teatro Nordeste -cinco peças para encenar; s/d e s/l

SYLVESTRE, Josué - Nacionalismo e Coronelismo: Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964); Senado Federal. Centro Gráfico; 1988.

VOLVELLE, Michel – Ideologia e Mentalidades; SP; Brasiliense; 1987.

WERNECK, Christianne – Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas; Belo Horizonte; ED. UFMG/CELAR-DEF/UFMG, 2000.

CAPÍTULO 2

CAMPO GRANDE, MS:

DE UM PASSADO RURAL AO IMAGINÁRIO DE UMA CAPITAL “MODERNA”

Lenita Maria Rodrigues Calado

Este trabalho adota como objeto de reflexão as percepções advindas dos projetos contemporâneos para a cidade de Campo Grande, elaborados pelos órgãos municipais dando ênfase aos dados históricos da cidade, mas ao mesmo tempo, representando o futuro pretendido no imaginário: uma capital “moderna”. Busca-se compreender a construção do passado, basicamente rural, e como o imaginário de “modernidade” se desenvolveu, mesclando conceitos que se apresentam nos projetos, mas muito afirmativamente, no cotidiano da população. Para tal, faz-se necessário conhecer alguns eventos da história de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, apelidada de Cidade Morena por causa da cor avermelhada do solo da região.

De acordo com registros de memorialistas, a história de Campo Grande iniciou-se em 1872 quando José Antônio Pereira, saindo de Minas Gerais, faz a primeira viagem à região de Mato Grosso. “No ano seguinte parte a comitiva dos Pereira em regresso a Monte Alegre, para buscar o restante da família e outros interessados” (GARDIN, 1999, p.51). Dois anos mais tarde, em 1875, José Antônio Pereira voltou à região instalando-se, juntamente com familiares e amigos, na porção de terra localizada na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo, organizando, a partir de então, o que passaria a ser conhecido como “Arraial de Santo Antônio de Campo Grande” (RODRIGUES, 1980).

Na virada do século XIX para o XX, mais precisamente pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899, foi criada a Vila de Campo Grande (GARDIN, 1999), definitivamente enquadrada, em 1902, na categoria de município regido por uma administração

pública própria, encabeçada por Francisco Mestre nomeado seu primeiro Intendente (COSTA, 1999). Desse momento em diante, efetivou-se todo um processo normativo, que seguiu o modelo de transformações ocorridas nos centros urbanos mundiais (BENJAMIN, 1985), materializado na elaboração do Código de Posturas de 1905 (OLIVEIRA NETO, 2005), promulgado pela Câmara Municipal, e nos projetos de planificação urbana, a exemplo do apresentado em 1909, pelo engenheiro Nilo Javari Barém, aprovado pela Câmara do município em 18 de junho daquele ano.

Em 1911, ano em que foi elevado à categoria de sede de comarca, o município contava então com 50 casas e com a presença da guarnição militar (COSTA, 1999). Nesse mesmo período, chegaram à Campo Grande, os trabalhadores encarregados da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, registrando-se a primeira viagem oficial do trem, vindo de Porto Esperança, estação próxima de Corumbá, no ano de 1914. No mesmo ano, com o lançamento do Álbum Ghráfico de Mato Grosso, dizia-se haver “500 casas e cerca de 5.000 habitantes” (p. 410). Espantoso crescimento da região, explicado pelos “avanços” da modernização que ganhavam espaço nos mais longínquos recantos do oeste brasileiro.

Com a chegada da ferrovia a economia local ganharia novo impulso, com a inserção de novos agentes sociais proporcionando e estabelecendo novas imagens e novas sensações com relação ao tempo e às distâncias (ARRUDA, 2000). As relações entre as pessoas que viviam na cidade e como elas enxergavam as transformações que estavam ocorrendo formavam novos paradigmas, como afirma Antônio Firmino:

A inauguração da ferrovia instaurou, inexoravelmente, na região, uma nova relação social, ditada, dessa vez, pelo capital monopolista de São Paulo, ao mesmo tempo em que estabeleceu, no imaginário dos habitantes do lugar, novos paradigmas em relação ao tempo e às distâncias (OLIVEIRA NETO, 2005, p.99).

Distâncias estas que eram pensadas a partir da ideia de proximidade das cidades paulistas, principalmente São Paulo, representante máxima de desenvolvimento urbano, sendo assim, a palavra “perto” significava uma representação espacial que designava participar do “mundo civilizado” e possuir os signos da civilização, assim, vapor, telégrafos e trens traziam para “perto” a “civilização” permitindo o fluxo ininterrupto de mercadorias, pessoas e informações (GALETTI, 2000). A ferrovia serve como fator de transformação dos ideais citadinos, afastando o “sertão” e aproximando o “mundo civilizado”, assim nos diz Gilmar Arruda:

A construção da divisão “cidades” e “sertões”, que se estava consolidando no início do século, produzia reações por parte de habitantes da cidade de Campo Grande, exatamente um lugar que se encontrava no meio dos dois termos, nem era cidade, como São Paulo, nem era totalmente “sertão” (ARRUDA, 2000, p.192).

Politicamente, o que podemos chamar de processo de modernização tem seu início no Estado moderno, e a sua ligação com a cultura da sociedade é fator que reforça as transformações, como explica Roger Chartier:

(...) a construção do Estado moderno tem conseqüências culturais que não dependem apenas da sua ação voluntária sobre as instituições ou práticas designadas como tais. Ao transformar as próprias percepções do devir social possível, ao produzir escolhas educativas ou profissionais inéditas, essa construção revolve a sociedade nas profundezas, pois permite êxitos anteriormente impossíveis embora crie decepções indelévels (CHARTIER, 1990, p.225).

O que Chartier chama de “percepções do devir social possível” aconteceu no imaginário da população campo-grandense com a chegada dos trilhos, ou seja, a modernização

ampliava o campo de percepção do devir social possível, as oportunidades podiam mudar a construção do futuro, como se possível fosse visualizar o próprio futuro.

Sendo assim, a difusão do ideal de “progresso” instalava-se como ideais de novos modos de vida, mais promissores, ligando um “sertão” esquecido ao resto do mundo moderno. Esse imaginário moderno com tal força instalou-se, que permanece atuante nos desejos dos habitantes da cidade. Facilmente localizado entre as notícias, no comércio, nas conversas e nas promessas dos políticos.

Ainda atualmente, consegue-se notar, principalmente na mídia, como é importante para os moradores de Campo Grande, identificarem-se como “cidadãos modernos”, que vivem num lugar de “progresso”, ligados com o mundo da “cidade grande”, comumente, representado por São Paulo. Como divulga o Jornal Capital News (publicação eletrônica):

Com mais de cem anos de história, Campo Grande, a Capital sul-mato-grossense, hoje com cerca de 765 mil de habitantes, se mostra cada dia mais próspera. Fundada por colonizadores mineiros que queriam aproveitar os campos de pastagens nativas e águas cristalinas da região do cerrado, Campo Grande tem hoje as características dignas de uma metrópole e já é considerada a terceira cidade mais desenvolvida da região Centro-Oeste e a 23ª maior cidade brasileira (JORNAL CAPITAL NEWS, 2011, s/p).

Voltando ao início do século XX, segundo Arruda (2000), a introjeção desses valores “modernos” às classes subalternas estava em franco desenvolvimento nos grandes centros, assim as atitudes das classes dominantes visavam vencer a “barbárie” dos “sertões” e de seus moradores e estabelecer um vínculo permanente com tais centros.

Não é somente com a construção da ferrovia que esse imaginário chega a Campo Grande, mas a partir dela pôde ser visualizado com clareza. As cidades faziam um movimento no mesmo sentido, no caminho do mundo “moderno” e “modernizado”.

Campo Grande foi imaginada e posteriormente planejada, assim como interessava aos seus primeiros moradores e aos articuladores políticos. Esse traço tornou-se uma constante no desenvolvimento da cidade. Pensar o futuro como objeto de planejamento, a tentativa de modernização, e a praticidade de novos modos de vida foram metas propostas, ideais explorados pelos governantes e por urbanistas.

Ainda na perspectiva da modernidade, que destrói para depois construir, Campo Grande teve seus espaços modificados: o relógio que ficava no cruzamento de ruas importantes do centro da cidade, hoje não passa de uma réplica exposta em canteiro central da Avenida Afonso Pena; o centro está degradado por conta da mudança do eixo comercial para a área do primeiro *shopping* instalado, nos anos finais de 1980, na cidade; os trilhos foram retirados do perímetro urbano; a Igreja Matriz, demolida na década de 1970, foi substituída por uma em estilo moderno; a Feira, antes de rua, foi construída em lugar fixo e transformada em ponto turístico; e o imaginário gira em torno de origens indígenas e pantaneiras, mesmo que a cidade tenha surgido pela exploração das terras por imigrantes de outras partes do Brasil do final do século XIX.

Seus habitantes, em meio às transformações, reafirmaram desejos de “progresso”, como se a história fosse sempre um passado de possível “construção”, e o futuro uma “invenção”. Campo Grande se enxergava, por meio de seus governantes e de seus habitantes, detentora do poder de realizar o que até então estava em sonhos de participação no “mundo moderno”, posto que realizasse vários planos estruturais para colocar em realidade o imaginário campo-grandense. Como exemplo desse processo, atualmente, tem-se publicações interessantes, em datas memoráveis, como no aniversário de 112 anos da emancipação política e administrativa, comemorado em

26 de agosto de 2011. Nessa ocasião a Folha do Povo, em versão eletrônica e impressa, estampou a manchete: “Campo Grande 112 anos. O maior presente é relembrar as conquistas do passado e celebrar as vitórias do futuro. Parabéns Cidade Morena” (FOLHA DO POVO, 2011, p. 1).

Observa-se assim, os anseios de transformar a cidade para que o futuro previsto seja realizado, e também como a história fica definida como fator de legitimação do passado favorável a que se propõe. Nessa corrente, os espaços da cidade são transformados para a funcionalidade e muitas vezes são apropriados pelos habitantes como meio de vida e de construção da própria cidade. Num processo de duas vias, os moradores territorializam seus espaços para transformar a cidade em *locus* de sua sobrevivência e de seu desfrute; e a cidade aceita os limites criados em suas políticas de abrandamento de conflitos, ou os adapta ao que pode ser consumido por todos como espaço público.

Com a criação, em 1977, do Estado de Mato Grosso do Sul e a sua transformação em capital, fato que trouxe como consequência um novo fluxo migratório, Campo Grande conheceu forte impulso de desenvolvimento e modernização, materializado em grandes obras produtoras de uma nova configuração de seu espaço urbano. Além disso, a atenção e o interesse que o Estado recém criado despertou, em todas as regiões do país, fez com que, “em sete anos de existência como capital, Campo Grande visse sua população praticamente triplicar” (REVISTA MS CULTURA, 2006, p. 23).

O ano de 1977 foi muito agitado em Campo Grande, não apenas pela criação do Estado, mas também por causa das mudanças na infraestrutura por que a cidade passou. O engenheiro Jaime Lerner, que em Curitiba realizou grandes mudanças quando foi prefeito, trabalhou em conjunto com algumas prefeituras; em Campo Grande, ele teve contato com o Prefeito Marcelo Miranda e propôs que a “Rua 14 de Julho se transformasse em “calçadão”, o que já havia acontecido em grandes centros do país” (DIÁRIO DA SERRA, 02/07/1977, p. 01).

A ideia não se desenvolveu e, até hoje, a cidade não possui um “calçadão”, em suas vias centrais.

Também em 1977, a Igreja Matriz de Santo Antônio, de duas torres, foi condenada; logo em seguida foi demolida, não houve discussão sobre a possibilidade de restauração ou de reconstrução. A modernização empregada pela arquitetura levou à destruição de outros monumentos da cidade. Sobre o assunto, José Newton Coelho Meneses afirmou:

No decorrer do século XIX e de quase todo o século XX até, pelo menos, os anos 1960, o ímpeto renovador que primava pela destruição de construções antigas e pela modernização dos centros urbanos foi uma tônica muito forte nos preceitos arquitetônicos e urbanísticos. Além disso, a despeito do papel da industrialização e da Revolução Industrial, que acontece em cronologia complexa nos vários países, nessa busca transformadora do espaço urbano e da natureza, outros fatores importantes, como o Romantismo, vão permitir uma reflexão até então não vista acerca do *monumento histórico* (MENESES, 2004, p. 33-34).

Nos anos de 1990 iniciou-se o processo de globalização e de valorização econômica do turismo, nesse sentido, um fator importante para a análise histórica é a construção do passado, que diretamente leva a uma reflexão sobre o patrimônio da cidade. A construção do passado é a forma dada aos dados de origem da cidade, divulgando-se eventos que dão forma valorativa à história do núcleo urbano.

Alguns fatores fazem parte da formação do que pode ser considerado patrimônio ou não, a caracterização de algo como patrimônio perpassa por leis e por outros interesses da coletividade. O memorável é uma parte dos discursos dos agentes envolvidos nestas considerações sobre o patrimônio. O patrimônio envolve o que foi chamado por Maurice Halbwachs (1990) de memória coletiva, mas também na mesma linha, dialoga com o imaginário da população da cidade.

Os patrimônios urbanos foram encarados como itens importantes para a adaptação das cidades em cidades-mercadoria. Fernanda Sánchez analisa que a globalização corre em duas vertentes, uma que busca a homogeneização e outra que busca a singularidade, a concorrência entre as cidades também acompanham esse processo. As cidades são premiadas por serem melhores que as outras e também recebem mais verbas por preservarem seus bens patrimoniais – inclusive pelo atrativo turístico que causam com esses bens. Ainda há o intuito de mercadoria quando a cidade é dividida territorialmente para a venda, em lotes, ou seja, na produção de seus espaços. “A produção do espaço-mercadoria envolve também a produção de representações que o acompanham” (SÁNCHEZ, 2003, p. 48).

A alteridade consta nos projetos elaborados pela municipalidade, em um momento existe a valorização do aspecto estético e elitizado, em outro momento há a percepção da perda de alguns monumentos ou patrimônios que faziam parte da cidade, o discurso fica entre o novo, que pode ser agradável, e o antigo que não se pode perder. E as questões são formuladas para os governantes, vistos como guardadores e responsáveis pelo patrimônio. O discurso ficou entre o “patrimônio pertence a todos”, mas as ações devem ficar a cargo dos detentores de cargos públicos. O patrimônio não é encampado, e fica, por vezes, alienado.

Pensando os espaços como lugares de memória (NORA, 1993), nota-se que as ações de *marketing* urbano podem explicar a apropriação realizada no campo ideológico de cidade-mercadoria. O planejamento ressaltado pelos governantes tem a proposta de transformação da cidade em objeto vendável.

A articulação global econômica une as estratégias que são desenvolvidas para a homogeneização e a valorização do heterogêneo, não apenas na questão financeira, mas também como “amálgama” da sociedade, no desejo de pertencimento e de acomodação das inquietudes do indivíduo. O patrimônio – “aquele que se conserva” – mostra que há história do lugar, e “aquilo que se transforma” demonstra que a cidade faz parte do mundo. O

desejo de ter história e de participar do mundo globalizado constrói a dialética na práxis do ator social.

A sociedade moderna estabeleceu limites entre o público e o privado, fechando os espaços, as casas, formando regras para os espaços públicos, normas sociais de convivência que aconteciam no cotidiano. Os espaços públicos ficaram, então, expostos a normas e a conceitos do bom convívio, entre os indivíduos da sociedade. A análise na construção da imagem de Campo Grande permite identificar aquilo que Ana Clara Ribeiro (1992) caracteriza como “cidade espetáculo”, lugar aberto às inovações urbanas.

O mundo imaginado que se realiza para a satisfação dos sujeitos, torna os espaços vistos e não sentidos (GASTAL, 2006). Numa sociedade da “visibilidade”, os patrimônios estão, cada vez mais, valorizados na sua plasticidade. Sendo assim,

[...] a circularidade cada vez mais veloz da imagem-objeto, a profusão de máquinas de visão e o “lugar do olhar passar” inaugurado pela figura heroica do *flâneur* e seu olhar técnico e circulante não só exemplificam a relação dos corpos capturando a realidade, como também mostram como as grandes cidades se caracterizam por uma visão que lhes é específica, moderna (RIBEIRO, 2008, p. 63).

Assim, em nome da construção de patrimônios, do turismo e do entretenimento, Campo Grande sofreu intervenções que modificaram suas formas e conteúdos. São lugares apreciados, nos quais a sociedade busca oferecer um novo valor, transformando sua funcionalidade com vistas a atender ao público, quando os interesses em jogo são essencialmente políticos (SANTOS, 2002). São exemplos: a Morada dos Baís, a Feira Central, a Praça do Rádio, a Praça Ary Coelho, o Armazém Cultural, a criação da Orla Morena onde antes passavam os trilhos da ferrovia.

O patrimônio, em geral, permite leituras de senso comum e de conceitos formados na academia. Agregar o termo “cultural” merece muitas reflexões com relação aos termos que formam – o que muitas pessoas adoram discutir – o “patrimônio cultural” de uma sociedade. Os discursos tendem a englobar o que se pode definir como cultura, afirma Clifford Geertz:

O conceito de cultural ao qual adiro [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida (GEERTZ, 1973, p.89).

O conceito elaborado por Geertz é amplamente usado, mas se faz necessária uma reflexão; Geertz trata primeiramente da história, nos termos “padrão e historicamente” faz referência ao tempo, ainda reforçando essa ideia com o verbete: “herdadas”.

É profundo o alcance dos termos utilizados por Geertz, ele consegue somar “formas simbólicas” com a realidade das “atitudes perante a vida”. Sendo assim, discute-se a perpetuação, a comunicação e o desenvolvimento do conhecimento, advindos de padrões transmitidos historicamente, expressos nas relações elaboradas no espaço-tempo da cidade. Geertz incorpora o social no tempo, o cultural no espaço. Cultura como o elo entre o subjetivo e o real.

O termo “cultural”, de certa forma, está vulgarizado, desvinculado de qualquer profundidade, usado a mão cheia, qualquer forma de expressão é dita como “cultural”. Sempre num sentido polarizado, o que é antigo é cultura, ou o que é expressão é cultura, alienado do processo, do que Geertz salienta como “transmitido historicamente”.

Por muito tempo o conceito de cultura identificou-se com o de civilização. A cultura era o que representava a participação no mundo estruturado em valores de “progresso”, avanço tecnológico

e de artes. Os Institutos Históricos e Geográficos surgiram com a necessidade de preservação da documentação para a criação da história do Brasil, responsáveis pela guarda dos papéis memoráveis. Assim como, os Institutos de Artes e de Patrimônios salvaguardam a chamada “alta” cultura. Depois o conceito de cultura passou a englobar o “folclórico”, o popular e o pitoresco. E a tensão existe quando o assunto é aprofundado:

Por conseguinte, a cultura apresenta-se como o campo de uma luta multiforme entre o rígido e o flexível. Ela é o sintoma exagerado, canceroso de uma sociedade dividida entre a tecnocratização do progresso econômico e a folclorização das expressões cívicas. Manifesta uma disfunção interna: o fato de que a apropriação do poder produtivo pelos organismos privilegiados tem como corolário uma desapropriação e uma regressão políticas do país, isto é, o desaparecimento do poder democrático de determinar a organização e a representação do trabalho que uma sociedade faz sobre si mesma (CERTEAU, 1995, p.235).

Michel de Certeau escreveu sobre uma ação cultural representada por uma “trajetória” aos lugares praticados, aos espaços construídos e assim transformados em espaços culturais.

Essa trama de conceitos permite o entendimento de como a cidade de Campo Grande trata seus lugares e pensa seus projetos urbanos, considerando a história de origem ruralista, criando patrimônios que preservem o passado construído (as tradições da pecuária, a população indígena, e o pantaneiro), inaugurando espaços que congreguem esses patrimônios com novos usos, tecendo com as linhas do imaginário de “modernidade” as vivências cotidianas.

Campo Grande relaciona patrimônios com novos conceitos, dois lugares da cidade fazem referência a essa ideia: a Orla Morena, faixa de praça linear de extensão de dois quilômetros e duzentos metros, construída no Bairro Cabreúva,

perto da área central da cidade, onde passavam os trilhos da ferrovia; e a Praça Ary Coelho, área que foi o primeiro cemitério de Campo Grande, depois transformada em praça central, localizada no quadrilátero comercial, próxima à Igreja Matriz.

A Orla Morena agrega a necessidade de espaço para atividades físicas e de lazer, e a valorização do bairro que ficava às margens dos trilhos, sendo também, valorização da relação com a ferrovia, ponto importante na história de desenvolvimento da cidade. Há assim, um rememorar a história com novas interações entre os agentes e os espaços construídos.

A Praça Ary Coelho passou por várias reformas, sempre ligadas ao visualmente “moderno”, ou seja, o espaço era aberto, com bancos de concreto e um chafariz de arquitetura eclética. Atualmente está fechada para a realização de mudanças que fazem parte do Plano de Revitalização do Centro – Reviva Centro. O projeto para a Praça prevê: um gradil de estilo clássico voltado aos moldes dos anos de 1940, um calçamento português na área das mesas para jogos de damas e xadrez, um coreto de arquitetura que remete à primeira metade do século XX (PLANURB, 2011).

O discurso sobre os patrimônios culturais divide-se em duas vertentes: a monumentalidade e o cotidiano. O discurso da monumentalidade refere-se ao conjunto de bens que representam, precisamente, a “tradição”, vinculando os brasileiros de ontem aos de hoje. O enaltecimento do passado e a formação do Estado Nacional vão designar quais os bens a serem preservados. “Quando se narra o patrimônio no registro do cotidiano, essas relações se invertem. Não é mais o passado que é hierarquicamente valorizado, e sim o presente” (GONÇALVES, 2002, p.118). Assim sendo, no registro do cotidiano, o ponto de referência são as experiências pessoais e coletivas dos diversos grupos sociais em suas vidas cotidianas.

Assim sendo, a Praça Ary Coelho é aceita como patrimônio que liga a população ao passado, mas revitalizada com o projeto do presente, pode-se valorizar e confirmar a história da cidade. A Praça se torna um lugar de memória, onde será possível sentir o passado que Campo Grande quer legitimar (pela localização e

arquitetura) e será, também, um ambiente notadamente “moderno”: com iluminação e sonorização na fonte, com *wireless* (acesso a Internet), e grades para garantia de segurança (problema das cidades modernas).

A Orla Morena também é aceita como representante da história, porque ocupou o lugar de passagem dos trens, e aliou a valorização do corpo, tão importante para a melhoria da saúde e da qualidade de vida (preocupações modernas), ao espaço. O espaço da Orla Morena é “praticado” por pessoas que buscam atividades físicas ao ar livre, é um lugar de esporte e lazer, no cotidiano a relação com o passado dos trilhos emerge do projeto moderno de praça linear.

No limite, o patrimônio acumula cultura, pertencimento, cotidiano e ao mesmo tempo toca na essência, no elo de humanidade. Não se faz necessário dizer por que o termo seja tão bem quisto nos projetos governamentais e nas rodas de memorialistas, tão valorizado pelos chamados “formadores de opinião”, o patrimônio dá-nos certeza de termos história, de não sermos soltos no mundo de efemérides, de não nos questionarmos de nossa “missão” neste mundo. Para tanto o patrimônio é procurado, construído, inventado, levantado, falado e divulgado.

No contraponto da construção do passado e de registros que divulgam a história da cidade, tem-se um movimento em direção ao imaginário de cidade “moderna”, que como vimos, desde seus primeiros projetos, já se anunciava na vivência dos habitantes de Campo Grande.

Saindo de uma origem ruralista e partindo para o imaginário de modernidade, a cidade tem representações que parecem controversas, mas que se realizam ora em harmonia, ora em conflito, caracterizando os habitantes, e por fim os identificando.

Por conta das correntes de imigração, nota-se a pluralidade na formação dos habitantes da cidade de Campo Grande. Muitas práticas culturais estão inseridas no contato com os imigrantes, ou mesmo no contato fronteiriço que é trazido para

a cidade, decorrente do fato de Mato Grosso do Sul fazer fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

Interessante notar que, a cidade que se propôs, a todo tempo, “moderna”, não possui uma verticalização notável. As pessoas preferem morar em casas, principalmente, casas com varandas e espaço de terra para jardinagem. Costume esse, que cria a hipótese de que o espaço aberto, que remete ao campo, seja importante para essa população. Mesmo os apartamentos comercializados são grandes e devem possuir uma área de lazer com churrasqueira, assim como ter vagas na garagem que caibam camionetas.

Os primeiros edifícios construídos em Campo Grande eram comerciais. Os prédios residenciais foram construídos, paulatinamente, com a imigração, principalmente dos paulistas que vieram trabalhar em empresas que estabeleceram filiais na cidade.

Somente depois da virada do século XXI é que Campo Grande apresentou um salto no crescimento vertical da cidade. Com muitas empreiteiras do ramo da construção investindo nesse tipo de moradia, e por conta da necessidade de segurança, parte da população, que possui condições financeiras, opta por tal habitação. A relação com o campo ficou estremecida no cotidiano das novas gerações que se acostumaram com esses novos modos de habitar, e eles vivem na cidade imaginada por seus antecessores.

Relevante também as representações ligadas ao Pantanal que surgem decorrentes dos usos da cidade pelo turismo. Pode-se ver um conjunto de obras de arte de tamanhos gigantescos pelas ruas da cidade, com figuras de tuiuiús (ave pernalta típica do Pantanal), araras, onças pintadas e peixes, há uma aproximação com o chamado ecoturismo, tão difundido no final do século XX.

Em alguns lugares, como na Casa do Artesão, o visitante tem a impressão que a população da cidade é formada majoritariamente por indígenas, por conta das esculturas e *souvenirs* feitos em cerâmica e fibras vegetais. Em outros momentos nota-se o predomínio das tradições rurais, nas festas

com músicas fronteiriças (chamamé, polcas) e sertanejas, nos churrascos com mandioca, nas rodas de tereré (bebida gelada feita com erva mate), nos encontros de Laço e Rodeios, geralmente frequentados por jovens denominados de “agroboys”. Nos anos de 1980, esse aparecimento da ruralidade nos meios citadinos foi chamado de “bovinocultura”, esta incrementada pela economia de Mato Grosso do Sul que era sustentada pela agropecuária.

Campo Grande é a representação da crise que se estabeleceu na cidade moderna. Lefebvre argumenta que as relações não são estabelecidas por vontade dos que detêm o poder, mas que são forjadas do cotidiano, da práxis, da vida social. O habitante de Campo Grande requer seu direito à cidade,

[...] e o *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118).

A simplicidade e a nostalgia continuam sendo uma busca da subjetivação do direito à cidade. Os habitantes administram as crises da cidade, formulando novos usos, nova produção, e novas relações que se estabelecem no cotidiano, ou seja, criam com a nova cidade a nova vida na cidade.

A cidade de Campo Grande é formada pela diversidade, pelo trabalho diário, pelas necessidades de sobrevivência e de integração humana, pela busca de um passado “enaltecedor” e de um futuro “brilhante”.

A história então, construída no fazer cotidiano e como elo com as outras regiões do mundo, uma integração entre a

experiência pessoal e as micro-táticas, e os acontecimentos mundiais. A tríade temporal – passado, presente e futuro – se encontra no espaço construído pelo imaginário, passando a ser história (se no passado), tentativa de identidade (se no presente) e realização de felicidade (se no futuro).

FONTES

ÁLBUM GHRÁFICO DE MATO GROSSO. Hamburgo/ Corumbá: S.C. Ayala Simon. 1914. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

COSTA, Celso. “Evolução Urbana”. In: *Álbum Campo Grande, 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

DIÁRIO DA SERRA, Campo Grande, MS, 02 de julho de 1977. Acervo Fundação Barbosa Rodrigues.

FOLHA DO POVO, 26/08/2011, Site: www.folhadopovo.com.br/images/stories/edicoes/2011/agosto/26/edi%C3%A7%C3%A3o-26-08-2011/index.html - acessado em 11/2011.

JORNAL CAPITAL NEWS, Site: www.ejornais.com.br/jornal_capital_news.html, Apresentação, acessado em 11/2011.

PLANURB. Projeto Reviva Centro. PMCG, Sec. Mun. do Planejamento. Site: <http://www.capital.ms.gov.br/centro> - acessado em 11/2011.

REVISTA MS CULTURA. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Ano II; n° 6, Julho/Agosto/Setembro de 1986. No Arquivo Público do Município.

RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Campo Grande*. Ed. Resenha Tributária Ltda. São Paulo: 1980. Acervo do Arquivo Municipal de Campo Grande.

2.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru/ SP: EDUSC, 2000.

BENJAMIN, Walter. "Paris, capital de século XIX", In: KOTHE, Flávio R. (org.) FERNANDES, Florestan (coord.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática. 1985.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Trad.: Enid Abreu Dobrânszky. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo: Bertrand Brasil, 1990.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos Confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. SP: USP. Tese de doutorado em História, 2000.

GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: Entre o Sagrado e o Profano*. SP: USP, dissertação de mestrado em Geografia, 1999.

GASTAL, Susana. *Alegorias Urbanas: O passado como subterfúgio*. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books Inc., 1973.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NORA, Pierre. "Entre a memória e a história. A problemática dos lugares". In: *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC – SP*. SP: EDUC, n° 10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A Rua e a Cidade: Campo Grande e a 14 de julho*. Campo Grande/ MS: Editora UFMS, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *O espetáculo urbano no Rio de Janeiro: comunicação e promoção cultural*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1992.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais. In: DODEBEI, Vera & ABREU, Regina (orgs.). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecô: Argos, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

CAPÍTULO 3

CRICIÚMA

FINDO O ELDORADO, VAMOS FESTEJAR !?: ETNICIDADE E FESTAS NO SUL DO BRASIL (1980-2002)

Há uma produção recente, consistente e já um tanto amadurecida em nosso país, que trata da realização de festas e outras celebrações³⁷. Também já foram abordados pela historiografia alguns festejos e comemorações catarinenses que quase sempre “vem à baila” nacionalmente, a exemplo da farra do boi e da *oktoberfest*³⁸. Neste artigo busco discutir nas limitações que são próprias a texto dessa monta, uma celebração específica e que considero fundante: as comemorações alusivas ao centenário da colonização europeia no Sul do Brasil e os processos de etnização engendrados na região. São conhecidas as celebrações do Centenário da Colonização italiana em Caxias do Sul (RS) em 1990, em Rodeio (SC) em 1975, ou mesmo da alemã, em Joinville (SC) em 1950. Mais ainda, por se tratar de um Estado Federativo sem uma grande Metrópole (Joinville, a cidade com a maior população em Santa Catarina contava com quinhentos habitantes em dezembro de 2010), Santa Catarina se constrói a partir de um número significativo de cidades médias. Nesta seara, tomo como objeto deste texto a realidade sócio-cultural vivida na cidade de Criciúma, localizada no Sul de Santa Catarina, durante a celebração e os festejos da colonização

¹ JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa* (2 vls.) São Paulo: EDUSP, 2001.

² FLORES, Maria Bernadete Ramos. *A Farra do boi: palavras, sentidos e ficções*. Florianópolis: UFSC, 1997. E ainda: FLORES, Maria Bernadete Ramos. *OKTOBERFEST: Turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

daquele município, ocorrido em 1980, e que sob vários aspectos, penso, pode elucidar como tais processos indicam muito da inventividade e criação dos liames sociais que constroem nossa realidade e reverberam em nosso Tempo Presente.

Em apresentação bastante rasa, a “Capital Brasileira do Carvão”, teve sua história de tal forma imbricada, sobreposta, no que nela se convencionou chamar de pedra fundamental do progresso, o carvão, que parecia inviável sua construção fora desta base. O fluxo de pessoas para a cidade, vindas de diversas regiões do Estado e país foi constante e se intensificou entre 1950 e 1980, época do *Eldorado* catarinense. Entretanto, em 1987, após uma redução considerável dos subsídios que por mais de 40 anos foram fornecidos pelo governo federal à indústria extrativa do carvão mineral, o setor carbonífero se retraiu abruptamente, provocando desemprego e gerando uma crise social de grandes proporções. Após um período de intensas reivindicações e lutas, promovidas por movimentos sociais, sindicatos, organizações de bairros, imprensa e pelo próprio empresariado local, Criciúma deixou de ser divulgada como a “Capital Brasileira do Carvão”³⁹. Embora hoje (2011) não seja mais explorado carvão em seu território, sediam-se em Criciúma a administração de algumas empresas carboníferas que operam na região devido a capacidade logística oferecida pela cidade a essas empresas. Cabe perceber ainda que, apesar de esforços como os colocados, não parece possível que quase por um decreto se instale a morte de uma cultura. Lembrando o que já disse Paul Veyne, uma cultura está bem morta quando a defendem em vez de inventá-la. Assim, de formas que espero aos poucos apresentar, busco neste artigo identificar os processos deslizantes de significação colocados em Criciúma por ocasião dos festejos do Centenário da

³ Em livro editado pela Prefeitura Municipal de Criciúma, datado de janeiro de 1986, o ex-prefeito e ex vice-governador de Santa Catarina, José Augusto Hülse escreve que: “instado a dar nome a um documentário cinematográfico produzido sobre a cidade, o então prefeito Addo Faraco, em 1948, o chamou de Criciúma: Capital do Carvão. Naquele momento o título foi criado”.

Colonização da cidade na virada de década de 1970 para a outra de 1980.

Para que se tenha mais elaborada a idéia de composição da cidade de Criciúma, sua população era de 99.735 habitantes em 1980, e o município contava com 11 empresas carboníferas instaladas em seu território, e mais de 50% da população economicamente ativa estava vinculada à extração do carvão (IBGE). Uma outra referência para deixar claro as transformações ocorridas na cidade em uma década (1991), Criciúma apresentava uma população de 146.162 habitantes, com apenas quatro empresas carboníferas em funcionamento. Em 2000, apenas uma empresa carbonífera continuava explorando no município, enquanto que sua população era de 170.274 habitantes, dos quais 152.903 dispostos na área urbana e 17.371 na área rural.

Lugares muitos bem marcados como a “cultura do carvão” e os usos da etnicidade, podem ser vistos de modos relacionais, imbricados e produtores de liames ou urdiduras. Evidente que histórias múltiplas sobre Criciúma foram e vem sendo produzidas. O sentido múltiplo não é necessariamente diverso. Ao contrário, ele pode, e os exemplos são inúmeros, ser uma poderosa ferramenta ratificadora de lugares comuns. Embora de agradável leitura e por vezes bem humorada, a historiografia cricumense, ao menos aquela realizada até a década de 1980, se compõe e se constrói através do trabalho desenvolvido pelo que convencionalmente se pode chamar oficialistas-memorialistas⁴⁰. Há nela um sentido épico e reificador, sendo necessário fazê-la produzir sentidos, e não apenas lágrimas e risos, na expressão utilizada em 1978, pelo então prefeito da cidade Altair Guidi, na festa de recepção ao cônsul italiano, por ocasião dos antecipados festejos do centenário da colonização de Criciúma realizado em 1980.

⁴ Entendendo por memorialistas aquilo que em outra oportunidade Peter Burke chamou de “antiquários”. Ver: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

Entre tantas aberturas possíveis para se entrar em Criciúma, duas particularmente se mostram com maior imponência: a cultura do carvão, e o que na ausência de uma denominação mais adequada chamo de “mercado étnico”. Num trabalho muito bem preparado, José Paulo Teixeira aponta:

“se é válido pensar a cidade a partir do reconhecimento social dos mineiros e de sua força histórica e simbólica, reduzi-la a isto seria uma mistificação, uma ideologização da história de Criciúma, da mesma forma como faz a historiografia oficial ao reduzir e reproduzir a história da cidade pelo viés da colonização, isto é, a partir das diferentes etnias que colonizaram a cidade no final do século XIX e início do século XX”⁴¹.

A festa para celebrar o Centenário foi criada com intenção de homenagear as etnias colonizadoras de Criciúma: italiana, polonesa, alemã, negra e portuguesa. Parte desta homenagem já havia se edificado em 1966, quando se inaugura o monumento do imigrante (ou da primeira mãe), localizado na praça do mesmo nome. Naquela oportunidade uma pedra redonda (em forma de roda de moinho) era sustentada por três colunas que simbolicamente lembravam as três etnias fundadoras da cidade: italiana, polonesa e alemã. A população negra e litorânea (chamada etnia portuguesa) não foram presentificadas. Porém, em 1980, uma nova homenagem ganha imponente edificação: o monumento do centenário (conhecido também como das etnias). Agora São cinco etnias que se materializam no monumento: italiana, polonesa, alemã, negra e portuguesa.

⁵ TEIXEIRA, José Paulo. TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade*. Florianópolis: Insular, 1996. p.34.

3.1 O FUTURO DO PRETÉRITO: UM ANIVERSÁRIO BEM FESTEJADO E A ETNIZAÇÃO CELEBRADA

Naquela madrugada quente de seis de janeiro de 1980 a cidade não iria dormir. Ao menos não uma parte dela, acostumada com os festejos daquela efeméride. Uma data a mais no calendário, mas que encerrava uma série de preparativos e discursos, diálogos, acordos, emoções. Dali há algum tempo estas seriam cantadas pelo um rei da música popular brasileira, Roberto Carlos⁴². Desde o dia anterior ouvia-se pela cidade o repicar de sinos, buzinas, foguetório. A partir das 23:00 horas, um grupo de seresteiros se encarrega da musicalidade dos festejos, que em realidade mais parecia uma solene celebração. Não que o povo tenha assistido aquilo bestializado, como diriam dos festejos (celebração?) da instalação da república brasileira, mesmo porque tudo aquilo que estava sendo mostrado e vivido havia sido programado de longa data. Foram três anos de preparação para os festejos do centenário, o tempo arranjado para dar visibilidade ao *Ano 100* de Criciúma. Da Criciúma (pós)colonizada.

À zero hora do dia seis de janeiro era dado o início solene. O prefeito municipal, Altair Guidi, e o presidente da Comissão dos festejos, Dino Gorini, discursavam e suas falas eram transmitidas pela rádio e TV Eldorado⁴³ de Criciúma e TV Catarinense de Florianópolis. Uma vigília nas maternidades da cidade havia sido

⁶ Informação obtida através de ofício encaminhado à comissão dos festejos do empresário de Roberto Carlos acusando o recebimento do cheque de um milhão (sinal de 50%) pagos pela carbonifera metropolitana ao cantor. O show se realizou no dia 29/11/1980. O contrato está disponível na sua íntegra na pasta de número 55 do arquivo público municipal.

⁷ A TV Eldorado, nome da emissora de televisão local, propriedade do Grupo Freitas, à época importante grupo carbonífero da cidade, havia sido inaugurada pouco tempo antes, em 1979. Aquele era formalmente o primeiro evento de grande porte com o qual a TV Eldorado estaria envolvida.

criada para cuidar do nascimento da primeira criança do ano 100. Ela nasceria em Criciúma no décimo primeiro minuto de seis de janeiro; uma menina a quem foi dado o nome de Paula Regina Patrício Lino⁴⁴. A partida havia iniciado. Existem outras historicidades⁴⁵ fornecidas à celebração. Aqui, uma delas se inicia com um discurso fundante:

“Se eu lhe disser senhor consul que aqui nesta cidade o senhor pode se sentir como se estivesse em casa, não estaria fazendo esta afirmação por mera cortesia protocolar. Pois a verdade é que esta nossa comunidade é o fruto do trabalho, do sacrifício, da perseverança e coragem de um grupo de famílias italianas que aqui vieram há quase cem anos atrás, semear nesta terra as suas esperanças. (...) Foi assim, portanto que esta cidade começou a nascer. Sem sangue, mas com suor e lágrimas. É por isto que hoje nós recordamos os passos dos imigrantes italianos, com respeito e admiração, mas também com orgulho, pois esta cidade de trabalho e progresso é o fruto daquela semente. E em 1980, haveremos de assinalar festivamente o centenário da colonização. Desde já criamos em Criciúma um conselho de cultura, para entre as atribuições coordenar o programa de comemorações alusivas a data,

⁸ Realizei uma entrevista com Paula Regina Lino que muito me ajudou a entender o “acontecido” no dia seis de janeiro. Durante a conversa foi possível ter uma idéia, ainda que vaga, de como a vida de Paula Regina se encontrava em 2003. Residindo na periferia do município e com uma vida com muitas dificuldades, Paula era uma das criciumenses que tentava emigrar para os Estados Unidos em busca de “melhores oportunidades”.

⁹ Há disponível várias leituras sobre os festejos do centenário da colonização de Criciúma. Tal empreendimento conta com vasta documentação disposta no Arquivo Público Municipal. Oficialmente o que tem de mais sistematizado e publicado é ainda a obra de Otilia Arns in: ARNS, Otilia. *A semente deu bons frutos*. Florianópolis: IOESC, 1985.

para que o esforço e a memória dos primeiros imigrantes sejam condignamente celebrados. A sua visita, Sr. Consul, configura o momento mais oportuno para convidá-lo a nos dar a honra de sua participação e apoio. Estamos ligados a generosa e a bela Itália pelas nossas próprias raízes, e é a Itália e sua brava gente que desejamos homenagear no centenário da colonização. E é a Itália, aqui tão bem representada oficialmente que em nome desta cidade desejo brindar neste momento.”⁴⁶

O pequeno texto apresentado acima é uma parte menor do discurso produzido pelo prefeito Altair Guidi em 20/05/1978, quando da recepção organizada pela Comissão Central dos Festejos do Centenário – CCF⁴⁷ para receber a visita do Cônsul

¹⁰ O texto na sua íntegra se encontra disponível no Arquivo Público Municipal Pedro Milanez, na pasta de número 59 – Centenário. Até onde consegui investigar se trata de um texto ainda não publicado, sendo ouvido apenas pelos convidados à recepção. Na mesma pasta citada é possível encontrar, em folha escrita à tinta, o total das despesas envolvidas no almoço de recepção do Cônsul. fícios, cartas, congratulações que confirmam como levado com afinco as comemorações do Centenário. Ainda sobre Cônsul, desta feita em relação a etnia negra, a CCF encaminhou convite para a Embaixada da Angola nos Estados Unidos naquela oportunidade. Não consegui encontrar resposta da embaixada, mas é certo que o Cônsul não compareceu.

¹¹ CCF : Comissão Central dos Festejos. Ainda no governo de Algemiro Manique Barreto (1973-1977) foi criado o Conselho Municipal de Cultura, sob sugestão de um médico da cidade chamado José Alfredo Beirão. Tal Conselho é regulamentado pela lei N. 1.358, de 22/11/77. Até esta data, segundo o que consegui levantar, a diretoria do Conselho era eleita por representantes de algumas instituições vistas como expressivas na cidade: Faculdade, Rotary, Colégios mais antigos. Em 1977 a Câmara Municipal faz eleição entre seus membros para indicação que seria ratificada pelo prefeito. Os 13 vereadores da época elegem o historiador Mario Beloli como presidente. O Conselho Municipal de Cultura cria a

Italiano em Criciúma. A celebração seria realizada para alguns poucos convidados. Antes do almoço oferecido, o prefeito ensaiava então seus passos e falas mais vigorosos. Passos estes que seriam seguidos muitas vezes até o dia seis de janeiro de 1981, data programada para o encerramento dos festejos do centenário. Isto é que era festa bem programada! E vale dizer desde cedo que, com todo o incentivo dado pela Prefeitura Municipal através de suas Secretarias e Conselhos, houve a participação efetiva da população cricumense com os festejos, ainda que por vezes de forma compulsória. Em vários ofícios encaminhados a CCF e a Secretaria Municipal de Educação (disponíveis no arquivo já citado) é possível identificar a preocupação que tinham as (os) Diretoras (es) e as (os) professoras (es) de colégios do Município, em cumprir as determinações quanto à presença de alunos e funcionários nas celebrações que ocorriam, especialmente durante o ano de 1980. Contudo, dado o caráter obtuso daqueles anos do governo João Batista Figueiredo, fica muito difícil determinar até onde o receio era com a administração municipal, à época base de apoio do governo Estadual e Federal, ou com o medo pulsante que boa parte da população cricumense sentia em ser alvo de repressões mais organizadas, tendo em vista que a cidade era famosa, ainda naqueles anos, por ter movimentos sociais organizados e uma política de resistência bem viva. Não foram medidos esforços para que o ano de 1980 fosse fundante.

Ainda sobre o texto lido na ocasião, nele se faz presente uma descrição completa desde o recrutamento realizado por Demétrio Dário, "incansável propugnador da conquista de novas terras", ainda na Itália em 1879 do qual seriam reunidas 50 famílias oriundas de Beluno, Treviso, Udine e Vicenza, até a chegada destas pessoas na vila São José de Cresciúma, em seis de janeiro de 1880. O que mais chama a atenção neste discurso é a apropriação que dele foi feito, pelo que se tem de indicado. O texto, em realidade se trata de uma coletânea de informações até

Comissão Central dos Festejos - CCF, em 04/05/1978, e a oficializa através do decreto N°. SE/052/79 de 16/04/1979.

então dispersas: “permita-me recordar agora, nas palavras do historiador, os primeiros passos desta gente heróica”⁴⁸. Em quase todas as comemorações de caráter oficial do município, tais como desfiles de sete de setembro, dia da fundação (seis de janeiro) e outros tantos, esta fala é em alto e bom som mostrada aos criciumenses⁴⁹. É o que chamo aqui de pedagogia da repetição, melhor qualificando, seria das semelhanças. Assim mesmo: repetição que não se realiza, a não ser como semelhança⁵⁰.

¹² Em realidade não se pode afirmar quem seja o historiador mencionado pelo prefeito. Pelo que consegui investigar, se trata de recortes e colagens, como já disse, lidos em diversas oportunidades na cidade, e que de maneira mais organizada esta na obra de Otilia Arns já citada.

¹³ Como foi possível perceber na fala do locutor do desfile realizado em sete de setembro de 2002. Quando da passagem dos grupo étnicos, (que no mesmo dia estariam também na XIV Quermesse: Tradição e Cultura ou Festa das Etnias), nos alto falantes dispostos pela Avenida Centenário, o discurso citado estava novamente sendo ouvido pela população e também transmitido pelas rádios locais: Hulha Negra e Eldorado. Este caráter solene e fixador também pode encontrado nos discursos que são escritos para as comemorações do centenário pelas autoridades convidadas pela Comissão Organizadora. É nesta dimensão que são escritos os discursos apresentados na obra de Otilia Arns, onde falam João Batista Figueiredo (presidente à época), o Papa João Paulo II (em seus primeiros anos de papado), Jorge Konder Bornhausen (governador), e o Cardeal João Paulo Evaristo Arns (nascido em Forquilha, à época município de Criciúma, e irmão de Otilia Arns como já dito). Para uma abordagem mais abrangente, desta feita construída sob as representações da ordem social exibida numa parada (desfile) ver: RYAN, Mary. A Parada Norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins fontes, 1992, p. 177-209. Ver também: La Petite enclose dans la grande: regionalismo e identidade nacional na França durante a terceira República (1870-1940). In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 3-16.

¹⁴ Ver discussão sobre semelhanças, diferenças e repetições em: DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Maria Marlene Milanez Justi era Secretária da Educação na primeira Gestão de Altair Guidi. Uma Administração que segundo a própria Marlene, afinada ao que, em entrevista a mim, o prefeito mesmo diria “para daqui vinte anos, para marcar a História de Criciúma”⁵¹. Uma das primeiras notícias que me deram os entrevistados foi que “Tínhamos que conhecer nossas raízes”. Uma outra foi a de que Criciúma era uma cidade muito territorializada. Tinha receio e desconfiança de gente de fora. “Tanto que foi com dificuldade que implementamos o Parque Centenário. A cidade demorou a digerir a obra do Manoel Coelho, que era de Curitiba”. Mas o que fazer para sacudir a cidade? Por onde começar? Estavam no começo da Gestão, era o ano de 1977. Precisavam fazer a cidade se encontrar, sair da reclusão. Evidente que as pessoas desde cedo se encontravam, mas o poder público, na compreensão de seus administradores, pouco havia colaborado para que a cidade fosse “cada vez mais de todos”, uma das principais expressões utilizadas na divulgação dos festejos do Centenário. Presente em quase todos os folders, cartazes e outros materiais de divulgação dos festejos do Centenário.

Foi resolvido que uma grande festa seria realizada. Mas por onde começar? A ocasião lhes indicou o caminho. Comemorar os cem anos da colonização do município. Precisariam de uma grande estrutura: Comissão Organizadora, um novo Paço Municipal, um Parque Público, um Hino e um Monumento. Resumidamente, todos estes eventos foram levados à cabo pela CCF e também e especialmente, pela Administração de Altair Guidi. Existe uma quantidade enorme de documentos no Arquivo que tratam da criação destes elementos citados. A título de exemplo, foi organizado concurso para o projeto arquitetônico do Parque e para a eleição do hino. Apesar dos esforços e conquistas que seriam alcançadas, era necessário despertar nas pessoas o interesse pela festa. A sedução seria trazida de fora.

⁵¹ Expressão utilizada por Marlene Justi e Altair Guidi, em entrevistas que ambos me concederam na cidade de Criciúma, nos dias 10/03/2002 e 23/06/2000, respectivamente.

Mais precisamente de Caxias do Sul (RS). Segundo Maria Marlene Milanez Justi:

“Como queríamos uma grande festa, e não achávamos nada semelhante por perto, alguém falou da festa de Caxias. Fomos em duas oportunidades para lá. Uma vez depois da festa da uva. A segunda um tempo depois.”

No Arquivo Público Municipal se pode encontrar o relatório destas visitas. Caxias do Sul estava comemorando seu Centenário, o que aumentava ainda mais a importância da visita. Viajaram para Caxias do Sul: Mario Sonogo, vice prefeito; Maria Marlene Milanez Justi, Secretária de Educação, Joice Quadros, Relações Públicas; Nivaldo Goulart, professor da Fucri (Faculdade Criciúma). Da viagem trouxeram boas idéias: criação de um museu, um profissional (Vanderlei Rocha) que auxiliaria na construção do Museu Augusto Casagrande de Criciúma, realizaram uma entrevista com Ivo Rossi (Coordenador Geral da Festa da Uva em Caxias) e também com Flavio Ioppe (Presidente da Festa da Uva).

A estrutura organizacional estava idealizada após a visita à Caxias. Precisavam achar um presidente para a Comissão Central dos festejos. Esta seria uma tarefa difícil, pois naquele momento na cidade algumas pessoas tinham que trocar de roupa cinco vezes por dia, ainda segundo Marlene Justi. É isto mesmo, com o estranhamento que isto causa. A atividade de Marlene Justi não era insalubre ou danosa, mas era territorializada: “Para cada lugar que eu ia diferente, eu trocava de roupa. Eu entrevistava pessoa italianas, polonesas, alemãs, negras e portuguesas, as vezes no mesmo dia. E eu tentava então entrar no mundo daquelas pessoas, a começar pela aparência que eu daria para elas”. O presidente da Comissão teria que ser alguém extra-envolvido. Mas necessariamente da cidade. Não poderia ser político, tampouco alguém da prefeitura. Na tabulação, foi encontrado o médico Dino Gorini que havia sido médico de muitas famílias da cidade, sobretudo as ditas “mais importantes”.

Eu gostaria, contudo, de falar do acréscimo produzido no depoimento de Marlene Justi, um incremento, tal qual a tabulação do médico que provocou o encontro, pela exclusão. Eis que em 1980 seria então comemorada também, uma população que embora viva e presente na cidade, não havia sido celebrada, muito menos com monumento. Na conta pedagógica que apresentamos no início deste texto estávamos com três etnias (em 1966). Nas comemorações do centenário *agora* seriam cinco. A explicação para isto vem de um dos idealizadores deste incremento, o ex-prefeito Altair Guidi:

"Nós estávamos reunidos na prefeitura, toda a Comissão. Começamos a pensar nas pessoas que precisavam ser lembradas, homenageadas. Nós queríamos uma festa para cidade inteira, de todos. Aí começaram a listar grupos. Alguém falou dos poloneses, outro dos italianos, outro dos alemães. Eu disse: A gente tem que botar aí os negros. Esta cidade foi tocada pelos negros. E tem que colocar também os portugueses, que eu nem acho que seja português, é mais o açoriano sei lá. Os primeiros que chegaram aqui não foram os italianos. É só ver os barracões que tinha por aí."⁵²

Chegamos então ao momento em que já não são mais três, mas **cinco** etnias. Contudo, a Comissão não queria algo somente empírico. Queriam sistematizar, deixar marcado. Neste sentido, para a Comissão que organizou as comemorações, e isto fica claro tanto pelos depoimentos coletados quanto pela documentação que tive acesso, seria necessário profissionais muito qualificados. Então é chamada para organizar dados e gerenciar as entrevistas que estavam a todo vapor sendo feitas, uma senhora de nome Otilia Arns. Professora na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, Otilia Arns era irmã de Bertoldo

⁵² Depoimento concedido ao autor por Altair Guidi, ex-prefeito de Criciúma em 23/06/2000.

Arns (também de Zilda Arns e Dom Paulo Evaristo Arns), integrante da Comissão Central dos Festejos, quem na verdade acabou indicando Otília Arns:

“Fui convidada pelo meu irmão para auxiliar na organização dos dados. Quando eu cheguei de imediato tive muita dificuldade. Depois foi se organizando melhor. Eles estavam querendo chamar grupos distintos para a festa. Eu achei que o único jeito de contar toda aquela história era falando de cada etnia. Eu já conhecia o termo. Depois então o título, que falavam sempre quando eu os encontrava: a semente, estes são os frutos da semente plantada”⁵³

As cinco etnias então agora estavam criadas, mas faltava a celebração disto. Um outro Curitibano (em realidade nascido em Florianópolis) vai chegar em auxílio. Manoel Coelho havia feito arquitetura com Altair Guidi em Curitiba “na época eu até achava Altair vermelho”, diria o Arquiteto comentando o posicionamento político do ex-prefeito à época. Experiente em administração de obras públicas, Manoel Coelho foi o “construtor” do Centenário. Projetou a Avenida Centenário, que faria Fernando Carneiro, arquiteto de Criciúma dizer “a centenário veio de Curitiba”, ainda o novo Paço Municipal, o Parque Centenário e o Memorial Dino Gorini, inaugurado em seis de janeiro de 1981, portanto um ano após o primeiro repicar dos sinos, naquele aniversário bem festejado.

O Parque Centenário é constituído pelo Paço Municipal Marcos Rovaris, Teatro e Biblioteca do Município, Ginásio de Esportes e ao Centro, dividindo partes, o Memorial Dino Gorini. No arquivo público existe um documento que foi publicado também em várias edições de jornais da cidade, por ocasião dos festejos do Centenário. Diz o seguinte:

¹⁷ Entrevista concedida ao autor, na cidade de Forquilha, por Otília Arns, em 15/03/2002.

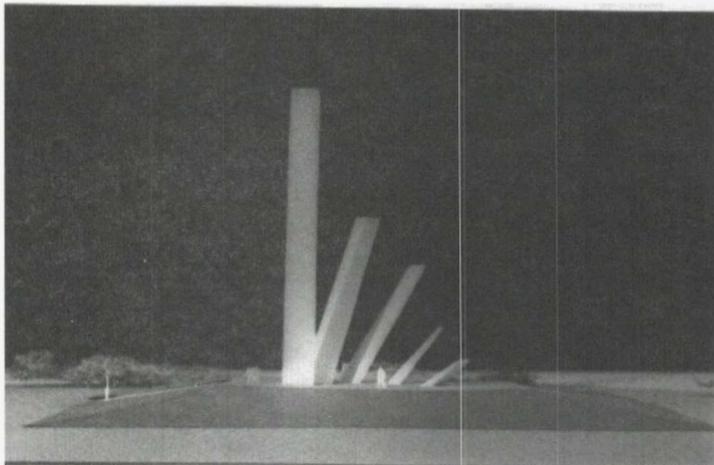
“A obra dos colonizadores foi a semeadura de um amanhã melhor, conquistado com as forças de sua próprias mãos. Em meio à adversidade e desesperança, essa semente fundou raízes profundas e ergueu uma cidade sobre o solo, arrancando da terra um testemunho de luta, de perseverança e de grandeza. O que o monumento expressa é este movimento (...) Do fundo da terra brotou um novo tempo. Do fundo da terra, somando e integrando trabalho, cinco etnias extraíram a energia que impulsionou para frente e para cima, etapa após etapa”.

Fica claro a idéia de instituir e solidificar uma idéia de cidade que, mesmo tendo a idéia de “movimento” citada, guardaria as raízes. Na cidade existem controvérsias quanto a leitura sobre o monumento, chamado “das etnias” pela maior parte das pessoas. Algumas dizem que o monumento representa cada uma das cinco etnias, e mais ainda pela “ordem presencial”: italianos, alemães, poloneses, portugueses, negros. Em entrevista concedida a mim, Manoel Coelho diz que:

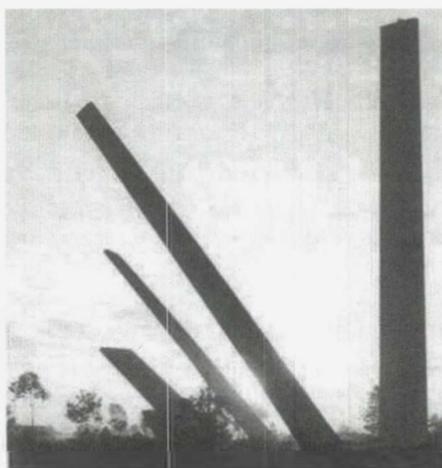
“Não pensei nisto quando fiz o projeto. Pelo contrário, queria integrar mais as pessoas. O monumento representa os cinco dedos das mãos, trazendo a riqueza para cidade. Pensei que isto fosse claro: a união entre o que foi agricultura e depois o carvão, construindo a cidade. Mas agora o carvão diminuiu. O monumento está lá”⁵⁴

¹⁸ Manoel Coelho se mostrou, desde meu primeiro contato com ele, um sujeito bastante disposto a ajudar. Ligou para minha casa espontaneamente ao menos duas vezes, com a intenção de falar sobre Criciúma. Passou-me fontes que foram muito úteis, tanto para mim quanto àqueles que tiverem disposição para pesquisa no Arquivo Público Municipal Pedro Milanez. Manoel Coelho concedeu entrevista a mim, em 08/03/2002.

O monumento está lá, e apesar de problemas como infiltração e outros, continua falando para a cidade: **Cinco**. Se há algo positivo na valoração étnica, é bom que se diga que, ao que pude perceber populações antes pouco visibilizadas ou excluídas, caso da chamada etnias portuguesa e da negra, alcançaram visibilidade. Mas isto não significa necessariamente inclusão.



Maquete do Memorial projetado por Manoel Coelho
Acervo do arquiteto cedido ao autor



Memorial Inaugurado em 06-01-1981
Folder- Convite "Criciúma de Todos"

3.2 A ETNIZAÇÃO CANTADA EM PROSA E VERSO

Durante o concurso para a escolha do Hino do Centenário de Criciúma, 52 concorrentes foram inscritos (existem outros documentos indicando 50 os inscritos) e apenas uma letra e uma música selecionada. O regulamento (disposto no Arquivo Público Municipal) do concurso prescrevia o anonimato, neste caso são indicados os pseudônimos utilizados por cada um dos inscritos. Gostaria de exibir todos, no sentido de sacudir a poeira que lhes foi colocada, não é possível assim proceder. Ficam então apenas dois deles, que de forma rápida tentarei mostrar. Um primeiro me chamou muito atenção, com o pseudônimo de Jovina de Jesus, um dos seus trechos diz o seguinte:

“Faz cem anos que o **branco** imigrante, nesta terra selvagem pisou, e com a força de um bravo pioneiro uma nova cidade fundou.
Oh Criciúma sereia morena, que nasceste no verde sertão, do teu seio rojaram as minas e das minas jorrou o carvão Das itálicas plagas partiram, argonautas buscando o Eldorado,
E aos pouco Criciúma surgiu, do trabalho de um povo arrojado. O italiano, o alemão e o **polaco**
O africano e o luso irmanados Entoaram a música rude
Dos engenhos, das minas e arados.” (...)
Ó Criciúma de tantos janeiros,
ò Criciúma no teu centenário”,
As novéis gerações te saúdam,
Ó Criciúma, torrão legendário ⁵⁵.”

²² Parte da letra do hino de Jovina de Jesus. O número de inscrição do Hino é o 7. Os grifos são meus, e fazem parte da discussão mais à frente.

Não foi possível identificar o autor, talvez não ainda. Sigamos. É impressionante a semelhança desta letra com o Hino vencedor do Centenário de autoria de Pe. Cornélio Dall'Alba e Sueli Mazurana, que seria cantado na cidade durante todo ano, gravado em *Long Play* pela Associação Coral de Criciúma. Apresento apenas as partes mais interessantes, pois esse é bastante conhecido:

“Faz cem anos que o **nosso** imigrante
Nesta terra selvagem pisou
E co'a força de um bravo pioneiro
Uma nova cidade fundou.

(...)

O italiano, o alemão, **polonês**, africano e
o luso irmanados entoaram a música
Dos engenhos, das minas e arados.
Ó Criciúma de tantos janeiros.”⁵⁶

O concurso para o hino prescrevia alguns critérios: originalidade, correção e beleza de estilo, adequação para o ritmo musical, interpretação do tema histórico da colonização, correspondência ao gosto popular. Numa primeira etapa (26-9-79 a 20-10-79) houve 16 inscritos e nenhum vencedor. Numa segunda chamada (22-10-79 a 6-11-79), com 52 inscritos e o vencedor indicado, como vimos. Pois bem, Sueli Mazurana tem inscrição com outro hino (n. 25), utilizando o próprio nome. Como espécie de palimpsesto⁵⁷, na letra de Jovina de Jesus foi posto o

²³ Hino vencedor, com número de inscrição 52. Autoria de Pe. Cornélio Dall'Alba e Sueli Mazurana. Também publicado em vários livros locais, em: ARNS, Otilia. *A Semente deu bons frutos*. Florianópolis: IOESC, 1985, p. 224. Também é importante dizer que em ofício encaminhado ao Dr. Dino Gorini, presidente da CCF, datado de 7/03/1980, o mesmo Pe. Cornélio Dall'Alba comunica que “já está encaminhado a tradução para o italiano da letra do Hino do Centenário”. In: *Pasta Centenário*, documento protocolado sob n. 052 de 15/03/80.

²⁴ Refiro-me aos antigos palimpsestos, onde textos primitivos eram raspados para sob o mesmo pergaminho, inserir nova escrita. A análise de palimpsestos hoje requer técnicas apuradas. O ofício do historiador

que está apresentado no Hino vencedor. Disto se pode apenas inferir: Jovina pode ser o pseudônimo de Sueli Mazurana. Neste caso A vencedora havia concorrido com dois hinos, o que poderia também ser possível, tendo em vista que não houve classificados⁵⁸ na primeira etapa. Isto acho menos significativo. O que mais me chama atenção é que a letra primeira de Jovina de Jesus foi alterada, visivelmente para fazer ajustes musicais, mas em palavras um tanto caras à construção histórica do Município. Daí o porquê de cuidar do palimpsesto. Sobre o imigrante **branco** se inscreveu o **nosso**, sobre o **polaco** se inscreveu o **polonês**. Não foi possível identificar quem fez as alterações, mas os documentos estão lá, sobrescritos desta forma. E sobre tudo isto os prejuízos. Acredito que o vencedor tem importância menor frente aos prejuízos.

Um outro hino bem se adapta ao critérios estabelecidos. Nele não encontrei palimpsesto, não materializado. Ele talvez esteja inscrito no espírito. Marlene Justi, na longa conversa que teve comigo, deixou claro o ressentimento em relação aos mineradores, mais ainda ao próprio mundo do carvão. “Veja o que fizeram com a cidade. Aqui atrás da minha casa tinha um rio e águas limpas que o carvão tratou de poluir. As pessoas estranham a ausência dos homens do carvão no Centenário. Acho que eles se envolveram pouco mesmo”⁵⁹. Observação seja

não seria, entre outros, cuidar de palimpsestos? Para uma discussão sobre a arte do ofício de historiador (que não é possível neste espaço apresentar), entre outros ver: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007. 254p.

²⁵ O júri foi o seguinte: Valdenir Zannete – Cecrisa; Albertino De Oliveira - Inamps (Lauro Muller); Basílio Dalbó - Pepsi Cola; Arlindo Junkes – Colegião; Telmo Locatelli - Pref. Municipal de Blumenau; Irmã Verônica Weber – Laguna, Nevio Capeller - Radio Tubã, Tubarão; Dulce do Pra - Escola de Música Bella Bartok; João Kantovizk - Hosp. São José ; Néri Milanez - Colégio São Bento; Flávio Vítório - Banda Cruzeiro do Sul; Jeremias F. Dos Santos - Assembléia de Deus. Dados obtidos junto ao Arquivo Público Municipal.

²⁶ Maria Marlene Milanez Justi. In: Depoimento já citado. A principal ausência sentida dos mineradores foi quando da ocorrência da Expo

feita que em 1980 a memória do carvão ainda era muito viva, e talvez sua ausência em lugares estabelecidos seja explicada justamente por isto. Para lembrar Pierre Nora, quando ainda habitamos a memória não há necessidade de lhe consagrar lugares⁶⁰.

Entre os critérios para a escolha do Hino, um estabelecia a necessidade de “interpretação do tema histórico da colonização”, como vimos. Sendo assim, no próprio Hino vitorioso se percebe o reconhecimento do agenciamento colonizador posta também pela mineração e não somente pelo imigrante⁶¹. Foi neste sentido que me chamou atenção a inscrição número 27. O nome inscrito era Edite da Silva Freitas, astuciosamente usando o pseudônimo “Dite Freitas”. Ora, supondo que poucas pessoas conhecessem Edite, o mesmo não se podia dizer de “Dite Freitas”, alcunha de José Francione de Freitas, que até onde consegui investigar, não se inscreveu. O “Dite” famoso foi um grande empresário em Criciúma (falecido em 07/02/2002), representante do setor carbonífero. Certamente um nome a provocar ressentimentos, dado o que se sabia sobre o carvão e o que ele havia feito com a cidade. Finalizando, vejamos o que a Dite, menos conhecida, fala sobre duas colonizações: cada qual com suas pedras:

100, uma grande feira industrial e comercial (realizada entre 4 e 10 de outubro de 1980), organizada para “mostrar o que faz Criciúma e o que Criciúma faz”, conforme veiculado por toda imprensa durante aquele ano e muito comentada na cidade e Estado.

²⁷ Ver NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Tradução de Yara Aun Khoury. In: Projeto História. São Paulo, (10), dez. 1993, p. 7-28.

²⁸ É necessário dizer que boa parte dos imigrantes italianos, mais expressivos do ponto de vista econômico, também acabam se envolvendo com a mineração. Contudo, na segunda metade do Século XX, já era bem visível a suplantação destes por homens que haviam chegado “de fora”. Neste sentido, o caso mais expressivo é o da família Freitas, que chegou na cidade vinda de Orleans (SC), no início da década de 1940. A família Freitas por mais de 40 anos foi certamente o nome econômico mais expressivo de Criciúma.

“Imigrante em terras distante, num país tropical veio parar(...). Rolando pedras e moinhos, do subsolo viu o carvão segregar. Cortando matas abrindo caminhos, a distância fazendo encurtar. Criciúma centenária, de povo heróico e tradição, baluarte da energia, és capital do carvão. Unindo todas as raças erguendo praças e campanário, hoje canto com civismo na festa do centenário.”⁶²

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnicidade hoje tem uma dimensão que se articula não somente com a de uma comunidade mais caracterizada ou local (ou mesmo daquela politicamente imaginada), ela está também conectada a uma concepção global. Somente assim, penso, se pode afirmar que em Criciúma as etnias se “repetem”. Um exemplo que pode diferenciar bem o que digo é a relação entre os Festejos do Centenário e festas outras, como Santa Bárbara e São José.

Em 1918 se realiza a primeira festa de Santa Bárbara, no local ainda hoje chamado Mina Velha (Bairro Santo Antonio). Em 1920 se constrói a primeira capela próxima a primeira mina aberta na cidade. Desta data em diante cresce muito o número de devotos da Santa bem como a empatia de boa parte da população cricumense envolvida com a mineração. As festas acompanham os ritmos da indústria carbonífera, isto no geral. É possível dizer que a Santa tenha sido a padroeira de fato do Município por mais de quatro décadas. Digo de fato, porque de direito o título cabia e cabe até hoje a São José. As festas de São José se iniciam em 1932. Não me parece gratuito que os encargos de organização e promoção destas duas festas citadas realizadas no ano de

²⁹ Parte da letra do Hino Escrito por Edite da Silva Freitas, sob Pseudônimo Dite Freitas. Inscrição N. 25. Disponível no Arquivo Público Municipal.

1980, durante as comemorações do centenário tenham sido dadas aos negros e aos italianos respectivamente⁶³. Essas duas festas citadas, pelo que consegui investigar, foram desde cedo dispositivos em torno dos quais havia uma identificação mais específica de grupos sociais. A periferia e a mineração mais identificada com Santa Bárbara – Padroeira dos Mineiros, e São José mais identificado com o Núcleo inicial formado pelos italianos. Ambas: Bárbara e José são festas que seguem o ritmo da vida das pessoas e hoje parecem um pouco esquecidas frente a eventos-espetáculos, e a própria Festa das Etnias, uma tentativa de re-aquecer as celebrações étnicas do Centenário, criada em 1989 (na segunda administração de Altair Guidi) e já com 22 edições realizadas. Em realidade, as celebrações do Centenário foram fundantes, como dito no início deste texto.

De modo geral, como indicam vários estudos desenvolvidos (alguns citados aqui), as diferentes comunidades de imigrantes reelaboram-se a partir de velhas e novas comemorações grupais, desde a reedição de antigas festas da terra nativa até a construção de novos festejos que tendem a consolidar uma certa unicidade do coletivo. Por outro lado, a chamada imigração histórica produziu (e produz) comemorações que ressaltam a positividade étnica e reificam o que se pode chamar de epopéia da imigração. Destacando a dureza do deslocamento e as agruras dos primeiros tempos, as terceiras e quartas gerações reforçaram o panorama da vitória conquistada pelos "pioneiros", que colaboraram fortemente na elaboração da auto-representação do grupo, o qual se entende como portador dessas qualidades. As comemorações que vêm sendo

³⁰ Conforme documentação encontrada nas pastas do Centenário no Arquivo Público Municipal. Aos poloneses coube o encargo da festa de São Cassemiro, um show artístico no estádio de futebol do atual time do Criciúma Futebol Clube ao encargo e em homenagens aos portugueses, e por último a Festa do Colono em Forquilha, ao encargo da etnia alemã.

organizadas nas três últimas décadas em torno dessa idéia de “pioneirismo” (muito presente no caso aqui exposto de Criciúma) acentuaram as disputas no campo da memória sobre os imigrantes no Brasil, caso flagrante entre os descendentes de italianos (mas também entre japoneses, alemães, poloneses e outros), conduzindo o trabalho dos historiadores sempre mais em direção ao estudo das narrativas mnemônicas e, também, de seus usos políticos. Assim, os lugares praticados, como nos convida a pensar Michel de Certeau, tais como: cidades, centenários, festas de família e outras – invocam e tensionam as idéias que produzimos sobre os processos migratórios, nos quais a etnicidade é ainda uma das mais marcadas manifestações.

Talvez este pequeno texto possa permitir que outras discussões interessantes sejam produzidas sobre processos que celebram e festejam lugares e (in)visibilizam pessoas, como no caso de Criciúma aqui apresentado. Discussões que para além de uma polarização entre o carvão e as etnias, entre centro e periferia, entre os “da cidade” e os “forasteiros”, sejam voltadas à fluidez dos sentidos, permitindo assim que vidas se instaurem num Futuro Aberto e não num Futuro do Pretérito, ou seja, onde essas vidas simplesmente aconteçam.

CAPÍTULO 4

FLORIANÓPOLIS: DESCAMINHOS DA CIDADE: MIGRAÇÕES, CONSUMO, TURISMO E MODERNIZAÇÕES URBANAS

Luiz Felipe Falcão⁶⁴

A confiar no que a imprensa da época noticiava e comentava, o Estado de Santa Catarina e sua capital, Florianópolis, no final da década de 1960 passavam finalmente por um amplo processo de transformações urbanas que estava modificando por completo as feições da cidade. Segundo as matérias, o Estado e a cidade teriam perdido todas as oportunidades anteriores de intensificação do crescimento econômico do país (como no Governo Dutra, ao final da II Grande Guerra) ou de mobilização nacional para propiciar alterações significativas (como o ocorrido em razão da construção de Brasília e da transferência da capital federal para o Centro-Oeste), mas naquele momento tudo indicava que, antes tarde do que nunca, Santa Catarina apresentava um ritmo acelerado de crescimento econômico e a antiga cidade que lhe servia de capital ia cedendo lugar para uma nova, mais moderna e dinâmica.

Não existem motivos para fazer muitos reparos em tal noticiário, tendo em vista que o principal jornal catarinense (o diário O Estado, publicado em Florianópolis desde o início do século XX e que hoje não circula mais), que exaltava aberta e seguidamente o “progresso” catarinense, não cessava de, ao

⁶⁴ Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A pesquisa que serviu de base para este texto contou com o apoio do aluno de iniciação científica Daniel Henrique França Lunardelli, a quem deixo registrado aqui meu agradecimento.

mesmo tempo, apontar a persistência em Florianópolis de antigas mazelas (e o surgimento de outras, bem mais contemporâneas) que atravancavam o andar das transformações tão ansiadas pelas autoridades governamentais e por lideranças econômicas, políticas e intelectuais, e isto num contexto demarcado por um regime ditatorial que impunha uma firme censura aos meios de comunicação, perseguindo com desembaraço quaisquer adversários que o afrontassem, regime com o qual, aliás, O Estado estava bem alinhado. Assim, não era difícil encontrar em suas páginas notícias segundo as quais a construção e a retificação das estradas que ligariam a capital ao interior, bem como facilitariam seu acesso, e ao conjunto do litoral catarinense, desde Curitiba e Porto Alegre, tinham um andamento moroso em todos os trechos; que cartões postais enviados da parte central da cidade para um bairro próximo demoravam três dias para chegar, enquanto que telegramas para o distante Oeste de Santa Catarina não eram entregues antes de oito ou dez dias; que a via de acesso ao aeroporto havia recebido paredes de concreto nas laterais para evitar a presença das águas e dos caranguejos provenientes do manguezal que atravessava; que os buracos abertos nas ruas e avenidas pelo Departamento encarregado pela Engenharia Sanitária e por outros órgãos da Prefeitura e do Estado não recebiam placas de orientação para advertir motoristas e pedestres, recebendo como única sinalização um muro com os paralelepípedos retirados do leito das vias (o que, no escuro da noite, tornava-se uma armadilha mortal), ou que vacas e outros ruminantes transitavam com tranquilidade pelos caminhos e estradas quase nunca pavimentadas que conduziam às praias do interior do município. E isto sem falar nos problemas de congestionamento do trânsito nas ruelas acanhadas da área central da cidade, da constatação de impropriedade para banhos de praias e balneários pela contaminação de suas águas por esgotos residenciais ligados à rede pluvial ou da falta de higiene e da sujeira que afetavam terrenos baldios e inclusive muitos dos bares e restaurantes existentes,

No entanto, para além destes transtornos e problemas, era evidente que, segundo o diário, Santa Catarina e Florianópolis

atravessavam um momento de grandes e significativas mudanças, sendo que especificamente no caso da última ela ia deixando para trás os ares de cidade acanhada e de pouca dinâmica econômica que a teriam caracterizado até então:

(...) O esforço que se verifica nos setores transporte, telecomunicações, educação, energia e indústria vem implantando no Estado uma infraestrutura que, dentro de mais alguns anos, poderá finalmente fazer com que Santa Catarina se alce a vãos mais ousados no contexto nacional, deixando de figurar no mapa como apenas um acidente geopolítico entre os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná.

Hoje, já não há lugar para meios-termos ou paliativos que marcavam a cadencia do passinho ronco de administrar. A partir da atual década Santa Catarina acordou da modéstia provinciana e sentiu que chegara a sua vez de também conquistar um lugar ao sol no plano nacional, após duras décadas em que se viu relegada a posições humilhantes pelo Governo da União, cujos impulsos demagógicos do passado só traziam a Santa Catarina palavras vazias e sem eco.

Ainda que denotando certo desgosto para com situações pretéritas em que supostamente o Governo Federal não teria dado a Santa Catarina a atenção merecida, mantendo o Estado numa posição de inferioridade frente a Paraná e Rio Grande do Sul, o periódico revela um diagnóstico positivo e esperançoso com os investimentos que estavam sendo efetuados naquele momento, sobretudo em setores de infra-estrutura como transporte, energia e telecomunicações, o que permitia imaginar um futuro altamente promissor. No que se refere à Florianópolis, em particular, o jornal reconhece que a cidade "foi, durante muitos anos, uma Capital adormecida e conformada com a apatia" (edição de 14 de dezembro, página 4), mas salienta que estes tempos foram ultrapassados e uma nova realidade emergia naqueles idos, de tal sorte que um comentarista não se esquiva de mostrar alguma tristeza com a perda irreparável da antiga cidade acanhada:

A cidade cresce. Todos querem que se desenvolva. Que seja uma grande Capital. Paralelamente, vai se tornando cada vez mais uma cidade desumana.

Os amigos mais próximos vão se distanciando, pelas atividades que nos preenchem todo o tempo; os mais distantes se separam definitivamente pela ausência e, quase impossibilidade de contatos mis frequentes; os dois desaparecem sem que na maioria dos casos tenham conhecimentos.

Decerto, aquilo que o escritor denomina de “cidade desumana” dizia respeito ao componente de individualismo e de anonimato que Simmel (2005) já havia observado no processo de formação das grandes cidades europeias da segunda metade do século XIX. Sua comprovação melancólica nas palavras do morador de Florianópolis referia-se à perda de formas de sociabilidade próprias de um restrito e distinto grupo social composto pelas camadas médias urbanas e por uma diminuta elite de endinheirados que habitavam uma cidade cujo perímetro urbano não alcançava mais do que cinco ou seis quilômetros, enquanto que extensas áreas despovoadas ou dedicadas às atividades extrativistas e agrícolas ocupavam a grande maioria da superfície do município e sediavam os lugarejos dos distritos mais longínquos. Afinal, para os grupos sociais integrados por pessoas sem maiores posses, marginalizadas ou discriminadas, como pobres urbanos, agricultores e pescadores sem grandes recursos ou os negros de um modo geral, aquela antiga cidade jamais fora fraterna ou acolhedora: muito ao contrário, sempre impusera lugares e códigos de conduta muito bem determinados e que não podiam ser ultrapassados de maneira impune (Araújo, 2006; Cardoso e Ianni, 1960; Rial, 2006).

Deixando propositalmente de lado estes fatores que ainda marcavam de modo nítido aquela cidade no final da década de 1960 e que não despertavam maior atenção da imprensa local na época, é interessante apontar alguns elementos que não são mencionados diretamente pelo noticiário, mas que assumem grande relevância para compreender as transformações que estavam em curso. Primeiro, vale dizer que existe um tanto de exagero na apreciação do Estado e da cidade como não tendo sofrido maiores alterações e sendo mesmo infensas a alterações modernizantes em períodos precedentes. O Brasil já vinha formando um aparato produtivo e, notadamente, um mercado de

consumo de massas desde a década anterior (Martini, 2011) , além do que, conforme demonstraram os estudos de Souto (ver, por exemplo, Souto, 1999), a criação de indústrias em Santa Catarina remete ao século XIX e sua vinculação aos grandes centros do país já se faz na primeira metade do século XX, enquanto que Lohn (2001) comprovou que o processo de verticalização do núcleo urbano de Florianópolis já tivera início na década de 1950, quando também são travadas discussões em torno de uma proposta de plano diretor que não apenas procurava disciplinar o crescimento da cidade, mas, sobretudo, pretendia imprimir a este crescimento alguns vetores devido a ser uma cidade litorânea e capital de Estado, em que atividades como turismo e outros ramos de prestação de serviços poderiam ganhar destaque junto com a incorporação imobiliária e a construção civil.

Segundo, aquele rápido e acentuado processo de transformação urbana não estava ocorrendo apenas no Estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis, mas sim acontecia em todo o Brasil impulsionado por aquilo que se convencionou chamar de “milagre econômico brasileiro” (Singer, 1972), ou seja, um crescimento elevado do Produto Interno Bruto que se estendeu de 1968 a 1973 com taxas anuais superiores a 10% (e que, com taxas um pouco menores, mas média próxima a 7%, se estendeu até 1980). Sabe-se em detalhe as razões que permitem explicar tal surto de expansão, que estava associado à estabilidade monetária, à captação de capital com baixo custo no mercado internacional, à vultosos investimentos em infraestrutura, incorporação imobiliária e construção civil, à consolidação de um mercado interno de consumo de bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.), semiduráveis (roupas e calçados, brinquedos, etc.) e não-duráveis (alimentos, bebidas, cosméticos, material de higiene e limpeza, etc.) e ao achatamento da remuneração dos trabalhadores assalariados graças ao rígido controle da atuação dos sindicatos e à repressão a quaisquer manifestações de contestação, tanto quanto se conhecem as mazelas que acarretou em termos de concentração de renda, marginalização social, êxodo rural e aumento da dívida externa,

que irromperam como uma espécie de dívida amarga e maldita nas décadas seguintes.

Naqueles idos, porém, a percepção dominante não era essa, pois uma grande parte da população estava envolvida nas tentativas de aproveitar o “milagre” da melhor maneira possível ou, quando vedado tal proveito, nas tratativas de sobreviver a ele (Cordeiro, 2009). E, talvez por isto, as oportunidades de negócio e as seduções do consumo que então se abriam não trouxeram consigo a devida transparência para o alcance e as consequências da massiva transferência de populações do campo para a cidade ou para o deslanche da miséria social.

Seja como for, é no bojo de tudo isto, como já indicado anteriormente, que vai se constituindo um mercado de consumo de massas a nível nacional em conjunto com expressivos investimentos em infraestrutura, incorporação imobiliária e construção civil. E, como parte não desprezível deste deslocamento está a atenção, planejamento e incentivo cada vez maior ao turismo pelas claras evidências de seu enorme potencial de geração de oportunidades de negócio, renda e emprego nas sociedades contemporâneas, inclusive em regiões que não haviam se beneficiado tanto dos momentos de prosperidade legados pela industrialização, como era o caso de Florianópolis.

Mesmo reconhecendo que a precariedade das ligações rodoviárias prejudicava em muito o fluxo dos turistas, o que seria mitigado pela retificação do traçado e asfaltamento da BR 101 que se encontrava em fase final (como também pela construção, anos depois, de uma segunda ponte ligando as porções insular e continental da cidade), a imprensa confere grande destaque à atenção voltada por parte das autoridades governamentais para aquela atividade e aos empreendimentos proporcionados por ela:

Já pode o Lagoa Iate Clube oferecer à sociedade florianopolitana algumas horas de convívio alegre e cordial. Embora as obras de construção de sua sede não estejam concluídas, achando-se apenas em adiantados termos, aquele grêmio de divertimentos e relações elegantes já convoca associados e simpatizantes para um encontro que será o primeiro,

naquele aprazível recanto ilhéu, onde se erguerá, dentro em pouco o Centro Internacional de Turismo.

As instalações do LIC constituem, como se sabe, parte integrante desse Centro, cuja concepção arquitetônica se deve ao gênio do brasileiro Niemeyer, famoso pelo que fez no Planalto Brasileiro, onde arquitetou Brasília.(...)

E aos que sonhavam com a Florianópolis turística era verdadeiramente motivo de estranheza não houvesse alguém, até então, pensados em aproveitar tão fartos dotes naturais, por todas as redondezas desta grande Ilha, para a implantação da indústria sem chaminés...

Já agora, uma empresa progressista mete ombros à obra e, cooperando nas intenções do Governo Ivo Silveira, que lançou a política do turismo em Santa Catarina em proporções concretas, traça perspectivas novas ao panorama extraordinariamente encantador da Lagoa da Conceição. (...)

Contudo, tendo logo em seguida iniciado a temporada de veraneio, atraindo muitos viajantes de Estados como Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, além de argentinos e uruguaios, as deficiências aparecem em profusão e são alvo de conjecturas não muito alvissareiras, como assinala um colunista do jornal O Estado:

Governo do Estado (DEATUR) e Prefeitura Municipal (DIRETUR) pretendem cumprir com seus objetivos no incentivo ao desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina.

Como ambos estão iniciando a longa caminhada pelo espinhoso caminho, muitas falhas ainda são verificadas.

Mas, o que tem feito a iniciativa privada pela expansão desse importante setor, indubitavelmente o que pode impulsionar ainda mais o progresso do município e do Estado?

À exceção do espírito dinâmico e corajoso do Sr. Admar Gonzaga, eu diria que nada, absolutamente nada.

Senão vejamos. Os hotéis da cidade andam cheios desde dezembro, com dias sem possibilidades de atendimento de uma só pessoa para um pernoite; os restaurantes fecham por volta da meia noite, impedindo mais vida na cidade durante o período noturno; a falta de informações aos turistas é total, ficando a

exceção honrosa com a Ilhatur e Emcatur; um prato de camarão na Lagoa, com quinze barbudos à milanesa está custando quatro cruzeiros novos, preço de um quilo à venda no mercado público; placas de indicação sobre os pontos pitorescos, simplesmente inexistem; e assim por diante.

Na ultima quinta-feira, dois casais de argentinos chegavam à uma hora da madrugada na cidade, depois de 23 horas de viagem direta, e penosa. Restaurantes fechados, hotéis sem acomodações e falta de orientação.

A impressão de precariedade e mesmo de abusos não poderia ser maior. Em plena temporada de verão, uma cidade litorânea repleta de praias e de outras atrações naturais como a decantada Lagoa da Conceição, tinha a oferecer apenas 1500 leitos em hotéis de todas as categorias, inclusive e principalmente das mais inferiores, a vida noturna (se é adequado usar esta expressão) raramente ultrapassava meia-noite, folhetos de informações turísticas não haviam sido providenciados e os preços cobrados aos turistas por parte dos bares e restaurantes assemelhava-se, para o colunista, a uma autêntica rapinagem, e isto sem falar da ausência de museus e outras atrações culturais párea serem desfrutadas. Considerando que o primeiro hotel construído numa área balneável do município, a Praia de Canasvieiras, situada a 27 quilômetros do centro da cidade e acessível apenas por barco ou trilha precária (e que hoje é um bairro populoso de Florianópolis), abriu suas portas em 1930 (Bitencourt, 2005), caminhou-se muito pouco até a virada para a década de 1970...

Os anos foram passando e o “milagre econômico”, o consumo de massa, as migrações internas e desenvolvimento do turismo acentuaram as transformações modernizadoras no país, no Estado e na cidade, sem, no entanto, solucionar os problemas e as dificuldades, como as deficiências de infra-estrutura exemplificadas pelos constantes cortes no abastecimento d’água e de energia elétrica ou pela precariedade das estradas, ou como os preços exorbitantes cobrados dos turistas para hospedagem ou alimentação, o trânsito congestionado e a preservação de hábitos de higiene que poluíam praias e lagoas, dentre outras mazelas

que a imprensa não se furtava de mencionar. E para fazer troça das agruras experimentadas por moradores e visitantes, chegou-se mesmo a elaborar uma espécie de prece para tentar neutralizar tais malefícios:

Do congestionamento da Ponte Hercílio Luz. Livrai-nos Alá. Da demora dos telefonemas interurbanos, livrai-nos Alá. Da falta de discagem direta a distância na capital do estado. Livrai-nos Alá. Da “velhice” de alguns ônibus circulares. Livrai-nos Alá. Da demora dos passageiros ao desembarcar dos coletivos. Livrai-nos Alá. Livrai-nos Alá. Da falta de troco dos cobradores de ônibus. Livrai-nos Alá. Da acanhada e antiquada rodoviária. Livrai-nos Alá. Do cotidiano conserto de estradas. Livrai-nos Alá. Da poeira das estradas para o interior da ilha. Livrai-nos Alá. Da água amarela nas torneiras em dias de muita chuva. Livrai-nos Alá. Da pintura da Catedral. Livrai-nos Alá. Do excesso de trânsito pela rua Conselheiro Mafra. Livrai-nos Alá. Das horas de sono perdidas para atendimento no INPS. Livrai-nos Alá. Da falta de muitas placas com os nomes das ruas. Livrai-nos Alá. Da falta de ótimos filmes nos cinemas. Livrai-nos Alá. Da ausência de praças de esporte. Livrai-nos Alá. Do esgoto aberto da Avenida Hercílio Luz. Livrai-nos Alá. E do medo de fazer críticas construtivas. Livrai-nos Alá.

Pelo teor das reportagens e comentários nos anos subsequentes, a prece zombeteira não apenas deve ter continuado em voga como pode também ter incorporado outros versetos, a espelhar que as transformações modernizantes não fizeram sucumbir antigos hábitos, como o de jogar lixo em terrenos baldios ou no mar inclusive naquela que era a zona mais nobre da cidade, tendo em realidade agregado a eles também eram portadoras de novos desafios para consolidar Florianópolis como pólo de atração turístico e centro de aglutinação e de irradiação política, econômica e cultural do Estado de Santa Catarina. Contudo, por outro lado, o material jornalístico é bastante elucidativo no que se refere aos novos hábitos e valores que passaram a abranger as práticas e representações simbólicas dos seus habitantes, como assistir televisão e acompanhar os novos lançamentos imobiliários:

Corre o “ano da graça de 1976” em todos os canais de televisão que chegam à Ilha de Santa Catarina. Programação normal, comerciais idem. Tudo muito comum, quase passando despercebido. Até que, de repente, a teleplatéia encontrou motivos para debater e dividir-se. Assiste, calorosa ou estupefata, um novo comercial, posto no vídeo apenas para vender lojas, salas e escritórios de um cliente incorporador. (...)

Nunca, na história da televisão catarinense, um pequeno filme comercial foi tão notado e cumpriu tão rapidamente os seus propósitos. Surpreendendo a agência que o contratou, os profissionais que o criaram e o cliente que o autorizou, mais do que ao próprio público, trouxe a formação de um mercado inusitado, quase fabuloso, (...) que conseguiu, em apenas duas semanas, a venda de 50 por cento da área de um imóvel de 31.790 metros quadrados.

Ou ainda, conforme assinalou o colunista social Beto Stodieck, o mais destacado desta categoria em Florianópolis na época:

De repente inúmeras senhoras pertencentes às mais conhecidas e tradicionais famílias de Florianópolis resolveram abandonar suas vetustas mansões e para apartamentos estão subindo.

Não é uma nem duas, mas várias, a maioria viúva. Uma anima a outra pelas facilidades e tranquilidades que apartamentos oferecem a senhoras no gênero – não posso contestar. Apartamentos pequenos (com preços que fogem a realidade) em relação às casas que estão acabando de abandonar.

Os filhos casaram ou saíram de casa. As empregadas mal se sujeitam a uma cozinha – o que dizer na limpeza diária de salas e salões, quartos e mais banheiros. Aliás, empregada hoje em dia

É artigo de luxo, é a para quem pode e não para quem quer. (...)

Para além de identificar o recente modismo de morar em prédios de apartamentos, ao invés das vetustas casas térreas e sobrados, o que deu ensejo a um panorama urbano cada vez mais verticalizado e a um inusitado adensamento populacional em

áreas exíguas, o texto traz igualmente a constatação de que as relações sociais igualmente vinham se modificando. E aqui não se trata do anonimato inerente às grandes cidades citado anteriormente, mas da dissolução gradativa dos laços de dependência pessoal que asseguravam a utilização de empregados domésticos subordinados a relações de poder com reduzida capacidade de barganha, o que, aliás, tornou-se mais e mais evidente com o crescente afluxo de forasteiros na cidade à passeio, à trabalho, para estudar nas universidades públicas (uma federal e uma estadual) ou transferidos pelas empresas com quem mantinham vínculo contratual (caso, sobretudo, dos “eletrosuis”, como eram chamados os funcionários da ELETROSUL, Centrais Elétricas do Sul do Brasil, que instalou sua sede em Florianópolis em 1976 e, para tanto, trouxe para a cidade um contingente numeroso de trabalhadores altamente qualificados), parte dos quais era bem remunerada e de elevado capital social e cultural.

Por via indireta, reconhecia-se que o tecido social da cidade já não era o mesmo e que as transformações urbanas afetaram em cheio os liames de subordinação e os próprios meios de instituição das identidades culturais (Lago, 1996, e Falcão, 2009). A velha Florianópolis, com certeza, resistia a sair de cena, como ficou expresso pela prisão, por posse de uma pequena quantidade de maconha, em 7 de julho de 1976, do cantor e compositor Gilberto Gil, juntamente com o baterista Francisco Edmundo Azevedo que o acompanhava, quando se encontravam em Florianópolis com Caetano Veloso, Gal Costa e Maria Betânia para apresentar o show Os Doces Bárbaros (Gil chegou a ser internado por ordem judicial e só foi liberado no dia 19 do mesmo mês). Mas a nova “Floripa”, como passou a ser chamada por muitos, insinuava-se por toda parte e deixara de ser um lugar remoto e de difícil acesso, onde não era habitual encontrar muitas pessoas de fora, ainda mais residindo na cidade, ou padrões de consumo de massa compatíveis com os grandes centros do país muito embora sua dinâmica continuasse deixando a desejar, segundo observava o já citado colunista Beto Stodieck:

Florianópolis é linda, divina, maravilhosa, todos sabem, não me canso de repetir. A ilha está consagrada pelas mais diversas publicações de circulação nacional. Ainda agora, logo depois do que o Ziraldo disse no Pasquim, a revista Quatro Rodas (Mar) deslumbrou-se com o que viu e fez questão de deixar registrado através de fotos de Domingos Cavalcanti e texto de José Maria dos Santos. Isso é ótimo, muito ótimo, chama pencas e mais pencas de turistas de tudo quanto é canto – principalmente paulistas que são os que mais saracoteiam por este Brasil.

Mas, pergunto, continuo perguntando: o que é que essas pessoas que para cá vem fazem depois de ver a natureza que nos rodeia? Os mais jovens vão ao Twist, Beira-Mar. E daí? Ficam em pé, um olhando para o cara do outro, sem mais nada acontecer. E os outros? Aliás, aonde é que essas pessoas se hospedam quando não trazem barracas e quando não tem nem parentes nem amigos que moram por aqui? E aonde é que esses mesmos forasteiros bebem, dançam, se encontram? Diga-me lá: aonde é que posso fazer um lanche, tomar um suco, às quatro da tarde de um domingo? Comer, come-se bem, principalmente se o turista não ficar mais de quatro dias...

Quero dizer o seguinte: não se esqueçam turísticas autoridades, hoteleiros e afins: a Bahia, em termos de turismo interno saturou, virou rota internacional, já outra barra. Pelo jeito, e disso tenho certeza, a nova opção nacional será a ilha de Santa Catarina – não é exagero. Só que, infelizmente, não temos a mínima estrutura além da natureza, repito. Se não tomarem urgentes providências, não sei não.

Como indicava o colunista no título que encabeçava seu texto, “natureza não põe mesa”, tanto quanto migrações, consumo e turismo, por si só, não afiançava (segue não afiançando) transformações urbanas capazes de promover uma cidade mais cosmopolita, solidária e com efetivas melhorias nas condições de vida para todos os seus moradores. Seria, mesmo, uma ingenuidade supor algo deste tipo, em especial num espaço e tempo profundamente marcado por um regime político autoritário que fornecera guarida para um forte achatamento salarial e para toda sorte de violências e arbitrariedades. Todavia, no início da

segunda metade da década de 1970 a situação começara a mudar, e movimentos de contestação ao regime tomavam uma forma bem mais robusta. Com isto, as transformações modernizantes que vinham ocorrendo em Florianópolis e no país como um todo desde o final da década anterior passavam a envolver também novos personagens, novos interesses e novas expectativas, num Brasil definitivamente urbano e cada vez mais integrado num arranjo definido e regido em termos mundiais.

4.1 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Camilo Buss. Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis - anos 1950 e 1960. 2006. Florianópolis: UFSC, 2006 (Dissertação de Mestrado em História).

BARRETTO, Margarita. Cultura e turismo. Campinas: Papirus, 2007.

BITENCOURT, Suzana. Castelos de Areia: o turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980). Florianópolis: UFSC, 2005 (Dissertação de Mestrado em História).

CARSOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici, In: Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 22, p. 85-104, 2009.

FALCÃO, Luiz Felipe. Da cidade, seus usos e sentidos, In: DUARTE, Geni Rosa; FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson. Práticas socioculturais como fazer histórico (abordagens e desafios teórico-metodológicos). Marechal Cândido Rondon: EDUNIOESTE, 2009.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996.

LOHN, Reinaldo L. Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana, Florianópolis 1950-1970. Porto Alegre: UFRGS, 2001 (tese de doutorado em História).

MARTINI, Silvia Rosana Modena. O Ibope, a opinião pública e o senso comum dos anos 1950: hábitos, preferências, comportamentos e valores dos moradores dos grandes centros urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2011

RIAL, Carmen Sílvia de Moraes e GODIO, Mateus (orgs.). Pesca e turismo: etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul. NUPPE/CFH/UFSC, 2006.

SANTANA, A.. Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903), In: Mana, vol.11, no. 2, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Outubro de 2005.

SINGER, Paul. O Milagre Brasileiro - Causas e Consequências, In: Cadernos CEBRAP nº 6, São Paulo, CEBRAP, 1972.

SOUTO, Américo Augusto da Costa. Industrialização de Santa Catarina: o Vale do Itajaí e o litoral de São Francisco, das origens ao mercado nacional (1850-1929), In: BRANCHER, Ana (org.) História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CAPÍTULO 5

JOINVILLE PELAS SOMBRAS DA URBE: (IM)PERTINÊNCIAS DE UMA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Diego Finder Machado⁶⁵

O contemporâneo é aquele que percebe o escuro do seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpelá-lo, algo que, mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele (AGAMBEN, 2009, p. 64).

Alguns acontecimentos, alheios a ordem costumeira dos dias, desestabilizam o cotidiano de uma cidade e acendem intensos debates sobre os rumos das transformações urbanas. Rapidamente transformados em fatos midiáticos, algo peculiar ao mundo contemporâneo, estes acontecimentos excepcionais trazem à tona posicionamentos divergentes em relação às maneiras multifacetadas pelas quais a cidade é praticada por aqueles que a habitam. O que para alguns pode parecer um episódio de dimensões singulares, para outros, não passa de mera banalidade. Para muitos, certos incidentes, por mais extraordinários que pareçam, são apenas a realização de algo que já se mostrava prenunciado. Investigar as ressonâncias de tais acontecimentos na esfera pública urbana, atentos aos ditos, não-ditos e interditos, pode nos indicar pistas na busca pela

⁶⁵ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina e Coordenador de Apoio Cultural vinculado à Gerência da Unidade de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Joinville. Pesquisador ligado ao grupo de pesquisa "Cidade, Cultura e Diferença", da Universidade da Região de Joinville. E-mail: diego_finder@yahoo.com.br. Excepcionalmente as notas deste texto estão como notas de fim.

compreensão dos diferentes sentidos e sensibilidades sobre a vida nas cidades.

Em uma manhã de quinta-feira, em meados de fevereiro de 2010, os transeuntes que circulavam pela movimentada região central da cidade de Joinville foram surpreendidos pelo som estridente de sirenes de caminhões de combate a incêndio e pelo deslocamento de curiosos, entre os quais diversas equipes de reportagem à espreita de um furo jornalístico, em direção a um dos principais ícones representativos da formação histórica da cidade de Joinville, a Alameda Brüstlein, ou Rua das Palmeiras como é mais conhecida pelos joinvilenses. Um dos casarões localizados em uma das margens desta rua, resquício de ocupações residenciais das primeiras décadas do século XX, estava em chamas. Apesar de todo esforço da equipe de bombeiros para extinguir o fogo, em poucos minutos o dano parecia inevitável: o telhado deste antigo casarão, que já há alguns anos se apresentava deteriorado pela ausência de manutenção, veio abaixo.

No dia seguinte, de forma bastante criativa, os principais jornais da cidade noticiaram o ocorrido. Metáforas não faltaram para qualificar o acontecido. Em letras garrafais, o Jornal A Notícia apresentou sua principal manchete: “Fogo no Coração da Cidade”. Segundo este periódico, “o principal cartão-postal de Joinville nunca recebeu tanta visita de uma só vez”, fazendo alusão a presença, além daqueles que tentavam combater o fogo que consumia a edificação, de muitos curiosos, da imprensa local e de técnicos da Fundação Cultural de Joinville que, naquele momento, eram responsáveis pela política pública municipal de salvaguarda e preservação do patrimônio cultural. Na sequência, o público leitor foi informado sobre os últimos acontecimentos: “A casa de número 82, abandonada há anos, roubou o cenário e encheu o Centro da cidade de fumaça. Um incêndio por volta das 10h30 da manhã de ontem danificou toda a estrutura do imóvel, considerado unidade de interesse de preservação” (GEISLER, 2010, p. 18).

Já o Jornal Notícias do Dia, também ousando em inventividade, nomeou este trágico dia como uma “Quinta-Feira de Cinzas”, afinal, como foi explicado aos leitores, “uma fumaça

densa acinzentou a manhã de ontem na Rua das Palmeiras, um dos cartões-postais de Joinville. Centenário, o casarão 82 foi consumido em minutos pelas chamas”. O imóvel vitimado pelo fogo, conforme relatado, estava abandonado desde 2001, quando “passou a ser habitado por sem-tetos e usuários de drogas”. Sem saber ainda o que teria motivado o incêndio, somente era deixado no ar uma desconfiança: “Polícia e bombeiros já abriram investigação para apurar as causas do incêndio. Suspeita-se de que tenha sido criminoso” (PRADO e GOMES, 2010, p. 4).

Alguns meses antes, este mesmo Jornal já havia chamado a atenção para alguns usos impertinentes da Rua das Palmeiras, usos que se mostravam em nítido descompasso com os interesses de transformação deste importante patrimônio cultural em um atrativo aos turistas e aos próprios habitantes da cidade. Nas palavras do Jornal, “caminhar pela Rua das Palmeiras, conhecido cartão-postal de Joinville, deveria ser um passeio agradável”, contudo, como foi alertado, “a beleza da Alameda Brüstlein – o nome oficial –, por vezes perde espaço para os usuários de drogas e moradores de rua que insistem em fazer do jardim sua moradia” (JACOMINI, 2009, p. 3).

Joinville, da mesma forma como outras grandes cidades, vivenciou nas últimas décadas um processo de transformação nos usos e ocupações das áreas mais antigas localizadas no perímetro central. Os antigos usos residenciais que dividiam espaço com os costumeiros usos comerciais, à exceção de alguns poucos edifícios destinados a esta função, hoje se apresentam bastaste acanhados nesta região, especialmente nos casarios antigos que ainda perduram na cidade. Algumas destas edificações, como a que foi incendiada, foram desocupadas pelos seus proprietários legítimos que, não demonstrando qualquer interesse pela preservação, deixaram de investir em ações de restauro e manutenção, por menor que fossem. Sem uma definição clara de uso e ocupação destes casarios deteriorados, o vazio deixado abriu espaço para outras práticas urbanas, práticas impertinentes que, na opinião expressa nos principais veículos de comunicação da cidade, macularam a sacralidade de um importante “cartão-postal” de Joinville. Prostitutas, moradores de

rua, usuários de drogas ilícitas, tribos urbanas juvenis, dentre outros, passaram a ocupar o cenário patrimonial da Rua das Palmeiras, disseminando na cidade manifestações de medo e, sobretudo, repúdio a estas maneiras de viver e habitar a cidade contemporânea.

Diante do destaque que a mídia local conferiu ao incêndio na Rua das Palmeiras, opiniões diversas foram mobilizadas e, algumas delas, também ocuparam as páginas dos jornais nos dias que seguiram ao trágico acontecimento. Em contraste com as falas de técnicos ligados aos órgãos de preservação do patrimônio cultural de Joinville, para quem o dano, embora não tivesse comprometido o bem cultural de forma definitiva, se mostrava lamentável, outras falas publicizadas na imprensa colocavam em questionamento o valor cultural atribuído a determinados lugares da cidade. Para Amauri Correa de Oliveira, soava equivocado qualificar a Rua das Palmeiras como um “cartão-postal” de Joinville. Segundo ele:

Denominar um antro de cartão-postal é uma afronta à nossa Catedral, àquela residência bonita na esquina das ruas Blumenau e Max Colin, à Estação Ferroviária – agora restaurada –, à magnífica obra na Jerônimo Coelho (família Dória), entre tantas outras. Joinville está abarrotada de casarios abandonados sem préstimos para nada. Só estão de pé por pirraça de meia dúzia de pessoas, que só falam em preservação. Só que não movem uma palha em se tratando de restauração. Esses casarios abandonados vêm deixando nossa cidade cada vez mais feia (OLIVEIRA, 2010, p. 6).

O tom provocativo desta missiva encaminhada ao Jornal Notícias do Dia estimulou outros leitores a manifestarem publicamente suas opiniões. Ecoando as palavras de Amauri Correa de Oliveira, o leitor Vilson Rolf Noernberg demonstrou indignação para com o interesse público em preservar casarios que só Server de “refúgio para drogados e mendigos”. Segundo ele, “aquela casa incendiada na Rua das Palmeiras não tem nenhuma história ou arquitetura diferenciada de época que

mereça restauração. Feia, abandonada, sem graça, assim como tantas outras que insistem em chamar de patrimônio histórico” (NOERNBERG, 2010, p. 6). Já Daniela Pereira, em crítica ao que denomina de “mito do cartão-postal”, defendeu no mesmo espaço midiático uma prática de preservação mas abrangente, que não apenas evidencie a “história de um ou de outro, com status social, dinheiro e rosto na mídia”, mas, sobretudo, que inclua outras memórias e histórias, que inclua “nós, o povo, aquele que trabalha, estuda, mora, e constrói o que somos hoje”. Em nítido contraste com os posicionamentos anteriores, para ela, “preservar não se trata de engessar as coisas, e sim, manter um diálogo entre o passado e presente, ressignificando, por meio de novas vivências, seus espaços e utilidades. Preservar não apenas pela beleza. É uma necessidade, uma obrigação” (PEREIRA, 2010, p. 6).

O que se mostra intrigante em debates como este, é a luta de representações em torno dos processos de patrimonialização de bens culturais urbanos. Fica evidente que, longe de sentidos consensuais, as práticas preservação do patrimônio cultural, principalmente no que tange à salvaguarda do patrimônio material imóvel, geram acirradas polêmicas. Dísparos valores são postos em jogo, mobilizando posicionamentos conflitantes em relação à cidade vivida e desejada.

Tentando esquivar-se momentaneamente dos territórios midiaticamente iluminados destes debates, em busca das zonas escuras e sombrias da vida urbana contemporânea, tal como nos instigou a pensar o filósofo italiano Giorgio Agamben, é possível perceber nestas falas públicas algumas arestas ainda pouco problematizadas. Não deixa de soar de maneira estranha algumas narrativas que, ao mesmo tempo em que insinuam, de forma bastante explícita, a ocupação de lugares urbanos por pessoas marginalizadas, denunciam um suposto estado de total “abandono” das edificações patrimonializadas nas cidades. Têm-se a impressão de que, para alguns destes narradores da vida urbana, certas presenças impertinentes não passam de meros espetros a rondar o cotidiano das cidades urbanas. Invisibilizados,

tais personagens somente são trazidos à tona quando estimulam estranhas sensações de medo e repulsa.

Buscando contribuir com os debates que cercam a temática do patrimônio cultural nas cidades contemporâneas, minhas inferências mais recentes têm problematizado uma modalidade de construção discursiva, bastante corriqueira em tempos atuais, que tenho denominado “retóricas do abandono”⁶⁶. Penso que a atenção para as maneiras como o adjetivo “abandonado” é mobilizado para narrar os usos e apropriações do patrimônio cultural urbano podem estimular o debate acerca das maneiras pelas quais os diferentes grupos sociais, em interface com as políticas públicas de Estado, se relacionam e constroem sentidos múltiplos sobre os bens culturais patrimonializados, em contextos específicos e singulares.

Neste texto, procuro provocar novos olhares para as múltiplas maneiras, próprias ao nosso tempo, pelas quais criativos transeuntes do mundo urbano usam e se apropriam⁶⁷

⁶⁶Estimulado por uma leitura possível do provocativo texto em que o renomado antropólogo brasileiro José Reginaldo Santos Gonçalves argumentou a respeito de uma “retórica da perda”, venho construindo, desde os tempos da redação de minha dissertação de mestrado (MACHADO, 2009), algumas reflexões a respeito dos usos e apropriações sociais do patrimônio cultural urbano que, a meu ver, embora sejam profundamente influenciadas pelas políticas públicas oficiais, transgridem a área restrita de atuação do Estado neste campo. Em seu livro “A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”, José Reginaldo Santos Gonçalves procurou compreender as construções discursivas sobre o patrimônio cultural no Brasil, procurando problematizar a mobilização de um argumento segundo o qual viveríamos sob o risco iminente de desaparecimento de significativos valores culturais. Para ele, tais argumentos tinham o intuito declarado de justificar a existência de políticas públicas para a salvaguarda da memória e da identidade nacionais e a indispensável interferência direta do Estado nesta área (GONÇALVES, 1996).

⁶⁷Vale aqui uma ressalva a respeito da maneira como utilizo a palavra “apropriação” neste texto. O entendimento deste conceito, caro aos estudos da História Cultural, destoa aqui das maneiras pelas quais os intelectuais ligados aos órgãos oficiais de preservação defenderam e,

culturalmente dos bens culturais qualificados como “patrimônios culturais” em Joinville, Santa Catarina. Partindo de uma perturbadora inquietação em relação ao uso costumeiro do adjetivo “abandonado” para qualificar bens culturais localizados nas áreas centrais da cidade, alguns questionamentos conduzem as argumentações: É possível acreditar que os lugares socialmente considerados como “abandonados” de fato foram abandonados pelos habitantes da cidade? Inexistem apropriações sociais e culturais dos lugares da cidade aos quais costumeiramente empregamos este adjetivo carregado de atribuições valorativas? Quais histórias e quais memórias do tempo presente estes lugares podem nos indiciar? Tentando propor algumas possibilidades de diálogo com tais indagações, trago para o debate algumas falas públicas extraídas de um conjunto documental elaborado em distintos processos de pesquisa – com destaque especial para as narrativas diversas veiculadas pelos textos publicados pela imprensa escrita local – que podem nos provocar algumas reflexões importantes.

5.1 ABANDONO A CULTIVAR OU A COMBATER?

Em 1962, Lucio Costa – importante arquiteto brasileiro reconhecido pelos seus diversos projetos, como, por exemplo, a elaboração do projeto piloto da cidade de Brasília – trabalhava para o órgão público à época denominado Departamento do

muitas vezes, ainda defendem a apropriação da cultura nacional – entendida aqui, em sentido estrito, como um processo de reconhecimento enquanto propriedade da Nação dos bens culturais de interesse social que compõem o patrimônio cultural brasileiro – como uma causa política (Cf. GONÇALVES, 1996, p. 63). Compartilhando do pensamento de Michel de Certeau, entendo “apropriação” como uma operação, permeada por relações desiguais de poder, de consumo cultural, uma operação “silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas *maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (CERTEAU, 1994, p. 39).

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na função de diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos. Entre os afazeres diversos de seu cargo, Lúcio Costa foi designado para apresentar um parecer a respeito do tombamento do chamado “Cemitério Protestante de Joinville”⁶⁸, hoje conhecido nesta cidade como “Cemitério do Imigrante”⁶⁹. Inspirado por umas poucas fotografias, sem, provavelmente, nunca ter posto os pés no aludido território cemiterial, Lúcio Costa deixou escrito as seguintes palavras:

O sentido histórico da fundação da antiga colônia Dona Francisca e o alcance e significação da obra realizada no sul do país pelos nossos patrícios de ascendência germânica, justificam [...] a inscrição do antigo cemitério fundado pelo pastor Hoffmann no Livro Tombo Histórico, uma vez que se conserve o aspecto agreste e se não mutilem as árvores a pretexto de zelar pela proteção das sepulturas, pois essa impressão de cultivado abandono, que lhe confere ar romântico, é o que importa preservar (PESSOA, 2004, p. 185).

O que me intriga nesta escrita um tanto poética de Lúcio Costa é a positividade – perceptível em uma brevíssima advertência sobre o cuidado especial que se deveria ter para com as características da paisagem natural que interagiu com o

⁶⁸Processo de Tombamento Federal 0659-T-62. Arquivo Noronha Santos, Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cópias depositadas em arquivos da Fundação Cultural de Joinville.

⁶⁹O hoje denominado “Cemitério do Imigrante” foi o primeiro lugar oficial destinado ao enterramento dos mortos na antiga Colônia Dona Francisca, em território onde hoje se localiza a área urbana do município de Joinville. O primeiro sepultamento neste espaço cemiterial foi realizado em fins do mês de dezembro de 1851, mesmo ano em que aportaram em terras brasileiras os imigrantes que deixaram algumas regiões da Europa (territórios que hoje pertencem à Alemanha, Suíça e Noruega). Atualmente este antigo cemitério, embora de propriedade da Comunidade Evangélica de Joinville, é administrado pela Fundação Cultural de Joinville.

patrimônio edificado deste antigo cemitério – atribuída a uma imaginada situação de “cultivado abandono” deste bem cultural em vias de tornar-se patrimônio cultural da nação. Para ele, neste caso, uma ação de preservação não deveria intervir em um processo, evidente já naquele momento, de deterioração das sepulturas, processo provocado, para além da ação do tempo sobre a materialidade, pela interação com uma vegetação invasiva. Na opinião deste intelectual modernista, a ação do Estado, neste caso específico e completamente destoante da política nacional de patrimônio cultural daquele momento (e, sem dúvida, destoante também de nossas práticas preservacionistas atuais), seria a manutenção de um estado de “cultivado abandono”.

Mas, afinal, quais os sentidos possíveis desta intrigante escrita? Certamente, não nos cabe aqui tentar compreender em sua plenitude os sentidos explicitados pela expressão codificada “cultivado abandono”. Nem muito menos tentar entender as motivações subjetivas que levaram Lúcio Costa a tal posicionamento. Contudo, podemos exercitar algumas intuições a respeito.

Não podemos esquecer, nesta análise, que o movimento modernista brasileiro – em especial, a parte deste movimento que aderiu a um projeto nacionalista de transformação do Estado Brasileiro – não negou o pensamento romântico advindo de meados do século XIX. Pelo contrário, se acreditava, entre estes intelectuais, que a modernização da nação brasileira somente se concretizaria em um diálogo possível com formas tradicionais de viver. Um sentimento atravessado por nostalgias de um passado imaginado como significativamente melhor que um instável presente marcado pela destruição e desintegração da sociedade em escala acelerada.

O futuro desejado e sonhado, segundo estes notórios pensadores, somente poderia ser vislumbrado com referência a um aprendizado sobre este passado utópico, aprendizado este que demandaria um cuidado para com estas manifestações que ainda conferiam um “ar romântico” ao presente. Neste sentido, o pensamento romântico, neste momento ainda presente, se mostra

não apenas como um refúgio diante de um mundo imaginado como caótico, mas também como uma insistente resistência frente às transformações sociais que poderiam abalar, a qualquer momento, as maneiras tradicionais de viver e de estar no mundo. Como nos lembra Michael Löwy e Robert Sayre, alguns movimentos culturais de vanguarda do século XX assumiram a crítica romântica, advinda de outros tempos, da civilização capitalista (LÖWY e SAYRE, 1995, p. 37).

No entanto, o que novamente nos intriga, é que, no caso específico que estamos discutindo aqui, o romantismo não está demarcado somente na contemplação das marcas humanas do passado deixadas sobre o espaço construído do Cemitério do Imigrante, mas, sobretudo, num olhar bucólico sobre a paisagem natural, por sorte “abandonada”, que avançava sobre a materialidade construída e a colocava sob ameaça. Um desejo de futuro se colocava aqui, um futuro pautado por uma relação pretérita com o cuidado com os recursos naturais indispensáveis à vida humana. Um futuro em que a prática bucólica de contemplar e “cultivar” as belezas naturais não se extingiria facilmente diante de uma mutilação imprópria e injustificável, sob o pretexto de preservar um tipo específico de ação humana sobre território.

Não obstante, ao imputar o adjetivo “cultivado” à palavra abandono, esta narrativa indicia o desejo de um abandono, não por esquecimento ou por desleixo, mas um abandono desejado, um abandono que se quer cultivar e preservar, um abandono cuja sobrevivência dependeria de uma intervenção humana e de um despojamento dos desejos de interferir de maneira indiscriminada sobre este ambiente paisagístico.

Outra citação a respeito deste bem cultural que trago para o debate foi extraída de uma ata, redigida em 1966, poucos anos depois do tombamento federal do Cemitério do Imigrante como patrimônio histórico e paisagístico da nação. Neste documento, as pessoas presentes à reunião, em sua maioria membros da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização, explicitaram a preocupação com o estado de “abandono” deste antigo cemitério e trataram da composição da futura Comissão de Preservação e Conservação do Cemitério do Imigrante,

justificada, neste momento, como uma ação urgente e inadiável, sob o risco de uma perda lastimável para a memória pública da cidade. Conforme as palavras registradas neste documento:

A Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização, em 1966, preocupada com o abandono e o estado de péssima conservação do Cemitério dos Imigrantes, pertencente a Comunidade Evangélica de Joinville, irá reunir um grupo de pessoas para ver o que poderá ser feito (CASA DA MEMÓRIA, 1966-1991, p. 1).

Em contraste com o parecer de Lúcio Costa, neste caso a palavra “abandono” recebe uma conotação completamente diferente. Aqui o “abandono” não é cultivado, não é desejado e muito menos é assumido como intencional por estas pessoas. Esta palavra, aqui, recebe uma significação mais próxima do uso, hoje bastante comum, como mecanismo de denúncia de situações de descaso e de descomprometimento social para com os “relicários” do passado. Neste caso, a palavra abandono, significada por esta construção discursiva, é motivo de repúdio e indignação, é palavra de ordem para um combate pela guarda e segurança de nossos bens culturais.

Falas como essa sinalizam que o presumido risco de “perda” das memórias de uma sociedade não pode ser contido apenas com uma ação pública de acautelamento legal. Após o tombamento, ou após qualquer meio legal cujo intuito é garantir a persistência do patrimônio cultural, a retórica é outra. Neste momento o combate é contra o presumido “abandono” dos bens culturais patrimonializados.

Este uso da palavra “abandono” para qualificar a situação de preservação e conservação do Cemitério do Imigrante, além de ter sido nas últimas décadas fato jornalístico muito presente, especialmente, em períodos próximos à comemoração do Dia dos Mortos, foi recentemente mobilizado em um texto de autoria da restauradora Gessonia Leite de Andrade Carrasco⁷⁰, em coautoria com seu orientador de mestrado. Para os autores:

⁷⁰Especialista Cultural em Restauração da Fundação Cultural de Joinville.

O Cemitério do Imigrante, em Joinville, SC, é um exemplo de cemitério que se insere no caso de cemitério tombado, porém abandonado. Embora tenha tido, ao longo dos anos, ações pontuais para sua conservação, encontra-se severamente danificado pela ação do tempo, mas, também, por atos de vandalismo e falta de manutenção adequada (CARRASCO e NAPPI, 2009, p. 55).

Novamente algo nos instiga a pensar. Se este cemitério, tal como qualificado pelos autores, de fato foi “abandonado”, o que justifica a inconveniente presença de pessoas envolvidas em atos de vandalismo? Se a palavra “abandono” não significa, neste caso, a ausência de pessoas, qual, então, o seu sentido? Para tentar propor algumas inferências em relação a estes questionamentos, é preciso discutir o lugar da estética urbana no mundo contemporâneo.

5.2 PARA ALÉM DOS CARTÕES POSTAIS

“A porta da frente da cidade”. Com essa curiosa chamada um pequeno texto foi impresso na página de abertura do caderno especial do *Jornal A Notícia*, publicado em março de 1988, no ensejo das comemorações dos 137 anos de Joinville. Como seria possível pensar que Joinville, em fins do século XX, pudesse anunciar uma porta de entrada indicando um caminho ideal, entre as possibilidades existentes, para se chegar a estas terras? Em uma cidade que já à época era imaginada como uma grande metrópole, em comparação a outros lugares do estado de Santa Catarina, e cujos desejos aspiravam uma crescente expansão das fronteiras para além dos limites restritos do território urbano, tal alegoria poderia nos parecer completamente descabida e imprópria. Na opinião do Jornal:

É muito difícil dizer-se que uma cidade tenha portas. Quando a expressão é usada, soa como algo da Idade Média ou simbolismo nas entregas das chaves a visitantes ilustres. No entanto, entre as muitas maneiras

de se chegar a Joinville, o visitante poderá optar pelo portal turístico que permite uma primeira aproximação com tudo aquilo que a cidade pode oferecer. Uma espécie de identidade com o passado e com o presente (A PORTA DA FRENTE DA CIDADE, 1988, p. 2).

Tal "portal turístico", inaugurado em 1979, faz parte de um conjunto de edificações, criadas já no fim da década de 1970 e ao longo da década de 1980, que tentavam transparecer, a todos os visitantes que porventura passassem por Joinville, uma sensação imagética de pequena vila europeia, de ascendência tipicamente germânica, cravada em solo brasileiro. No alto da Rua 15 de Novembro e à margem da BR 101, este pórtico, cuja fachada ainda hoje nos induz a lembrar as casas em enxaimel construídas por alguns dos primeiros imigrantes que chegaram a Joinville em meados do século XIX, foi pensado como uma espécie de "isca" para atrair os turistas que, de passagem pelos trajetos da rodovia BR 101, tivessem intenções de gastar algum dinheiro em Joinville.

Este "portal", projetado com a intenção de indicar um itinerário urbano a todo aquele desejoso de conhecer um pouco da história e da cultura joinvilense, tenta servir como uma inimaginável passagem entre dois diferentes tempos da cidade de Joinville: um tempo pretérito, cujo cotidiano era marcado por uma vida tranquila de pequena província atravessada por costumeiras práticas socioculturais inspiradas no ausente lugar de onde partiram os imigrantes do século XIX, e um tempo presente, extremamente agitado pelos intensos fluxos contemporâneos, em que uma economia imagética torna este olhar sobre o passado um atrativo rentável ao desenvolvimento do município.

Comentando, em 1996, a importância da via aberta pela imponência deste "portal", a Rua 15 de Novembro, o então prefeito municipal, Wittich Freitag, apresentava aos joinvilenses mais uma das obras de sua gestão: a nova e mais atrativa feição deste acesso à cidade.

A rua 15 de Novembro, batizada "Mittelweg" pelos pioneiros e colonizadores, ainda hoje pode ser considerada o caminho do Meio, trilha sinuosa por onde

começava a aventura de descobrir um povo que ama a sua cidade, dedicando-lhe o carinho e o esmero que ela merece. Hoje, depois do asfaltamento e do tratamento paisagístico que acaba de ganhar, mais do que nunca ela tornou-se um dos mais belos cartões postais de Joinville (FREITAG, 1996, p. 3).

Tal fala, indica-nos algumas considerações importantes. Ao transformar a própria cidade em uma espécie de *suvenir* consumível, uma espécie de “cartão postal”, algumas cenas e cenários urbanos são enquadrados em representações atraentes, cuja intenção é seduzir o visitante interessado em uma experiência presumidamente singular. Como se pudéssemos, por alguns momentos, viajar no tempo, esses pontos turísticos nos indicam um itinerário, muito bem delimitado, destinados a proporcionar-nos sensações nostálgicas de passados ausentes em uma cidade contemporânea.

Além disto, existe algo a mais que podemos depreender da fala de Wittich Freitag. Em um mundo saturado por imagens, onde tudo parece poder ser replicado pelo poder imensurável das tecnologias da informação e comunicação, paulatinamente simples cartões-postais ou mesmo as antigas fotografias em tom de sépia deixam de sanar completamente as necessidades contemporâneas pela possibilidade de experimentar o passado. Nesse mundo-imagem, onde as práticas sociais e culturais, especialmente quando as cidades servem como palco, parecem somente possíveis quando mediadas por múltiplas e diversificadas imagens, os cartões-postais adquirem novos sentidos: deixam de ser apenas um registro, no tempo e no espaço, de momentos e lugares significativos das cidades, para tornarem-se referenciais estéticos que inspiram as transformações urbanas. Temos, hoje em dia, a impressão de que a própria cidade vem sendo pensada como um atrativo cartão postal.

Em outra narrativa, um conhecido escritor da cidade, Rubens da Cunha, manifestou, em uma crônica publicada em 2005 no *Jornal A Notícia*, um sentimento de profunda indignação. Sob o inusitado título “Os recém-casados e os museus”, este

cronista lamentava o descaso público, na cidade de Joinville, com uma prática que aos poucos estava deixando de ser corriqueira: o costume de noivos e noivas, logo após a cerimônia religiosa de casamento, posar diante dos jardins dos museus da cidade para serem fotografados e, assim, eternizar estas imagens em seus álbuns familiares. Na opinião deste escritor:

Eram cenas repletas de uma leveza melancólica, de um surrealismo que se equilibrava entre a ingenuidade e o ridículo. As mulheres, quase almas vestidas de branco, e os homens, sempre tão sérios, tão tímidos para essas questões, andavam calmamente entre as árvores, obedecendo às ordens do fotógrafo, que para satisfazer seu apetite artístico, pedia a eles poses, risos, abraços. Uma pequena representação da alegria que estavam sentindo.

Estas cenas, que para ele pareciam “saídas de um Fellini ou Almodóvar”, desestabilizavam, por alguns instantes, a noite nesta cidade. Pois, como confessou, “nesta cidade há medo de se quebrar a aparência, de provocar uma pequena subversão em nosso espírito germânico”. Contudo, o que teria levado, na atualidade, fotógrafos e recém-casados a não mais procurar estes lugares para compor os cenários ideais às fotografias de casamento? De acordo com Rubens da Cunha, “a resposta, infelizmente, vem fácil: os jardins dos museus de Joinville estão abandonados. Nem a noite encobre mais a falta de cuidado que estão tendo com esses espaços públicos”. Isso lhe parecia incompreensível, pois, em sua acepção, os acervos dos museus de Joinville, incluindo os seus belos jardins, “mais do que a preservação da história, são fundamentais para a manutenção de nossa civilidade. Os lugares em que estão instalados são intrínsecos à imagem de Joinville” (CUNHA, 2005, p. C3).

O que falas, tais como a deste cronista, que demonstram descontentamento em relação a um presumido “abandono” de determinados lugares da cidade, querem nos dizer? Podemos imaginar que lugares incrustados no coração da cidade, assim como os aludidos jardins dos museus de Joinville, estivessem

completamente “abandonados”? O que há nas arestas destas falas?

Um ponto importante pode ser apreendido da fala deste cronista: mais do que um interesse pelo conhecimento e reconhecimento de uma cidade perdida do passado, alguns esforços em criar uma nova sensibilidade em relação ao passado estão intimamente vinculados aos interesses em delinear uma “imagem da cidade” capaz de seduzir os sentidos de quem, porventura, vier a percorrer os caminhos que cindem a geografia urbana. Contudo, nas entrelinhas desta fala, que se posiciona em defesa da manutenção de uma suposta “civildade urbana” em risco, uma outra cidade, invisível aos olhares de muitos, pode ser deduzida: uma cidade atravessada por práticas sociais e culturais “incivilizadas” e “incivilizáveis” que, de maneira tática, coabitam o pulsante coração de Joinville.

Um caminhar atento pelas diversas vias que cruzam a cidade de Joinville nos indica a existência de práticas urbanas múltiplas e multifacetadas que, de maneira mais intensa e muito mais subversiva do que os comportados usos dos jardins dos museus pelos recém-casados interessados em compor belos retratos matrimoniais, desestabilizam as exuberantes aparências pelas quais a cidade de Joinville é transformada em atrativo destino turístico. Prostitutas, travestis, homossexuais, mendigos, vendedores ambulantes, artistas de rua, artesãos, engraxates, ladrões, ébrios, pichadores, entre muitos outros personagens que habitam as margens da cidade contemporânea, são colocados fora dos limites delineados pelas molduras que enquadram as cidades dos cartões postais.

A cidade contemporânea, rotulada de cidade turística ao incumbir-se da rentável função de atrair fluxos de pessoas de relativo poder aquisitivo interessadas em deixar parte de seu capital econômico na cidade, acaba procurando adequar-se a uma imagem fotogênica. É nesta imagem fotogênica, em que a beleza tenta readequar a feiura e na qual o extraordinário se sobrepõe ao ordinário, que as cidades contemporâneas passaram a ser emolduradas pelas representações oficiais que visam divulgar os encantos urbanos. Nesse processo de enquadramento, a cidade é

submetida a um trabalho de assepsia que exclui dos limites do retrato apresentado tudo aquilo que escapa às exuberantes imagens pelas quais se deseja conhecimento e reconhecimento. Assim, práticas e representações marginais que perpassam o cotidiano das cidades contemporâneas, quando não geram reações de medo e repugnância, são tratadas com desprezo, como se, simplesmente, não existissem.

Em abril de 1992, uma matéria publicada no *Jornal A Notícia*, de autoria da jornalista Vania Oliveira, informava à população da cidade que lamentavelmente o majestoso monumento ao Imigrante, obra construída em 1951 para marcar a passagem do primeiro centenário de Joinville, havia sido danificado pela ação de vândalos que, possivelmente, tinham a intenção de vender o bronze que dava forma às estátuas que compõem o conjunto da obra. Conforme noticiado, apesar da proximidade de um posto policial, “duas das estátuas que compõem o conjunto em bronze criado pelo escultor alemão Fritz Alt foram separadas em sua base”. A espera por reparos, estas duas peças foram, por algum tempo, mantidas unidas com o precário auxílio de uma corda e pedaços de madeira.

Ironizando esta circunstância lastimável, a autora do texto tentava imaginar como deveria ser dura a vida de estátua. Segundo ela, “é necessário aguentar sol e chuva diariamente, junto com o risco de sofrer atos de vandalismo [...] ou ficar vários anos sem limpeza”. Isso lhe parecia incompreensível, haja vista que os monumentos compõem belos cenários na cidade e por isto são importantes pontos de visita pública.

Circulando pela região central da cidade, uma parada na Praça da Bandeira para sentar-se nas escadarias que servem de pedestal ao Monumento ao Imigrante ou mesmo para escorar-se sobre um dos personagens que compõem o enredo apresentado é uma experiência que, possivelmente, tenha sido praticada por grande parte dos habitantes de Joinville. Como também foi lembrado na matéria, algumas pessoas, um pouco mais ousadas, se apropriam de outras maneiras deste símbolo público: “não se contentam em ser fotografados ao lado do monumento e chegam a sentar no colo de um dos imigrantes” (OLIVEIRA, 1992, p. 17).

Mesmo que não compreendam perfeitamente o sentido implícito à narrativa histórica monumentalizada, boa parte da população de Joinville interage, de alguma maneira, com os monumentos localizados em praças públicas. Possivelmente, alguns usos, que subvertem as intencionalidades de quem os projetou, acabam irritando aqueles que se colocam como defensores de uma sensibilidade em relação ao passado da cidade. A uma cidade meticulosamente pensada e estrategicamente planejada, outras cidades se insinuam no cotidiano: cidades praticadas por usuários que, astutamente, subvertem os sentidos e significados impressos nos lugares por onde passam.

Em tempos mais recentes, denúncias semelhantes também ocuparam as páginas da imprensa local. Em 2005 uma matéria da jornalista Marlise Groth, publicada no *Jornal A Notícia*, denunciava que o patrimônio cultural da cidade de Joinville estava sendo ameaçado. Mais especificamente, esta matéria tratava dos constantes ataques a algumas obras do artista Fritz Alt expostas em espaços públicos. De acordo com a matéria:

As obras do escultor Fritz Alt (1902-1968), um dos pioneiros em artes plásticas em Joinville, e que integram o patrimônio público da cidade voltaram a ser alvo de vandalismo. Mais uma vez, a atenção dos vândalos concentra-se nos bustos, relevos e placas de bronze, que, arrancados, são vendidos no mercado ilegal do desmanche.

Entre os casos elencados ao longo do texto, um deles em especial me pareceu intrigante. O busto da princesa Dona Francisca, criado em comemoração aos 75 anos de Joinville e atualmente implantado diante da Alameda Bruestlein (a conhecida Rua das Palmeiras), foi alvo de um audacioso ato ilícito. “Os responsáveis pela violação quebraram a base do pedestal de concreto e só não levaram a escultura em virtude da forte estrutura que lhe mantém à base”. De acordo com a matéria, “a princesa Dona Francisca não perdeu seu encanto mas, em decorrência da queda do pedestal, teve parte da estrutura da

cabeça amassada, em especial, o coque que arremata o penteado”.

Contudo, como lamentavelmente era lembrado, este não teria sido o primeiro atentado contra a representação escultórica da princesa Dona Francisca:

Em 2001, essa mesma imagem sofreu agressão ao ter retirada da peça a pátina verde que lhe cobria o bronze, uma cobertura executada pelo próprio Alt. A ação impensada, foi – de acordo com relato de funcionários municipais da época – fruto do trabalho de ambulantes que estariam no centro fazendo demonstrações de produtos de limpeza (GROTH, 2005, p. C1).

O que há de intrigante nestas narrativas que tomaram os monumentos públicos como protagonistas é a maneira como determinadas práticas urbanas são encaradas com desprezo. Demonstrando comiseração com a dura vida de ser estátua, como se um objeto inanimado pudesse sentir os males que lhe afligem, os sofrimentos que atravessam a difícil vida dos habitantes das margens da cidade de Joinville apenas são insinuados.

Enxergar estas práticas urbanas marginais, disseminadas pelos diversos lugares da urbe se coloca como um desafio ao historiador do tempo presente. Principalmente quando lidamos com vestígios documentais que explicitam versões autorizadas sobre a história da cidade, como, por exemplo, a imprensa escrita, tal desafio se apresenta como um caminho labiríntico. Contudo, tentando ler nas “entrelinhas” conseguimos captar algumas práticas dissonantes em relação às sonoridades monofônicas de uma cidade ordeira e pacata pelas quais Joinville ainda é propalada. A uma cidade meticulosamente pensada e estrategicamente planejada, outras cidades se insinuem no cotidiano: cidades praticadas por usuários que, astutamente, subvertem os sentidos e significados impressos nos lugares por onde passam. Perseguir outros percursos da cidade, procurando desestabilizar certos pressupostos aparentemente inabaláveis, parece-me um atalho interessante para pensar a história de Joinville.

5.3 ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Possivelmente, em meio a esta discussão alguém poderia se perguntar: Devemos, então, ser coniventes com a paulatina destruição intencional do patrimônio cultural da cidade? Podemos aceitar calados os ataques criminosos contra os vestígios de nosso passado? Sem dúvida, tais atentados mexem com nossas sensibilidades em relação à cidade que habitamos. Não conseguimos aceitar a inesperada ausência de marcas de cidades pretéritas que ainda se faziam presentes em determinados lugares. Contudo, não podemos negar que para além das cidades enquadradas nos belos cartões postais, outras cidades se insinuam, pois, como nos alertou Michel de Certeau, “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 1994, p. 38). Atentos a estas caças não autorizadas que se apropriam de maneiras improvisadas e subversivas dos lugares da cidade deparamo-nos com outras imagens possíveis da cidade.

Principalmente nos momentos em que as sombras urbanas proporcionam possibilidades de dissimulação, alguns locais são ocupados por moradores de rua que procuram lugar para dormir, prostitutas e travestis em busca de clientes, homossexuais que aproveitam a escuridão para manifestar afetividades sem serem importunados, êbrios que se escoram em algum banco público para não tropeçar no primeiro obstáculo, jovens que consomem bebidas e drogas ilícitas, entre tantos outros personagens que, muitas vezes, tentamos fazer de conta que simplesmente não existem.

Insistir em falar sobre estes personagens marginalizados não significa que devemos ser indiferentes à paulatina destruição do patrimônio cultural da cidade, mas, apenas atentar para as múltiplas e diversificadas formas como este patrimônio é social e culturalmente apropriado pelos habitantes da urbe. Seguindo por

este caminho alternativo, podemos visualizar, junto a estas marcas do passado ainda hoje sobreviventes, uma cidade do presente poetizada cotidianamente pelas pessoas, uma cidade dissonante e descompassada em relação aos desejos de uma cidade fotogênica. Todavia, para conseguir perceber estas facetas da vitalidade urbana, é preciso desviar, esporadicamente, dos caminhos habituais e procurar perder-se pela cidade à procura de vivências estranhas a familiaridade de nosso dia-a-dia. Lendo a cidade pelas suas margens, podemos perceber experiências urbanas impertinentes que se tornam presentes pelas ausências nos enquadramentos fotogênicos das cidades-imagens dos cartões-postais.

5.4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

A PORTA da frente da cidade. *Jornal A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1988. Especial Joinville 137 Anos. p. 2.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo. *Museologia e Patrimônio*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2009, p. 46-60.

CASA DA MEMÓRIA. *Livro Ata*. Joinville, 1966-1991. Manuscrito.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Lúcio. Parecer técnico em relação ao tombamento do Cemitério Protestante de Joinville – SC. *Processo de Tombamento Federal 0659-T-62*. Arquivo Noronha Santos, Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cópia depositada nos arquivo institucional do Museu Nacional de Imigração e Colonização.

CUNHA, Rubens da. Os recém-casados e os museus. *Jornal A Notícia*, Joinville, 9 mar. 2005. Anexo. p. C3.

ENFEIANDO Joinville. *Jornal A Notícia*, Joinville, 2 abr. 1989. p. 2.

FREITAG, Wittich. Comunidade respeita costumes e tradições. *Jornal A Notícia*, Joinville, 9 mar. 1996. Especial Joinville 145 Anos. p. 3.

GEISLER, Josi Tromm. Fogo no coração da cidade. *Jornal A Notícia*, Joinville, 19 fev. 2010. p. 18-19.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1996.

GROTH, Marlise. Patrimônio Ameaçado. *Jornal A Notícia*, Joinville, 14 jul. 2005. p. C1.

JACOMINI, Indianara. Um cartão-postal abandonado. *Jornal Notícias do Dia*, Joinville, 18 nov. 2009. p. 3.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

MACHADO, Diego Finder. *Redimidos pelo Passado? Seduções Nostálgicas em uma Cidade Contemporânea (Joinville, 1997-2008)*. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em História),

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina.

NOERNBERG, Vilson Rolf. Cartão-postal. *Jornal Notícias do Dia*, 4 mar. 2010. p. 6.

OLIVEIRA, Amauri Correa de. Cartão-postal? *Jornal Notícias do Dia*, 3 mar. 2010. p. 6

OLIVEIRA, Vania. O Monumento ao Imigrante está danificado. *Jornal A Notícia*, Joinville, 12 abr. 1992. p. 17.

PEREIRA, Daniela. Mito do cartão-postal. *Jornal Notícias do Dia*, 5 mar. 2010. p. 6.

PESSOA, José (Org.). *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

PRADO, Windson; GOMES, Sandro. Quinta-feira de cinzas. *Jornal Notícias do Dia*, Joinville, 19 fev. 2010. p. 4-5.

CAPÍTULO 6

NATAL - RN *CIDADE OU CAMPO DE CRIAÇÃO?:* A INTENDÊNCIA MUNICIPAL E A BUSCA POR UMA NOVA ORDEM URBANA EM NATAL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

Renato Marinho Brandão Santos

6.1 INTRODUÇÃO *OU* SOBRE A INTENDÊNCIA E SEUS PERSONAGENS

O texto ora escrito faz parte de uma pesquisa mais ampla, a qual apresenta como temática a gestão do espaço urbano e tem como objetivo principal analisar o papel da Intendência Municipal do Natal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana, entre os anos de 1904 e 1929 . Como veremos, esse processo histórico pode ser dividido em duas etapas/camadas , uma mais extensa, indo de 1904 a 1924, e a outra, mais breve, estendendo-se de 1924 a 1929. Ocuparemos aqui, em especial, de uma pequena parcela da primeira camada referida.

Antes de nos voltarmos para os projetos e ações desenvolvidos pela Intendência do Natal, no desejo de criar uma nova ordem urbana para essa cidade, acreditamos ser salutar falarmos ligeiramente sobre o que era a Intendência e quem eram os personagens que a formavam. O entendimento do que era a instituição poderá nos ser útil, visto que por ele vislumbraremos os caminhos e ferramentas que essa instituição tinha para intervir no espaço urbano natalense e, simultaneamente, os seus limites para tal. Seguindo o mesmo caminho, a compreensão de quem foram os personagens que fizeram parte dessa Intendência, que formação tinham, que atividades realizavam na cidade , mesmo que seja essa compreensão também ligeira, devido à escassez de

fontes que nos revelem mais sobre esses homens, auxilia-nos a entender o que eles desejavam e projetavam para a cidade.

A Intendência (também referida na documentação oficial como Conselho de Intendência) do Natal foi criada em 1890, com a instauração do regime republicano. Nesse momento, os líderes do novo regime iniciam uma reorganização da administração municipal, dando a esta, nos termos da lei, maior autonomia. Os conselhos de Intendência então criados deveriam incumbir-se de “ordenar e fazer executar todas as obras do município e prover sobre tudo quanto diz respeito à polícia administrativa e economia do município e seu Termo, assim como sobre a tranquilidade, segurança, comodidade e saúde de todos os seus habitantes (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p. 32)”.

A adoção de novos métodos administrativos na capital potiguar segue movimento semelhante ao que em todo o país, justificado no discurso republicano pelo combate a práticas administrativas dos tempos da monarquia, acusadas de decadentes, ineficientes e corruptas. Esses eram alguns dos aspectos das críticas que as elites republicanas do Rio Grande do Norte dirigiram continuamente à monarquia durante toda fase inicial de afirmação do novo regime, marcado pela instabilidade e pelo temor de retorno dos monarquistas.

Mas até que ponto esse discurso se fez sentir na realidade da administração municipal? O princípio de autonomia do município não seria mera retórica? Estas questões são feitas em uma carta aberta de autoria de Olyntho José Meira (MEIRA, 1951), ex-presidente da província do Rio Grande do Norte, convidado pelo então governador Adolpho Gordo a ser o primeiro presidente da Intendência do Natal. Ao ver o decreto que cria a dita instituição, Meira percebe que seria apenas um instrumento do governo do Estado na capital, sem qualquer autonomia para gerir os negócios municipais. Isto porque o artigo V do dec. n. 8/1890 dava ao governador do Estado o direito de restringir ou mesmo suprimir as atribuições dadas à Intendência, bem como de substituir no todo ou em parte os membros dessa instituição,

quando assim conviesse ao bem público do município (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p. 34).

Foi Fabricio Gomes Pedroza, também conhecido por Fabrício II (1856 – 19--), o primeiro presidente da Intendência da capital potiguar. Era ele filho de Fabrício, “o Velho”, dono de um verdadeiro império na região de Coité (hoje, município de Macaíba, vizinho à capital), a casa comercial de Guarapes. Fabrício II, que era tio de Pedro Velho – principal líder do movimento republicano no estado e chefe do grupo familiar que governou o Rio Grande do Norte até 1914 – herdou os negócios do pai e por algum tempo os administrou, indo depois para a França, em 1906 e, em seguida, em 1910, para o Rio de Janeiro, onde faleceu .

Em 1895, João Avelino Pereira de Vasconcelos (1837-1922), primo de Pedro Velho, assume a Edilidade. E, assim, tudo permanecia em família. Sabemos também, por intermédio do historiador-memorialista Cascudo, que Vasconcelos foi um dos braços de Fabrício I na casa de Guarapes (CASCUDO, 1989, p. 53-54). Tinha, em síntese, um perfil que parece ter sido um modelo para os intendentess: estava ligado ao grupo que comandava o estado e era nome de relevância no comércio local.

De fato, corroborando a idéia que acabamos de expressar, nossa pesquisa mostra que dos 43 intendentess identificados , ao menos 21 deles pertenciam aos mais variados ramos do comércio. A tabela abaixo apresenta dados sobre as atividades exercidas por esses personagens:

Atividades/ profissões	Nº de Intendentess
Comerciantes	21
Militares (Guarda Nacional e Exército)	21
Funcionários públicos estaduais	11
Professores	6
Religiosos	3

Bacharéis em Direito	2
Engenheiros	1
Farmacêuticos	1

Os comerciantes, boa parte deles lideranças em instituições como a Associação Comercial (entidade privada) e a Junta Comercial (entidade pública, formada por deputados do Congresso Estadual), foram presença maciça em todos os Conselhos de Intendência formados em Natal. Nossa hipótese é a de que, como homens de comércio, esses personagens tinham na cidade o seu principal espaço de atuação, o que despertava neles o interesse em ingressarem na Intendência, instituição que tinha como um das principais funções a regulação das atividades econômicas, como vemos pelo seu decreto de criação. Como intendentess, esses homens tinham o poder de criar leis e definir regulamentos que atingiam diretamente suas atividades. Quanto a isso, vemos que das resoluções municipais coletadas até o presente momento, quarenta e quatro por cento do total (75 resoluções) tratam de questões relacionadas à economia e ao comércio locais.

O número de homens com patente é igualmente significativo. A maior parte deles, pelo que observamos em nossas fontes, eram membros da Guarda Nacional, fundada no Império. A patente era para eles mais um sinal de status, do que a representação de um ofício, visto que muitos deles eram também ligados ao comércio ou ao funcionalismo público. A prevalência desses homens na Intendência, porém, é algo que, de qualquer modo, merece ser melhor estudado.

É de se ressaltar também muitos dos nomes que analisamos em nossa pesquisa ligavam-se também por laços de amizade e compadrio, além dos laços familiares aqui já citados. Percebemos que muitos deles freqüentaram as lojas maçônicas da cidade; outros tantos freqüentaram os mesmos clubes, sociedades, a mesma escola, o que revela a coesão do grupo que esteve à frente da gestão da urbe. A tabela abaixo apresenta os nomes dos

principais lugares freqüentados por esse grupo e o número de intendentess a eles ligados:

Espaços de encontros	Nº de intendentess
Lojas maçônicas (21 de Março, Evolução 2ª e Filhos da Fé)	17
Associação Comercial	11
Natal-Club	11
Atheneu	9
Sport-Club Natalense	6

Como se observa, muitos dos intendentess estavam ligados às lojas maçônicas locais, sendo "irmãos de fé". Nelas, eles se encontravam com eminentes figuras da política no Rio G. do Norte, como Tavares de Lyra e Ferreira Chaves, que dirigiram os destinos do estado em diferentes momentos. Na Associação Comercial, supomos, entravam em discussões que gerariam, tempos depois, novas resoluções para a cidade. Infelizmente nos faltam, porém, as atas das reuniões dessa e de outras sociedades locais.

Buscamos mostrar nessa introdução, em linhas bastante gerais, o que foi a Intendência do Natal, suas atribuições e limites, e quem foram os membros que dela fizeram parte. Feito isto, partiremos agora para a discussão das ações desses homens, no interior da dita instituição, na busca por uma nova ordem urbana para Natal.

6.2 CIDADE OU CAMPO DE CRIAÇÃO?: A BUSCA POR UMA NOVA ORDEM URBANA EM NATAL

No ano de 1904, em 28 de abril, um leitor indignado com as cenas de animais pastando em logradouros públicos de sua cidade escreve ao dr. Manoel Dantas, à época redator-chefe d'A Republica (órgão oficial do Partido Republicano Federal no RN), reclamando maior atenção e fiscalização da Intendência no cumprimento de suas resoluções. Segue, com tom de indignação, a reclamação:

Ha tempos, o governo municipal, entendendo – e muito bem – que as ruas desta capital devem ser destinadas exclusivamente ao transito e commodidade do publico, ordenou a retirada dos gados que as estavam convertendo num campo de criação.

Parece, entretanto, que estão desrespeitando tão util e previdente medida do governo municipal, porque, pelo menos em algumas ruas da Ribeira e da Cidade Nova, as vaccas, cavallos, burros, cabras e ovelhas pastam livremente (...).

Precisamos ver em que ficamos: ou cidade ou campo de criação (A REPUBLICA, 28 abr. 1904).

O autor, anônimo, destaca de início a boa ação do governo municipal de proibir que o gado pastasse pelas ruas de Natal, pondo em cheque o seu estatuto de cidade. De fato, uma das primeiras leis municipais criadas pela Intendência, no ano de 1893, afirmará em seu artigo 1º que “É expressamente prohibido animaes soltos nas ruas e praças publicas desta cidade (A REPUBLICA, 07 jan. 1893)”.

A medida, porém, parecia não ter surtido o efeito desejado. No bairro comercial da Ribeira e, acreditem!, na Cidade Nova, único bairro planejado da cidade, habitado pela elite local, os

animais, soltos pelas ruas, continuavam a enfeiar a cidade e trazer prejuízos aos proprietários destes locais, gerando um problema que parecia não ter fim e que desmerecia o título de cidade dado a Natal.

A resolução de nº 3/1893 não “pegou”. Onze anos após sua publicação, vemos a reclamação acima referida, mostrando a incapacidade da Intendência de executar as normas impostas por suas leis. Outras resoluções virão em seguida tratando do mesmo tema, como a de nº92/1904; a de nº 127/1909; e, por fim, uma sem número, publicada em 04 de maio de 1911. Será que finalmente a lei tinha “pegado”? Ela teria conseguido, enfim, seu propósito de reformar o inveterado costume local de fazer das ruas da urbe pasto de criação? Ou ainda seria comum neste tempo ver bois, cabras e ovelhas pastando pela cidade? É de se imaginar a revolta daquele cidadão anônimo ao ver um porco, por exemplo, pastando em uma belíssima palmeira imperial posta na esquina de uma das largas avenidas planejadas do bairro de Cidade Nova.

Mas ele havia de entender que reformar costumes antigos não era tarefa fácil. A busca pela construção de uma nova ordem, que pode ser sentida na elaboração dessas leis, batia de frente com esses hábitos inveterados e com a realidade complexa do ambiente urbano, formado por outros grupos sociais, os quais, além de possuírem uma visão distinta da elite em relação ao espaço em que viviam, deviam ter pouco acesso ao conteúdo da lei, levando-se em conta que a esmagadora maioria da população era analfabeta (embora não tenhamos dados sobre o assunto, são constantes as matérias de jornal que tratam dele).

O que mais chama a atenção no relato do cidadão anônimo é a sua derradeira frase. Afinal, seria correto chamar Natal de cidade ou, pelo seu aspecto físico e, antes de tudo, pelos comportamentos que se observavam dos grupos populares, seria mais apropriado chamar Natal de uma grande fazenda, ou um campo de criação? Malgrado o estigma de cidade colonial, de ruas tortuosas, caminhos enviesados, que vemos em crônicas de

Cascudo e do Braz Contente (pseudônimo adotado por Manoel Dantas) , entre outros, parecia incomodar mais à elite local esse aspecto rural que pairava sobre a capital potiguar. É o que percebemos por denúncias como esta e por uma série de resoluções, como as que citamos, que insistem em confirmar o estatuto de cidade de Natal, pela negação de práticas que seriam típicas do ambiente rural.

A preocupação deve ter se tornado mais intensa entre os anos de 1902 e 1904, período marcado por fortes secas que atingiram todo o sertão do Rio G. do Norte. Inúmeras matérias publicadas no ano de 1904, tanto n'A Republica, quanto no Diário do cel. Elias Souto, apresentam o drama dos sertanejos que fugiam de sua terra e vinham para a capital , quando não tomavam rumos ainda mais distantes, indo normalmente parar no extremo norte da nação .

O jornal A Republica dá-nos conta de que no primeiro semestre de 1904 ao menos 15 mil pessoas saíram de suas cidades para trabalhar em obras na capital do Estado (A REPUBLICA, 21 jun. 1904), carregando e quebrando pedras, em troca de salário e alguma alimentação. Ao todo o governo federal, à época comandado por Rodrigues Alves, liberou um crédito de 175 contos de réis (A REPUBLICA, 03 jun. 1904) para auxílio aos flagelados, o qual foi essencialmente gasto em obras públicas, provocando a revolta do líder oposicionista Elias Souto.

Além disso, as contas do Governo não convenciam o líder da oposição que, sempre com a língua afiada, sugere na coluna DIA A DIA, do seu Diário de Natal, o caminho que teria tomado tanto dinheiro:

Tem causado, de certo, verdadeiro pasmo o procedimento, governador Augusto Lyra, com relação as obras publicas que tem feito e continua, a fazer s. excia.(...) sob o martello do mandai pagar ao major Theodosio Paiva [presidente da Intendência entre 1920 e

1922; à época era fiscal do Tesouro do Estado] encarregado, ou "engenheiro" constructor do Estado!...

(...) Ahi estão as obras publicas mandadas faser por s. excia. à custa dos dinheiros destinados para os flagellados da secca, e à custa dos proprios dinheiros do Estado!...

E uma cousa singular: todos os calçamentos de praças e ruas feitos são em torno, ou derredor das casas do dr. Pedro Velho, genros, irmãos e sobrinhos [...] (DIARIO, 09 fev. 1905)

Assim, a verba destinada para o socorro aos flagelados teria sido aproveitada em algumas custosas obras na capital do estado. Mas não por toda ela, certamente. Matérias do jornal Carioca Diario da Manhan, por meio de denúncias anônimas, também afirmavam que parte significativa do dinheiro destinado ao socorro aos flagelados estava sendo desviada. O governo, através do seu jornal, defendia-se como podia das acusações, em seguidas matérias que negavam veementemente o desvio de verbas denunciado pelo periódico da capital federal (A REPUBLICA, 3 fev. 1904; 29 fev. 1904; 01 mar. 1904; 05 mar. 1904; 07 mar. 1904; 30 abr. 1904.), sem apresentar, porém, argumentos convincentes que explicassem o gasto de uma verba que era praticamente três vezes superior ao orçamento da Intendência da capital.

Se as obras públicas, pelo que vemos em denúncias do Diario e do Correio da Manhan, deixavam a desejar, atendendo apenas às necessidades daqueles mais próximos ao poder, o setor de serviços também não era dos melhores, levando alguns leitores d'A Republica a cobrar maior atenção da Intendência, responsável pela fiscalização dos serviços urbanos, cuja execução estava a cargo de terceiros. No início do ano de 1904, um outro cidadão não identificado reclamará do serviço de iluminação pública, fazendo apelo ao Coronel Joaquim Manoel:

A iluminação publica n'estes ultimos dias tem estado abaixo da critica. As chaminés e vidros dos lampeões estão ainda mais embaçados do que a consciencia de um condemnado! [...]

O honrado presidente da Intendencia devia chamar o alferes Antonio de Macêdo á ordem, obrigando-o a nos dar luz, luz! (A REPUBLICA, 23 jan. 1904)

Um campo de criação, segundo a primeira critica que aqui expusemos, e ainda por cima, muito mal iluminado! Vendo o alferes Macêdo tomando conta do serviço e obtendo lucros sem quase nada fazer, de maneira que apenas a luz da lua iluminava a cidade, o autor da denúncia roga ao presidente da Intendência que cobre providências do responsável pelo serviço de iluminação elétrica.

Denúncias outras serão feitas no mesmo jornal, relacionadas a diferentes campos que deveriam ser fiscalizados pela Intendência, tais como o mercado público, lotado de açambarcadores de mercadoria; o serviço de limpeza, que muita deixava a desejar, cobrindo apenas de tempos em tempos um curto espaço da cidade; além das já citadas sobre a parca iluminação pública da capital . Merece destaque, entre elas, o BILHETE POSTAL do senhor Felix Mimoso (provavelmente pseudônimo). Eis um trecho de sua comunicação dirigida ao illustre redactor chefe da A Republica:

O objectivo das linhas presentes, sr. redactor, consiste em pedir que essa folha democratizadora, em nome da moral e da salubridade publicas, reclame serias providencias do patriotico governo municipal e do illustre inspector de hygiene, no sentido de não mais continuarem a funcionar na praça do mercado, os nauseabundos, os barbaros, os pavorosos mictorios que se offerecem alli á serventia da pobre gentalha (A REPUBLICA, 06 maio 1924).

O trecho exposto é antecedido por dois parágrafos em que o sr. Felix Mimoso mostra-se ironicamente conformado com os

serviços urbanos da capital. O tom de conformismo muda, porém, no trecho exposto. Urinar na praça do mercado municipal parecia mexer mais com os brios de alguém que desejasse a sua cidade, capital do Estado reiterar-se, o grau de civilizada. Era ato barbaro e só podia fazer parte dos hábitos de uma pobre gentilha. Além disso, a atitude contrariava o estabelecido no § 1º do Art.º 54 da Resolução nº 92, recém publicada, que proibia que se urinasse no interior do mercado público ou em qualquer dependência sua sob pena de prisão por 24 horas. E se a norma existia, certamente o ato que ela desejava punir era recorrente.

Dissemos, acima, que o analfabetismo era uma barreira entre o conteúdo da lei e os grupos populares. É preciso que se diga, porém, que há outros fatores mais significativos que tornam complexa a reforma de costumes que algumas leis desejavam implementar. Essa reforma passava também por mudanças de ordem material na cidade, o que incluía, entre outras, as obras de saneamento. Para termos uma idéia da necessidade dessas obras, uma matéria d'A Republica, do ano de 1929, aponta que 6.500 casas em Natal não possuíam esgotamento sanitário, número bastante elevado, se levarmos em conta que a população local não devia passar muito de 35.000 habitantes . O'Grady, prefeito da cidade à época, também ressalta na mesma edição do jornal que a falta de saneamento era um dos principais problemas da capital (A REPUBLICA, 01 jul. 1929). Assim, o que é tomado por um "ato bárbaro" de uma "pobre gentilha" pode ser tido como um costume comum, explicado, ao menos parcialmente, quando nos damos conta dos problemas de ordem material vividos pela cidade.

Vemos que leis eram muitas, embora se encontrassem esparsas, e não reunidas em um único documento, algo que só será projetado na gestão de Omar O'Grady (A REPUBLICA, 29 maio 1925). Não era delas, todavia, que os denunciante reclamavam, e sim da falta de atitude do patriótico governo municipal, do Conselho de Intendência da Capital. Mas o que esperar de uma instituição, como já dito, com pouca autonomia?

Lembremos que à frente do Partido Republicano Federal e dos negócios públicos do Estado, estava a centralizadora figura de Pedro Velho, administrando por conta própria a capital, nada deixando ao coronel Joaquim Moura, segundo relata o ardiloso Coronel Elias Souto, em análise ao que se havia passado em 1904 no campo da política:

O director supremo do Estado, o sr. Pedro Velho, superpondo-se a tudo e a todos - continuou a sua politica de absorpção cada vez mais accentuada. Annullou completamente o congresso legislativo do Estado, o governador e a Intendencia municipal da capital. Legislou e governou a seu talante o Estado e o municipio da capital, sendo surdo aos clamores do povo e às censuras da imprensa livre e independente (DIARIO, 01 jan. 1905).

E como bom discípulo, o coronel Joaquim Manoel permaneceu na presidência do Conselho de Intendência até o ano de 1913. A cidade progrediu em alguns aspectos: chegou o bonde, a iluminação elétrica, o teatro Carlos Gomes passou por uma significativa reforma... Nenhuma dessas obras, porém, foi realizada com verbas do governo municipal, que não tinha significativa autonomia financeira para gerir seus negócios, como se observa pela leitura de relatórios de governo e resoluções orçamentárias.

As reclamações sobre a gestão da cidade continuaram a aparecer nos jornais, mas a cada ano de eleição para Intendência, o insistente nome do cel. Joaquim Manoel permanecia na chapa montada pelo PRF para a formação do dito Conselho. O homem tinha prestígio. Era, como tantos outros, grande comerciante local, membro da Associação Comercial, um dos sócio-fundadores do Banco do Natal e membro de sua comissão fiscal entre 1906 e 1908. Era, também, bem relacionado: sua primeira esposa, Justina Brandão, era irmã de Alexandre O'Grady, republicano histórico que fez parte do 1º Conselho de Intendência. Em 1911, casou-se com Terceira Lyra, irmã de Tavares de Lyra, o qual era genro de Pedro Velho. Suas filhas, Nanete Moura e, em seguida,

Anna Dulce Moura, casaram-se com Ernesto Maranhão, filho do já referido Pedro Velho . O cel. Quincas Moura, como era conhecido o presidente da Intendência, só saiu mesmo dessa instituição quando se elegeu deputado do Congresso estadual em 1913.

Nos meados da década de 1910, com a desarticulação da Oligarquia Albuquerque Maranhão e a crise financeira decorrente dos altos juros que o Governo do Estado pagava pelos empréstimos realizados a bancos franceses em 1910 e das constantes secas que atingiam a economia local, a cidade do Natal passará por um cenário de crise urbana que só será superado nos meados da década seguinte, a partir da gestão de Manuel Dantas e, em seguida, do engenheiro Omar O'Grady, seu genro , filho de Alexandre O'Grady. Construções e reformas de calçamentos, estradas de rodagem, praças, jardins, abertura de uma importante avenida, a avenida Atlântica, além de uma significativa reforma administrativa serão algumas das marcas do período que vai de 1924 a 1930. Ações que, para a elite local, levavam Natal para o rumo do progresso, a retiravam do isolamento, do esquecimento, e lhe afirmavam o título de cidade. Mas esta é uma outra camada da história que ainda fica para ser discutida.

6.3 REFERÊNCIAS

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões da República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFN, 2002.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Natal: EDUFN, 1980.

_____. *O novo plano da cidade; I – A cidade*. A Republica, Natal, 30 out. 1929.

DANTAS, George. Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP. São Carlos, 2003.

DIARIO do Natal, Natal, 1905; 1910.

FERREIRA, Angela; DANTAS, George (org.). Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUFRN, 2006.

MEIRA, Olyntho José. O Município: carta aberta ao Dr. Adolpho Gordo, então governador do Estado do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: s. ed., 1951

A REPUBLICA, Natal, 1893; 1902-1910; 1918; 1925; 1929.

RIO GRANDE DO NORTE. Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Natal: Typ. da Empreza graphica de Renaud & C^a, 1896.

VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: Ed. UnB, 2009.

CAPÍTULO 7

SÃO LEOPOLDO – RS EXPERIÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Marluza Marques Harres⁷¹ e
Fabiano Quadros Ruckert⁷²

O processo de urbanização da cidade de São Leopoldo no Rio Grande do Sul encontrou suas balizas nas condições geográficas da região, que possui o rio dos Sinos como elemento central da paisagem e do ecossistema local. Alguns serviços e equipamentos urbanos são indispensáveis ao processo de urbanização e sua implementação, muitas vezes, ocorre sob pressão da ocupação territorial, que tem ampliada sua dinâmica e possibilidades. Produto do crescimento da colônia alemã criada em 1824 pelo governo Imperial, a urbanização de São Leopoldo está diretamente ligada ao convívio da população com os banhados, com os ciclos de cheia e estiagem e com os usos das águas do rio dos Sinos. Neste texto, examinamos a criação de serviços fundamentais que representaram maneiras de administrar a ocupação e responderam pela dinamização econômica da região.

Em 1824 os primeiros imigrantes alemães desembarcaram no passo do rio dos Sinos, nas imediações da Feitoria Real do Linho Cânhamo, para iniciar o povoamento de uma colônia alemã na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A preocupação com o local da instalação da colônia apareceu em uma correspondência enviada ao Secretário dos Negócios Estrangeiros pelo presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, na qual descreve:

⁷¹ Pesquisadora do PPG em História da UNISINOS.

⁷² Doutorando do PPG em História da UNISINOS.

“Na visita que fiz àquela Colônia, escolhi lugar, que me parece mais apropriado para acerto da futura povoação de São Leopoldo, em uma eminência sobranceira a vastas e aprazíveis campinas, brotam imediatas cinco vertentes, não muito longe as matas imensas da Serra para as madeiras de construção, e perto do Rio dos Sinos, navegável até esta capital, reservei-lhes de mais a mais os capões circunvizinhos para o consumo ordinário de combustível, e tanto a respeito destes, como dos que tocarão aos colonos, prescrevi que houvesse a maior discrição em não rotearem de todo, e ainda que os descortinassem no meio, deixassem sempre uma larga orla ou uma coroa de mato, a fim de que pela falta desses reagentes, que a natureza emprega, não se privarem os campos da fertilidade, da pureza à atmosfera, e não correr o perigo de se dessecarem os mananciais, que ali correm, destinados para uso comum.”⁷³

Na descrição de José Feliciano percebe-se a preocupação com a existência de recursos naturais adequados para o sustento dos colonos e não existe uma referência direta ao rio dos Sinos. O conjunto da paisagem sugere que o local indicado pelo fica cerca de dez quilômetros de distância do rio dos Sinos, na margem oposta da que foi usada para o desembarque dos imigrantes alemães no dia 25 de julho de 1824.⁷⁴ A desobediência dessa indicação e a fixação dos primeiros imigrantes no porto do Passo foi uma decisão de José Tomás de Lima – funcionário nomeado pelo governo provincial para ser o Inspetor da Colônia. Do ponto de vista ambiental, o local escolhido para a fixação da sede da colônia alemã foi equivocado por ser uma área sujeita as inundações em períodos de cheia do rio. Nos relatos do viajante francês Arsène Isabelle, que visitou São Leopoldo, encontra-se um comentário sobre o local escolhido para ser o núcleo da

⁷³Correspondência do Presidente da Província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, para o Secretário do Estado de Negócios Estrangeiros, Luiz José de Carvalho e Mello. (14 de maio de 1825). Apud. BARBIARO, 1994, p. 95.

⁷⁴Segundo Carlos S. HUNSCHKE (1979, p.14), o lugar escolhido pelo Presidente da Província seria próximo do antigo “Rincão do Eusébio”, local que corresponde ao atual Parque Floresta Imperial no município de Novo Hamburgo.

colônia e segundo esse viajante, as autoridades portuguesas cometeram um erro grave.

“Não levaram muito em conta a saúde pública, fundando a cidade num terreno bastante pantanoso que as menores chuvas inundam, tornando intransitáveis as ruas. Não viram, sem dúvida, senão a vantagem do comércio e a grande comodidade resultante da vizinhança do rio.” (ISABELLE, 1983, p. 73).

A presença do rio oferecia algumas vantagens como a facilidade do transporte fluvial, fator importante para o desenvolvimento econômico da colônia, mas as suas constantes cheias tornaram-se um problema para a colônia de São Leopoldo. Com o crescimento demográfico e a estruturação definitiva do núcleo administrativo e religioso nos baixios do rio o problema se agravou. No início do século XX intervenções significativas começaram a aparecer. O primeiro cais foi construído em 1911 na margem direita do rio e era propriedade da família Blauth, que durante décadas atuou no transporte fluvial entre São Leopoldo e Porto Alegre, esse primeiro cais, apesar de ser uma obra particular e de proporções menores, também deixou suas marcas na paisagem da cidade. As discussões sobre a necessidade de um novo cais surgiram em 1912, mas a execução das obras começou em 1920 e estendeu-se até 1929. Nos planos da Intendência Municipal, a construção do cais atendia a um duplo propósito: era uma forma de proteger o centro da cidade das enchentes e, ao mesmo tempo, era uma forma de criar uma opção de “recreio e repouso” para a comunidade. O cais construído nos anos 20 possibilitou a ampliação do espaço da cidade que avançou sobre o leito natural do rio dos Sinos. A parte do cais que se estendia para o lado esquerdo da ponte 25 de Julho (inaugurada em 1875) foi usada na construção da Praça Centenário, espaço aterrado com areia dragada do rio e posteriormente ajardinada. O trabalho de ajardinamento desta praça foi concluído em 1933 e apesar de ser o produto de uma grande modificação na paisagem natural do local, foi feito com a

intenção de oferecer para a cidade um espaço de “ar livre” para o lazer e com os “benefícios estéticos” do contato com a natureza.⁷⁵

Em 1939 a Prefeitura solicitou a Secretaria de Obras do Estado uma assessoria técnica para as obras de ampliação do cais. Na descrição dos trabalhos, o engenheiro Norberto Lacerda, encarregado dos estudos, mencionou os ganhos econômicos, estéticos sanitários decorrentes da obra e destacou a importância delas para a ocupação das áreas de banhado próximas ao centro da cidade. “De fato, sem que o cais seja construído, como poderá a Prefeitura aterrar os terrenos marginais do rio dos Sinos tão alagadiços, e por isso mesmo tão impróprios ao desenvolvimento da população?”⁷⁶

A conclusão da extensão do cais em 1941 encerrou um ciclo de 21 anos de discussões, projetos e obras públicas que no seu conjunto possibilitaram um avanço da cidade sobre o leito natural do rio dos Sinos.

Durante o período de construção do cais a relação da cidade com as águas também foi modificada pelo começo do serviço de abastecimento de água potável de São Leopoldo. Para estruturação desse serviço, as autoridades municipais contaram com o apoio do Estado. Ciente dos problemas sanitários de São Leopoldo, vivenciados a partir da sua condição de responsável pelo atendimento médico da comunidade, o Dr. Wolffenbüttel apresentou dados procedentes da Diretoria de Higiene do Estado, que, com apoio da Comissão Rockefeller, havia iniciado exames laboratoriais para diagnosticar a saúde da população da cidade. Essas informações subsidiaram a solicitação de auxílio técnico para a elaboração de um projeto de saneamento básico para o município, que ficou sob a coordenação do engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Britto. Um estudo detalhado sobre as possibilidades de captação de água foi desenvolvido e a opção pelo rio dos Sinos, incluiu igualmente a recomendação de que as águas tinham que ser tratadas.⁷⁷

⁷⁵Relatório Municipal de 1933.

⁷⁶Relatório Municipal de 1941 – carta do Engenheiro Norberto Lacerda descrevendo o andamento da ampliação do cais.

⁷⁷Relatórios Municipais de 1921, 1922 e 1923.

No começo de 1922 o engenheiro Saturnino de Britto entregou ao Intendente Mansueto Bernardi o projeto de um sistema de saneamento básico para São Leopoldo dividido em três partes: captação e tratamento da água; distribuição da água potável e criação de uma rede de esgoto cloacal. O projeto incluía o orçamento de cada etapa do sistema e os valores apresentados eram extremamente altos para os cofres do município. Iniciou-se então o trabalho de obtenção dos recursos necessários para a execução das obras. A Intendência colocou a venda títulos públicos, abriu licitação para a compra do material e contraiu um empréstimo de 300:000\$000 com juros de 10% ao ano com a casa bancária Jorge Pfeiffer, com sede em Porto Alegre. Esses números indicam o esforço do poder municipal e as limitações da sua receita diante do alto custo da obra que ainda estava na sua fase inicial – a captação, o armazenamento e o tratamento da água do rio dos Sinos.⁷⁸

Em maio de 1926 iniciou-se em caráter experimental o fornecimento da água captada e tratada pela usina, inicialmente, 874 contribuintes receberam o serviço. Naquele ano, além de iniciar a rede de distribuição para as residências, a Intendência Municipal providenciou a instalação de “10 hydrantes para atender o serviço de extinção de incêndios e de irrigação das ruas.”⁷⁹ A inauguração oficial da Hidráulica foi em dezembro de 1926 e no Relatório Municipal daquele ano foi registrada uma receita de 42:869\$179 gerados pelo serviço de fornecimento de água potável. Nos anos seguintes o valor gerado por esse serviço cresceu rapidamente e tornou-se a quarta principal fonte de renda para os cofres municipais.⁸⁰ O aperfeiçoamento dos serviços foi

⁷⁸O tratamento previsto para a água da hidráulica seguia procedimentos semelhantes aos atuais: uso de um coagulante para facilitar a filtração (o sulfato de alumínio), o uso de cal para amenizar a acidez provocada pelo sulfato de alumínio, a filtração em tanques de areia e a esterilização com o uso do cloro. Os primeiros equipamentos de tratamento foram importados da empresa Wald Lehmann de Berlim.

⁷⁹Relatório Municipal de 1926.

⁸⁰No decorrer dos anos 20, as principais fontes de renda da administração municipal foram as seguintes: Renda da Luz e Força (sempre em primeiro lugar); imposto de “Indústrias e Profissões”; imposto de “Viação Rural e Urbana” e

perseguido e em 1936 foi inaugurado, junto à Hidráulica, um Laboratório para controle da qualidade da água.

As fontes documentais evidenciam que a Hidráulica Municipal surgiu como uma grande obra de engenharia sanitária e que foi gradualmente sendo ampliada e adaptada para atender a crescente demanda do município por água potável. Essas mesmas fontes registram a opção do poder público em concentrar seus recursos na Hidráulica e na distribuição de água potável, protelando a construção do serviço de esgoto.

As repetidas reivindicações do Dr. Wolffenbüttel em favor da construção da rede de esgotos que havia sido prevista no projeto de saneamento de 1922, apesar de partirem de uma das mais expressivas autoridades municipais, permaneceram sem atendimento durante mais de dez anos e foi somente no final da década 30 que o intendente Theodomiro Porto da Fonseca solicitou auxílio da Secretaria Estadual de Obras Públicas para a elaboração de um orçamento e abriu licitação para a execução das obras.

A primeira rede de esgoto construída pela administração municipal de São Leopoldo foi uma obra complexa para os padrões sanitários da época. Ela incluía, além de uma rede de 17.543 metros de canos coletores de diversos diâmetros e 1.583 “ramais domiciliares”, um conjunto de poços e bombas que permitiam a elevação da água até a “Estação de Recalque” construída à 5 metros acima nível do rio dos Sinos, nessa “Estação” o esgoto da cidade era filtrado e submetido ao processo de sedimentação em tanques de decantação, posteriormente, o material sólido depositado no fundo dos tanques era removido e as águas filtradas lançadas no Arroio dos Curtumes que cruzava a cidade levando para o rio dos Sinos uma parte do esgoto gerado na área central de São Leopoldo.

Complexa do ponto de vista técnico e planejada para evitar o refluxo do esgoto em ocasiões de enchentes do rio dos Sinos, a

“imposto por gado abatido”. Nos anos finais da década de 20 o “imposto por gado abatido” sofreu um rápido declínio (fato provavelmente ligado a emancipação de Novo Hamburgo) e a renda gerada pela hidráulica ganhou expressiva importância no conjunto geral das receitas de São Leopoldo.

antiga rede de esgotos custou aos cofres públicos 2.394: 463\$100 (um valor que excedeu em 30% o orçamento feito pela Secretaria Estadual de Obras Públicas). A obra foi toda paga com empréstimos contraídos pelo município e depois de concluída, passou a gerar um novo imposto para o município que pode pagar as parcelas do empréstimo com a própria renda gerada pelo “Serviço de Esgoto”.

Comparado com o quadro sanitário de outras cidades do Vale dos Sinos no final dos anos 60, a situação de São Leopoldo era mais favorável pela extensão da sua rede e pela usina de tratamento de esgoto que possuía, mas essa situação não colocava a cidade imune ao problema da poluição hídrica que atingia o rio dos Sinos e os seus afluentes. Os dados produzidos na época evidenciavam a precariedade da estrutura sanitária de toda a região, tanto na sua parte doméstica, quanto na sua parte industrial.⁸¹

O descaso pelo serviço de esgoto, com o tempo, trouxe um prejuízo enorme para a cidade, pois aliado à poluição provocada pelas atividades industriais, intensificou a degradação do rio dos Sinos.

As demandas diretamente ligadas as condições de salubridade somam-se as demandas por mobilidade. Quando a Vila de São Leopoldo foi elevada à condição de cidade, em 1864, o seu território estendia-se dos campos de Viamão até a encosta da Serra, abrangendo boa parte da atual região metropolitana de Porto Alegre. O sistema cartográfico da época ainda era precário e apesar da existência de alguns mapas datados do século XIX, não podemos definir o tamanho real que o município possuía, mas, considerando os distritos emancipados ao longo da história de São Leopoldo, podemos afirmar que as atuais cidades de Novo Hamburgo, Campo Bom, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Esteio, Dois

⁸¹Na década de 1960 uma equipe de técnicos alemães esteve na região desenvolvendo estudos sobre a bacia. O objetivo era a elaboração de um projeto para contenção das cheias do rio dos Sinos. A parte relativa à São Leopoldo foi executada e resolveu os problemas de enchentes da cidade, embora tenha alterado significativamente a paisagem nas margens do rio e afetado, conseqüentemente a relação da população com o mesmo.

Irmãos, Estância Velha e Ivoti surgiram da fragmentação do antigo território de São Leopoldo. Foi neste espaço geográfico de limites amplos e imprecisos que o poder público municipal fez da construção e conservação de estradas a sua prioridade e discutiu com vigor as melhores opções de traçado, os custos e os benefícios da rede de estradas que gradualmente foi ganhando forma.

A importância da ligação entre as colônias alemãs e Porto Alegre cresceu rapidamente e contribuiu para a construção da ferrovia entre São Leopoldo e a capital da Província. Em 1874 a estação ferroviária de São Leopoldo foi inaugurada e dois anos depois a ferrovia já havia cruzado o rio dos Sinos e alcançado o 2º Distrito e sua existência foi o motivo de diversas mudanças no fluxo comercial e populacional da cidade. No final do século XIX, o transporte fluvial pelo rio dos Sinos estava em declínio e o 2º Distrito, que hoje corresponde ao município de Novo Hamburgo, crescia rapidamente beneficiado pela condição de ser o ponto final da linha ferroviária e, conseqüentemente, ponto de embarque e desembarque de mercadorias que eram comercializadas entre a população das colônias alemãs e os habitantes de Porto Alegre.

No começo do século XX a administração pública municipal estava diante de uma dupla tarefa: manter em condições de uso as antigas picadas, rede de caminhos montada com a colonização, que se multiplicavam no interior da cidade, o que incluía a construção e manutenção das pontes e pontilhões, e ao mesmo tempo ampliar e qualificar a rede de estradas formada em torno da linha ferroviária. As duas tarefas, apesar de distintas, eram indispensáveis para o crescimento econômico da cidade. A zona rural já não produzia toda a riqueza de outros tempos, mas fornecia, além do alimento, boa parte da matéria-prima que as oficinas e indústrias do município beneficiavam, e essas, por sua vez, usavam a estrada de ferro para abastecer o comércio de Porto Alegre e adquirir produtos da capital.

Significativo foi o investimento realizado nas estradas. As fontes documentais referentes à década de 20 comprovam que a maior parte da receita do município era aplicada nas estradas e registram o empenho das autoridades municipais em obter a

cooperação do governo estadual para ampliar e qualificar a rede de estradas da cidade. Segundo o Relatório Municipal de 1928, São Leopoldo possuía naquele ano 427 km de “estradas de rodagem”, sendo 4 delas intermunicipais,⁸² 7 municipais⁸³ e 13 “estradas vicinais”. Pela sua extensão, largura e importância econômica, a estrada Sapucaia – Canoas contou com a parceria entre o município e o governo estadual na sua construção. Situação diferente ocorreu na construção da “faixa de cimento” ligando o São Leopoldo à Porto Alegre, essa estrada foi iniciada em janeiro de 1933 e se diferenciou das outras pela sua dimensão e principalmente, pelo uso do cimento na sua pavimentação. Quando os trabalhos foram iniciados havia a expectativa de colaboração do governo estadual, mas o município acabou assumindo os altos custos da execução da obra.⁸⁴ Para obter os recursos necessários, a administração pública contraiu empréstimos, criou um imposto para os terrenos percorridos pela estrada e instituiu um pedágio gerando conflitos com o governo estadual que considerava o pedágio inconstitucional.⁸⁵ Concluída em 1934 com uma extensão de 27 km e uma largura de 4,20 m a “faixa de cimento” tornou-se a mais importante via de comunicação entre São Leopoldo e Porto Alegre, diminuindo a dependência da ferrovia e contribuindo expressivamente para

⁸²As 4 “estradas intermunicipais” partiam da sede de São Leopoldo para as seguintes localidades: Presidente Lucena, Portão, Novo Hamburgo e Taquara.

⁸³As 7 “estradas municipais” ligavam a sede da cidade aos seguintes pontos do seu território: (1) Lomba Grande, (2) Sapyranga, (3) Passo da Capivara, (4) Herval, (5) Carioca, (6) Picada Café, (7) Dois Irmãos.

⁸⁴O valor da obra comprometia mais da metade da receita da Prefeitura. Em 1935 a receita municipal foi de 8.943:730\$200 e o valor do empréstimo obtido para a execução da “faixa de cimento” foi de 5.600:000\$000. Relatório Municipal de 1935.

⁸⁵As discussões entre o município e o Estado prolongaram-se nos anos seguintes e motivaram ações judiciais de empresas de transporte interessadas na suspensão do pedágio. Em 1938, no governo do General Daltro Filho, o Estado assumiu definitivamente a responsabilidade pela estrada.

acelerar a urbanização dos distritos da norte da cidade, em especial as áreas de Sapucaia e Esteio.

A importância das estradas para São Leopoldo estava diretamente ligada ao desenvolvimento econômico da cidade que nas primeiras décadas do século XX tornou-se o segundo maior centro industrial do Rio Grande do Sul. O crescimento da atividade industrial foi incentivado pelo governo municipal, inicialmente através da construção das estradas e da geração e distribuição de energia elétrica e, posteriormente, através da criação do Distrito Industrial da São Borja.

Os primeiros investimentos do município na produção e distribuição de energia elétrica foram usados na construção de uma usina hidroelétrica de 200 HP de potências nas cachoeiras da Picada 48. A usina entrou em funcionamento em 1913 e a sua energia pode ser usada nas indústrias e matadouros existentes na cidade e na iluminação pública de algumas áreas do município.

A construção da Usina da Picada 48 colocou São Leopoldo na condição de pioneiro no uso da água para a geração de energia elétrica e contribuiu expressivamente para o crescimento da indústria local. A preocupação da Prefeitura em garantir o abastecimento da crescente demanda industrial exigia investimentos contínuos na manutenção na rede que incluía, além dos postes e dos fios, um conjunto de transformadores e geradores que adaptavam a corrente de energia gerada na usina para a necessidade das indústrias contempladas pelo serviço.

As fontes documentais indicam que o poder público municipal fez do imposto de Luz e Força a sua principal fonte de renda nas três primeiras décadas do século XX e com esse imposto ela cobriu os gastos da manutenção da rede e pode atender outras demandas do município.⁸⁶ No Relatório Municipal de 1920 o Intendente Mansueto Bernardi expressou sua observação sobre a mudança no perfil econômico da cidade: “São

⁸⁶Nos Relatórios Municipais consultados o balanço financeiro da Seção de Luz e Força sempre foi favorável e poucas vezes os investimentos excederam 30% da arrecadação.

Leopoldo está perdendo seu caráter puramente agrícola, passando a ser um centro industrial de primeira ordem.”

No plano econômico a cidade estava definitivamente ligada ao setor industrial e, no plano demográfico, essa ligação contribuía para o expressivo crescimento da população: em 1890 o município contava com 23.042 habitantes, em 1920 a população havia triplicado atingindo o número de 47.501 habitantes que faziam de São Leopoldo a segunda maior densidade demográfica do estado, com 37,7 habitantes por Km². Diante das intensas mudanças econômicas e demográficas do começo do século passado, o poder público municipal concentrou seus esforços para fortalecer e ampliar o emergente setor industrial, de onde procedia a maior parte da sua receita.

Ciente das limitações da energia gerada pela Usina da Picada 48, em 1921 a Intendência encaminhou um projeto para construir uma usina com 1.700 HP de potências nas quedas da Toca e do Passo do Inferno, nas margens do rio Santa Cruz, no município de São Francisco de Paula. Os estudos iniciais prenunciavam que a obra seria extremamente complexa e custosa aos cofres do município, que negociou uma sociedade com a Prefeitura de Taquara acordando a divisão dos gastos e da energia gerada pela futura usina. Conforme o Edital, os locais beneficiados pela energia da futura usina seriam os seguintes: no município de Taquara a rede elétrica deveria passar por Gramado, Sander, Mundo Novo, Igrejinha, Parobé e Campo Vicente; no município de São Leopoldo a rede seria estendida para Nova Palmeira, Amaral Ribeiro, Sapiranga, Campo Bom, Hamburgo Velho, Novo Hamburgo e Lomba Grande.

Com o cancelamento da parceria feita com a Prefeitura de Taquara o município de São Leopoldo foi forçado a concluir as obras com seus próprios recursos. As limitações financeiras da Prefeitura, o difícil acesso ao local e a própria complexidade técnica da obra prolongaram os trabalhos além do tempo previsto e fizeram da Usina da Toca o maior investimento que o município de São Leopoldo já havia feito. Inaugurada em 25 de julho 1930, a Usina da Toca ampliou expressivamente a oferta de energia elétrica em São Leopoldo e contribui para acelerar a

industrialização do município. (AXT, 1998) O empenho da Intendência na geração e distribuição de energia elétrica atendia aos interesses de empresários, potencializava um retorno para o município na arrecadação de impostos e assegurava oportunidades de renda para a crescente população de operários industriais.

Uma parte expressiva da energia da Usina da Picada 48 foi consumida pelo Distrito de Novo Hamburgo que atingiu um rápido crescimento econômico e em 1927 obteve a sua emancipação. A perda deste distrito, apesar de gerar protestos das autoridades leopoldenses, não interrompeu o processo de industrialização da cidade.

No decorrer dos anos 40, 50 e 60 as novas indústrias que surgiram na cidade instalaram-se, na sua maior parte, ao longo da BR-116 nos antigos distritos de Sapucaia e Esteio, ou no interior da cidade, nos antigos distritos de Campo Bom e Estância Velha. Nesse mesmo período ocorreu um processo de emancipação que fragmentou o território da cidade e o parque industrial que São Leopoldo construiu ao longo de décadas passou a pertencer aos novos municípios. A redução do território e a perda parcial de indústrias e habitantes que antes contribuíam para a receita municipal agravou a necessidade de ações do poder público em favor da recuperação econômica da cidade.

No modelo econômico desenvolvimentista implantado pelo Regime Militar a partir de 1964 a expressão “crescimento econômico” era sinônimo de industrialização e a atração de empresas para a cidade colocava-se como responsabilidade da administração municipal. A discussão sobre a criação de um distrito industrial em São Leopoldo acabou gerando forte conflito e potencializando a percepção mais clara sobre os problemas que o imperativo da lógica econômica acarretava para todos. A Prefeitura manifestou seu interesse no uso das terras do antigo Horto Florestal da Viação Férrea numa iniciativa que recebeu o apoio do setor empresarial da cidade, mas gerou protestos de líderes ambientalistas como Luiz Henrique Roessler e Balduino Rambo que defendiam a preservação e a conservação da área. .

Roessler levou o assunto para a imprensa posicionando-se a favor da preservação da mata de eucaliptos existente no antigo Horto e alertando as autoridades públicas para a necessidade de proporcionar lazer e contato com a natureza para a crescente população do Vale dos Sinos. Crítico dos exageros da expansão urbana, que no seu entendimento provocava nas pessoas um afastamento doloroso e traumático do convívio com a natureza e ao mesmo tempo acelerava a destruição dos ambientes naturais, deixou registrado:

“Devemos reconhecer que, se quisermos sobreviver, teremos que nos manter próximos à natureza. No claro reconhecimento desta necessidade, já está raiando a aurora no espírito dos responsáveis. Mas também os proprietários de mata deveriam desistir da sua destruição, e o reflorestamento das áreas nuas não deveria ficar para trás quando se trata da humanidade, da sua saúde, da sua vida.”⁸⁷

O destino do Horto foi decidido pelo governo estadual que se posicionou a favor da preservação da área e providenciou nela a instalação do atual Parque Zoológico de Sapucaia do Sul. No jogo de interesses entre os que defendiam a transformação da área do Horto Florestal em um parque de preservação ambiental e de lazer e os que desejavam o seu uso para a expansão da zona urbana habitacional e industrial, prevaleceu a vontade do primeiro grupo. Mas o receio de que os derrotados pudessem reagir estimulava o estado de vigilância contra os "inimigos da natureza". No texto *Querem aniquilar o Parque Zoológico*, Roessler convocou “às entidades culturais, os partidos políticos com interesses conservadores, as autoridades educacionais e todos aqueles que se esforçaram para conseguir a instituição do Parque

⁸⁷ROESSLER, Henrique Luiz O Horto Florestal de São Leopoldo. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 206-209.

Zoológico” para que permanecessem mobilizados, unidos e vigilantes diante do risco de uma reação do setor industrial.⁸⁸

Com a emancipação do antigo distrito de Sapucaia, ocorrida em 1961, a área do antigo Horto foi dividida entre os dois municípios.⁸⁹

No decorrer dos anos de 1970, São Leopoldo passou a estudar outras possibilidades para implantação de seu distrito industrial. A área escolhida e posteriormente transformada pela implantação de industriais que foram atraídas para a cidade, começou a ser povoada ainda no século XVIII e apesar de possuir o nome de Fazenda São Borja, ela incluía diversas propriedades rurais e os seus limites nunca foram definidos com exatidão. (VELHO, 1995, p. 177) Inseridas dentro do território do 1º Distrito de São Leopoldo, na parte sudeste do município, em 1912 as terras da antiga Fazenda São Borja foram cortadas por uma linha ferroviária que ligava o Morro do Paula ao centro da cidade, essa linha ferroviária foi construída pelo Coronel João Corrêa Ferreira da Silva para facilitar o transporte das pedras que estava sendo extraídas do Morro. Além da extração de pedras, nas primeiras décadas do século XX já existiam nas terras da Fazenda São Borja diversas atafonas que beneficiavam a farinha de mandioca da região e um matadouro que originou o antigo Frigorífico Rost. (PETRY, 1923) Essas atividades econômicas, apesar de importantes para o sustento das famílias envolvidas, não ocupavam a totalidade das terras que em 1942 foram incluídas no *Plano de Expansão e Remodelação da cidade de São Leopoldo*.

Em 1972 o Prefeito Olímpio Albrecht contratou a empresa Geomapa Fotogrametria Ltda para realizar estudos e apontar as possibilidades de aproveitamento econômico das terras da Fazenda São Borja. Os estudos indicaram um bom potencial para

⁸⁸ ROESSLER, Henrique Luiz. Querem aniquilar o Parque Zoológico. In: _____. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 209-210.

⁸⁹ A parte que pertence a São Leopoldo foi repassada ao município pelo Decreto Estadual nº. 23 249 de 1974, atualmente, essa área integra o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e possui o nome de Reserva Florestal Padre Balduino Rambo.

o aproveitamento da área e definiram como prioritária a criação de uma avenida ligando o centro da cidade ao Morro do Paula. O sucesso das negociações com empresas interessadas em se instalar na área escolhida acelerou os trabalhos de implantação da Zona Industrial e diversas propriedades foram declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação pela administração municipal. Para cada propriedade desapropriada foi emitido um Decreto, seguido de um contrato de compra e venda firmado entre a Prefeitura e o antigo proprietário. Com esses procedimentos jurídicos e administrativos, ao final do mandato do Prefeito Olímpio, encerrado em 1972, a maior parte das terras da Zona Industrial da São Borja já pertencia ao município que usou essas terras como atrativo para a instalação de novas empresas. Nos anos de 1973 e 1974, na gestão do Prefeito Henrique Prieto, a Prefeitura providenciou diversas obras nas terras adquiridas, como instalação da rede de água e esgoto, pavimentação e calçamento da Avenida São Borja, demarcação dos terrenos e serviços de terraplanagem e negociou a instalação de novas empresas na Zona Industrial.⁹⁰

Em 1975, três anos depois do começo da implantação da Zona Industrial da São Borja, nove indústrias estavam instaladas ou concluindo suas instalações no local. Com esse resultado, o poder público garantia a ampliação das receitas municipais e provocava uma forte mudança na paisagem da cidade que naquela parte ainda possuía elementos tipicamente rurais.

A montagem de serviços urbanos, bem como sua ampliação e aperfeiçoamento ainda na primeira metade do século XX, consolidaram na região do vale dos Sinos, em grande parte do período aqui destacado sediada por São Leopoldo, o dinamismo característico das áreas de expansão urbana e industrial.

⁹⁰A participação de uma comitiva representando São Leopoldo na Feira Internacional de Bruxelas em 1973 foi importante para a atração de empresas europeias. Essa comitiva foi formada pelo Prefeito Henrique Prieto, pelo presidente da Associação de Comércio e Indústrias (ACIS) e por diversos empresários da cidade.

7.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AXT, Gunter. A Indústria de Energia Elétrica em São Leopoldo (1913-1946). *Estudos Leopoldenses*. Série História. v. 2, n. 2, p. 99-109, jul./dez. 1998.

BARBIARO, B. D. A ocupação da terra e a conseqüente agressão ao meio ambiente natural: um estudo na área de imigração alemã no Rio Grande do Sul (1824-1830). In: *Anais do VI Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul – 1984*. São Leopoldo: Gráfica Caeté, 1994.

BARCELOS, Ramiro Frota. 50º Aniversário da Usina Hidrelétrica da Toca. In: *IV Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. 1980. Anais – 1987. p. 265-293.

FEE. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: Censos do RS: 1803- 1950*. Porto Alegre: FEE, 1986.

HUNSCHE, Carlos H. *Primórdios da vida judicial de São Leopoldo*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes , 1979.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 1983.

PETRY, Leopoldo. *O Município de São Leopoldo no 1º Centenário de Independência do Brasil*. São Leopoldo: Ed. Rotermond, 1923.

REINHEIMER, Dalva N. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre. Estudo sobre a imigração alemã e a navegação fluvial no Rio*

Grande do Sul (1850 – 1900). São Leopoldo, 1999, Dissertação (Mestrado em História) - PPGH, UNISINOS.

ROESSLER, Henrique Luiz. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia. Crônicas Escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986, p. 209-210.

RÜCKERT, Fabiano. *História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. São Leopoldo, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH, UNISINOS.

TRAMONTINI, M. J. *A organização social dos imigrantes*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.

VELHO, Ângela. *Caminho Histórico da Consolidação e Implantação da Zona Industrial da Fazenda de São Borja em São Leopoldo*. São Leopoldo, 1995, Dissertação (Mestrado em História), PPGH, UNISINOS.

CAPÍTULO 8

TERESINA O VERBO “TERESINAR”: COTIDIANO E LAZER NA CIDADE DOS EXCLUÍDOS⁹¹

Regianny Lima Monte⁹²

⁹¹ Este artigo é parte do terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado intitulada: A CIDADE ESQUECIDA: (re) sentimentos e representações do pobres em Teresina na década de 1970.

⁹² Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, professora do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI.

O aumento populacional verificado em Teresina entre as décadas de 1960 e 1980 teve como principal fator o êxodo rural, ou seja, a maioria da população que residia na capital tinha suas origens no campo. Para o geógrafo Antônio Cardoso Façanha, “a cidade só pode ser pensada na sua articulação com o campo.”⁹³ Essa relação já foi objeto de análise de alguns estudiosos, como Raymond Williams, que afirma haver uma relação intensa entre o campo e a cidade.⁹⁴ Nesse sentido, as semelhanças estão nas atividades desempenhadas pelos migrantes na cidade, nas formas de apropriação dos espaços, nos tipos de sociabilidade e nas vivências. Em regiões periféricas, mesmo de grandes centros urbanos, é possível notar hábitos e costumes interioranos: criar animais, como galinhas, porcos; cultivar hortaliças e até mesmo roças nos quintais, sentar nas calçadas; preservar os hábitos alimentares, dentre outros. Nota-se, assim, que há uma divisão tênue entre o campo e a cidade. Hábitos como

Sentar-se à porta da rua ou no terreiro, depois do jantar, ao anoitecer, era hábito comum de boa parte da população teresinense. Membros de uma mesma família e alguns vizinhos deleitavam-se em conversas amistosas sobre o dia-a-dia, a vida dos outros e a rotina da cidade, sendo que em algumas residências com iluminação suficiente formavam-se mesas de jogos de baralho.⁹⁵

Todavia hábitos como esse estavam passando por mudanças, provocados por novidades como a TV, que ressignificava algumas práticas cotidianas. Segundo Sâmia de Brito Cardoso Vernieri, “a população deixava de lado as conversas

⁹³ FAÇANHA, Antônio Cardoso. Cidade e cultura. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro. (Org.). Apontamentos para a história cultural do Piauí. Teresina: FUNDAPI, 2003. p.79.

⁹⁴ WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁹⁵ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. A cidade do anoitecer ao romper da aurora. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. (Org.). *Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 29-30.

nas calçadas e se reunia com a família para ver televisão. Notícias, divertimentos, entretenimento, a televisão significava muito em uma cidade que contava com pouco lazer.”⁹⁶ Apesar de ainda ser um aparelho caro e acessível a um público seletivo, não deixava de ser apropriado pelos setores mais populares, que crivam estratégias de acesso a esse invento, fosse pelo “televizinho”, ou seja, contava-se com a gentileza e humor de vizinhos para assistirem à programação, fosse dirigindo-se às praças públicas, onde era comum a presença do aparelho.

As mudanças perpassavam os hábitos e interferiam nas sociabilidades também, ao passo em que “as telenovelas começavam a fazer sucesso, a integrar o dia-a-dia da população, a ditar moda, a modificar costumes e a linguagem, pois todos queriam identificar-se com os artistas. Os valores mudaram.”⁹⁷ Oton Lustosa afirma que a televisão mudou a maneira de viver dos piauienses nas três últimas décadas do século XX, demonstrando quão impactante foi a presença desse aparelho em suas vidas. “Velhos costumes eminentemente piauienses caem em desusos, ao passo que novos costumes, frutos de uma cultura globalizada, vão ganhando espaço em nosso meio.”⁹⁸ A década de setenta emerge como um período fortuito de mudanças, transformando as vivências, os hábitos e as sociabilidades dos cidadãos que aos poucos vão incorporando tais mudanças em seu dia-a-dia.

Há um entrelaçamento de temporalidades e costumes. Nesse sentido, os hábitos adquiridos na cidade são incorporados aos já existentes e as práticas socioculturais estabelecem continuidades principalmente em relação a comportamentos tradicionais, que dão identidade a um grupo. São práticas, modos de fazer que constituem experiências diversas que envolvem o

⁹⁶ VERNIERI, Sâmia de Brito Cardoso. *História da propaganda e da publicidade no Piauí*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005. p. 35.

⁹⁷ Idem, p. 35.

⁹⁸ LUSTOSA, Oton. Impacto dos meios eletrônicos na cultura piauiense. In: SANTANA, Raimundo Nonato de. (Org.). *Apostamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003. p. 321.

passado e o presente. Por outro lado, principalmente para os migrantes que passam por “um contexto de transformações intensas, as novidades nem sempre derrubam, da noite para o dia, as práticas sociais, como as práticas culinárias, alimentares e de sociabilidades; há permanências; ocorrem sobreposições de percepções de mundo e de valores.”⁹⁹ O senhor Durval Venâncio da Silva afirma que

Ainda hoje, a minha comida, a maioria é de comer grosseiro do interior, a questão, eu gosto do cuscuz no feijão, eu gosto do feijão com farinha, eu gosto do feijão aferventado, pra comer numa vazia, eu acho muito bom, não sei se a senhora conhece aquele muncunsar? Eu gosto daquela comida, minhas comidas é tudo desse jeito. Eu acho que por isso é que eu tenho a idade que eu tenho e sou uma pessoa que ainda hoje trabalho por causa da minha alimentação. Eu gosto muito de comer esse de comer pesado, grosso, grosseiro: é feijão, é cuscuz com feijão, é feijão com farinha, é feijão misturado com arroz, é feijão.¹⁰⁰

Preservar os hábitos alimentares era comum não só nos lares dos moradores da cidade, pois era possível encontrar nos cardápios de bares e restaurantes comidas típicas, marcadamente interioranas como mão-de-vaca, buchada, panelada, maria isabel (carne seca feita dentro do arroz), paçoca, sarapatel, cuscuz, beiju, coalhada, canjica além das frutas de estação como bacuri, buriti, cajá e a mais popular delas, o caju (no qual o verdadeiro fruto é a amêndoa da castanha), as quais eram a base para

⁹⁹ MORAIS, Luciana Patrícia de. Cultura alimentar e patrimônio: ressignificações do cotidiano. In: BORGES, Maria Eliza Linhares. (Org.). *Campo e cidade na modernidade brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. p. 70.

¹⁰⁰ SILVA, Durval Venâncio da. *Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina, mar. 2009.

refrescos, sorvetes, doces em calda ou cristalizados, além da cajuína, feita a partir da calda do caju.

As praças urbanizadas, as avenidas, os rios eram destinos escolhidos para mostrar para as crianças os espaços de vivência da cidade. Os ícones da modernidade atraíam a curiosidade daqueles migrantes: os prédios, os comércios e as luzes da cidade fascinavam essas pessoas, passando a impressão de que estavam efetivamente participando dessa mudança de forma intensa. Paulino afirma que uma das práticas realizadas por sua família era passear pela cidade.

As coisas naquele tempo eram diferentes, sabe o que a gente fazia? Pra você ver como as coisas mudaram, antigamente a gente pegava os meninos e ia lá pra Avenida Frei Serafim pra ver os desfiles do Carnaval, né, e hoje ninguém vai mais pra lugar nenhum, todo mundo já está acostumado e tudo. Pegava os meninos e ia lá pro aeroporto, tinha que ir só pros meninos verem. __ Vamos pro aeroporto ver os avião. Aí a gente ia lá pra cima né, pra ver os avião chegando né, a gente ia pra mostrar mesmo. A gente ia pra aquela Praça do Marquês pra mostrar pros meninos também, porque era diferente de lá do interior. Você sabe que os hábitos da cidade é diferente, e a gente tem que mudar.¹⁰¹

Tudo era novidade para aquelas pessoas que passaram sua infância na zona rural. Os inventos modernos, como o avião, mostravam-se como algo fascinante. Talvez, esses moradores sentissem algo semelhante ao que os habitantes de São Paulo, na descrição de Nicolau Sevcenko, sentiram na década de vinte, ao ver o espetáculo proporcionado pela “nova grande sensação”.¹⁰² Os próprios espaços da cidade eram novidades para esses

¹⁰¹ MUNIZ, Paulino Alves. *Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina, abr. 2009.

¹⁰² SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 77.

migrantes, incluindo-se as festividades públicas, como o Carnaval. Conforme Bernardo de Sá Filho, foi durante a década de 1970 que o carnaval de rua tornou-se ainda mais atrativo, com a presença de escolas de samba, que realizavam desfiles na Avenida Frei Serafim, “fazendo a alegria de milhares de foliões e espectadores.”¹⁰³

O intelectual e apaixonado por Teresina A. Tito Filho fez uma descrição do cotidiano da cidade, reservando um lugar de destaque para as praças.

Aqui tens a praça Rio Branco, o coração comercial da cidade. De manhã, mulatas, morenas, louras, casadas e solteiras, brotos, coroas, matronas circunspectas praticam o entre-e-sai, visitando as dezenas de casas comerciais, existentes na praça e nas ruas vizinhas. Senhores sisudos, estudantes, gente de todo naipe – paqueram, conversam, trocam dedos-de-prosa e contam as últimas sempre com um aumentozinho – o aumentozinho maledicente.¹⁰⁴

Apesar do considerável aumento populacional, Teresina ainda tinha um ar provinciano, havendo espaço para falar da vida alheia, dos escândalos; comentar as decisões políticas, as repercussões de atos ilícitos que chocavam a cidade; falar das mais quentes novidades que chegava às praças comerciais. Um espaço em especial destacou-se no imaginário popular, sendo intitulado carinhosamente de “rádio calçada”, um ponto de encontro de amigos que se reuniam à “noitinha” para discutir política, assuntos da sociedade, futebol, acontecimentos cotidianos e, de acordo com Deusdeth Nunes, onde “se tesourava

¹⁰³ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. O carnaval em Teresina. In: EUGÊNIO, João Kennedy. (Org.). *História de vário feitio e circunstância*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001. p. 92.

¹⁰⁴ TITO FILHO, Arimatéia. *Teresina meu amor*. Teresina: Companhia Editora do Piauí, 1973. p. 47.

também a vida alheia.”¹⁰⁵ Ficavam na Praça Pedro II, em frente ao Bar Carnaúba, o qual foi demolido ainda na década de setenta, mas a prática da rádio calçada permaneceu por mais algum tempo. As praças constituíam, assim, espaços de lazer, sobretudo para os mais jovens:

Os namoros era na praça da Igreja ali da Vermelha, não tinha outro local de encontro e se concentrava ali na praça Pedro II, circulando a praça e na praça da Vermelha ali no nosso caso, que era mais próximo. [...] a garotada saía ali da Miguel Rosa e nós vínhamos tomar banho nas coroas do Parnaíba na altura do Centro Administrativo. Ali era o nosso local de concentração da garotada.¹⁰⁶

As praças e as coroas dos rios Parnaíba e Poti eram espaços mais democráticos, frequentados pelos diversos setores sociais. Praças recém-reformadas, com áreas verdes e fontes climatizadas eram pontos de encontros dos mais jovens, que ensaiavam uma nova forma de relacionamento, com mais liberdades observadas não só nas relações afetivas, mas na própria forma de se vestir, usando modelos semelhantes aos das atrizes das novelas. Na falta do litoral, as coroas dos rios tornavam-se excelentes “praias” para os teresinenses, principalmente para aqueles que não tinham acesso aos clubes da cidade.¹⁰⁷ “Quando as águas descem, surgem as coroas, bancos

¹⁰⁵ NUNES, Deusdeth. *Rádio calçada*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1995. p. 15.

¹⁰⁶ GONDINHO, Francisco de Assis Soares. *Depoimento concedido a Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte*. Teresina, jul. 2006.

¹⁰⁷ Na década de setenta, a cidade contava com vinte clubes: Jockey Clube, Iate Clube, River Atlético Clube, Piauí Esporte Clube, AABB, Tigrão, Clube das Classes Produtoras do Piauí, Clube do Marquês de Paranaguá, Circulo Militar de Teresina, Flamengo, Clube dos Cem, Clube dos Economiários, ARBEPI, Rádio Clube, SESC, Clube dos Cabos e Soldados, Clube dos Sub-Tenentes e Sargentos da Polícia

de areias ásperas e alvas, que a cidade usa como praia e onde em noites de lua se realizam danças de tambor, danças negras.¹⁰⁸ Os banhos nas coroas se tornavam mais freqüentes durante os meses mais quentes do ano, conhecidos como b-r-o-bró: setembro, outubro e novembro, quando as temperaturas chegam aos quarenta graus.

Oferecem o rio Poti e Parnaíba, principalmente na época do verão, quando justamente o clima se torna um dos problemas mais angustiantes para os habitantes da 'Cidade Verde', com uma temperatura tão elevada que obriga a emigração dos lares em busca dos recantos mais úmidos, que possam atenuar a onda quente e ressarcir os prejuízos do organismo com a recuperação do clima saudável e de um ambiente onde se tenha oportunidade de recuperar as energias perdidas ao longo de uma luta cotidiana da semana que finda.¹⁰⁹

O futebol marcava o cotidiano da cidade e era uma das formas de lazer de seus habitantes. O acanhado Estádio de Futebol Lindolfo Monteiro, palco de grandes partidas de futebol em Teresina, teve que dividir espaço com o moderno, porém inacabado, Estádio Alberto Silva, o Albertão, com capacidade para 60 mil torcedores, inaugurado em 1973. Os principais times da casa e que tinham uma maior torcida eram o River Atlético Clube, o Galo, que rivalizava com Esporte Clube Flamengo, e o Piauí Esporte Clube, cuja torcida passou a denominar de Piauízão Vibrante. Outros times também tinham seu espaço no futebol de Teresina, como o Comercial, o Botafogo do Piauí, o Fluminense Esporte Clube, um dos times mais pobres da cidade, que, porém, não ficava fora do campeonato estadual, mesmo que acabasse

Militar, além dos populares União Artísticas e Clube do Gari. SÁ FILHO, 2001, p. 90-91.

¹⁰⁸ DOBAL, Hindemburgo. *Roteiro sentimental de Teresina*. Obra Completa II: prosa reunida. 2. ed. Teresina: Plug, 2007. p. 47.

¹⁰⁹ PRAIA, doce praia. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3426, p. 1, 19/20 set. 1971.

em último lugar na classificação. Mas foi com o futebol de elite do Tiradentes, clube financiado pelo governo do estado, que o futebol piauiense ganhou projeção nacional. De acordo com Deusdeth Nunes,

O futebol do Piauí viveu sua fase de ouro à época em que no governo Alberto Silva, o comandante da Polícia Militar era o coronel Tupy Caldas. Na euforia do governo do otimismo, foi fundado o Tiradentes, equipe que seria o espelho da força e pujança do Novo Piauí. Clube Oficial do Estado, o Tiradentes tinha pano pras mangas e começou a importar craques e treinadores. [...] Em determinada ocasião o clube tinha quatro jogadores para cada posição.¹¹⁰

Conhecido como “amarelão da Polícia Militar”, a Sociedade Esportiva Tiradentes participou do Campeonato Brasileiro nos anos de 1973 e 1975 e possibilitou a vinda de clubes nacionais ao Piauí, como o Fluminense, o Botafogo, o Bahia, entre outros. Os jogos em que havia a presença de times de fora atraíam um maior público ao estádio Albertão, além de empolgar os radialistas locais em suas transmissões nas tardes de sábado ou de domingo. De acordo com Zózimo Tavares, nesse período, “o torcedor vibrou com os lances de craques como Caio Cambalhota, Paraná, Gérson Andreotti, Ivan Lopes, Assis Paraíba, Bitonho, Maranhão, Miltão e Toinho. De 1977 a 1979, o *River* de Sima, Meinha, Edmar e Duílio também encantou a torcida piauiense.”¹¹¹

Os bares, mais conhecidos como botecos ou quitandas, reuniam, em sua maioria, homens que, entre um trago e outro de cachaça Mangueira ou Serrana, as preferidas dos clientes, “beliscavam” um tira-gosto, que poderia ser torresmo, frito de tripa, ovo de codorna cozido ou frutas da época, como limão, manga,

¹¹⁰ NUNES, Deusdeth. *Um prego na chuteira: patocas do futebol*. Teresina: Edição do Autor, 1979. p. 54.

¹¹¹ TAVARES, Zózimo. *100 fatos que marcaram o Piauí*. 3 ed. Teresina: Halley, 2000. p. 93.

caju, siriguela ou cajá. Havia aqueles que serviam comidas típicas, como mão de vaca, panelada e sarapatel. O jornalista, bancário e boêmio Deusdeth Nunes faz uma descrição desse espaço: “na esquina da rua Amazonas com Monsenhor Bozon, no coração da Matinha, está situado o bar do Valtinho. É o autêntico boteco de vender cachaça. O balcão ensebado, [...] o conforto é limitado a meia dúzia de tamboretos ordinários, que não raro rasgam roupas.”¹¹² Nesses encontros, regados a muita “birita”, os frequentadores papeavam, botavam os assuntos em dia. Notamos que o boteco apresenta-se como um lugar de diversões e sociabilidades.

Bar não é apenas local para se destilar alegrias e tristezas em meio a bons goles de uma bebida. Conversa-se pelos cotovelos. A bebida é combustível dos mais fortes para liberar emoções e fazer emergir confusões. [...] Em bares fecham-se negócios, fecham-se apostas em torno dos resultados eleitorais. [...] Bar é o local das revelações. Sabe-se das vidas alheias com detalhes sórdidos e divertidos. Ri-se da desgraça alheia ou mesmo da própria desgraça. Ri-se muito, só que se chora talvez com igual intensidade. Alguns choram apenas por dentro. Lágrimas são convertidas em goles e soluços em suspiros longuíssimos por amor desfeito ou desilusões variadas.¹¹³

Os espaços destinados ao lazer noturno apresentavam outra forma de segregação, marcada pela relação de gênero. Trata-se das zonas de baixo meretrício da cidade. Por conta de uma medida imposta pela municipalidade, as tradicionais áreas de prostituição foram eliminadas do entorno do Centro da cidade, ainda na primeira metade da década de 1970, para ceder lugar ao

¹¹² NUNES, Deusdeth. *A saideira: de bar em bar*. Teresina: Halley, 1997. p.61.

¹¹³ Ibidem, p. 97.

sistema viário que estava sendo implantado.¹¹⁴ Dessa forma, essas atividades foram deslocadas para os bairros, sobretudo, para aqueles mais próximos do Centro, onde se oferecia lazer noturno e a baixo custo aos frequentadores, como descreve Maria de Jesus Abreu.

A gente morava ali pro lado do São Pedro. Bem pertinho, quase esquina, tinha um cabaré, parece que Bela e, no fundo da nossa casa, que era dividido com aquele terreno aqui que era uma quinta, tinha o Casa Amarela, cabaré também, e depois tinha o outro, que era da Ana Paula, que era aqui do nosso lado. Aqui depois construíram o que chamavam de chatô, que a diferença do cabaré para o chatô era que no chatô eram pra onde iam os casais proibidos, não podiam ser vistos. Eu lembro que, às vezes, a gente ficava sentado na porta vendo os táxis entrando lá e as pessoas abaixadas no banco traseiro: ‘__ Oh aquela ali vai traindo o marido’. Aqui e acolá, entre quatro paredes, o pessoal ouvia algum marido traído que vinha seguindo o carro, que isso acontecia de vez em quando, aí tinha aquele barraco, aí vinha a polícia aquela coisa ou então a gente ouvia quebra-quebra dos que eram mais próximos. Tinha

¹¹⁴ Nesse sentido foram extintos famosas zonas de baixo meretrício: Palha de Arroz, Gogó da Ema, Lucaia, Eucalipto, Mói de Varas, entre outros cabarés de pequeno porte. Já a tradicional zona de meretrício de luxo da Paissandu foi excluída da política do “bota abaixo” da Prefeitura, porém não resistiu por muito tempo às mudanças socioculturais que estavam em curso, entrando em decadência nos anos seguintes. Sobre o assunto ver: MONTE, Regianny Lima. *Teresina sob os anos de chumbo: as interfaces de uma modernização autoritária e excludente*. Monografia. (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007; SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. Dissertação. (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006.

um outro da Márcia, que chamavam, esse era forró, mas era um forró de baixo nível, povo de briga.¹¹⁵

A convivência desses espaços de baixo meretrício em meio aos bairros da cidade não ocorreu de forma pacífica. Os conflitos eram constantes e as reclamações dos moradores eram registradas diariamente nas páginas dos jornais da cidade¹¹⁶, exigindo a tomada de providências por parte das autoridades. Não raro chegavam a envolver a polícia na resolução dos conflitos ocorridos nesses espaços. As principais reclamações giravam em torno da maledicência das mulheres de vida livre, das cenas de depravação ocasionadas pela nudez e alcoolismo. Tudo isso representava para as famílias que residiam em suas proximidades uma afronta à moral e aos bons costumes, principalmente das “mulheres direitas”.

Por outro lado, os populares contavam com outros momentos de lazer e distração na cidade, que podiam esquecer por alguns instantes das asperezas do trabalho duro realizado durante a semana, funcionando como uma válvula de escape à vida miserável que levavam. Havia também festas em que se reuniam sanfoneiros, numa espécie de desafio, “cada sanfoneiro tocava quinze minutos, aí entrava outro, era uma competição”¹¹⁷, tocavam xaxado, baião, emboladas, forró. Geralmente, esse tipo

¹¹⁵ ABREU, Maria de Jesus Vieira de. *Depoimento concedido à Regianny Lima Monte*. Teresina, mar. 2009.

¹¹⁶ DECRETADA guerra a todos os cabarês. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3292, p. 1, 16/17 maio 1971; ABAIXO assinado eliminou cabaré na Piçarra. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3401, p. 7, 20 ago. 1971; CABARÉS criam problemas nos bairros. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3426, p. 3, 19/20 set. 1971; FECHADO o quarto cabaré na Piçarra. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3442, p. 8, 08 out. 1971; DELEGADO fecha outro cabaré. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3444, p. 4, 10/11 out. 1971; DESCOBERTO um cabaré em meio às famílias no bairro Vermelha. *O Dia*, Teresina, s/ano, n. 3488, p. 8, 03 dez. 1971. GUERRA contra boates entre as residências. *O Dia*, Teresina, ano 24, n. 4229, p. 8, 14 jun. 1975.

¹¹⁷ ABREU, Agenor Vieira de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento e Regianny Lima Monte*. Teresina, fev. 2009.

de festa era realizado nas tardes de sábado ou do domingo nos quintais das casas, que eram cercados com talos de carnaúbas enfileirados, e eram conhecidas como *matinês*. Cobrava-se a “cota”, a entrada, a um preço acessível ao público que frequentava esses espaços. Não raro, ocorriam alguns conflitos por parte daqueles que exageravam no trago da cachaça, bebida comum nesses estabelecimentos e acessível pelo baixo preço.

Para as pessoas mais caseiras, o rádio era uma forma de diversão e de se manterem informadas, como revela Durval:

[O rádio] era uma forma de lazer, por que aqui tinha, tinha, nessa época tinha uns programas de rádio assim desses locutor, tinha a Rádio Pioneira que comentava negócio de jogo. Os programas de jogo eu assistia quando o Piauí ia jogar, o River, o Flamengo, os times que viam de fora e jogavam aqui, assistia, ouvia pelo rádio e era uma coisa muito importante pra gente do interior né, a gente não via não sabia o que era. [...] Botava aqueles discos pra tocar, pra cantar, a gente assistia, aquilo era um lazer pra gente, quando chegava a noite, era só isso não era outra coisa.¹¹⁸

De acordo com Francisco Alcides Nascimento, o rádio foi um meio de comunicação de massa incorporado à sociedade piauiense desde a década de 1940, alcançando seu auge nos anos sessenta. Os programas jornalísticos, incluiu a programação esportiva, ocupavam um espaço maior na grade radiofônica. Com o regime militar implantado em 1964, os programas musicais foram incentivados como instrumentos de alienação dos jovens, entretanto, para o autor, essa afirmativa deve ser analisada com ressalvas, pois “foram montados programas de forma inteligente, os quais tinham a função de educar.”¹¹⁹

¹¹⁸ SILVA, Durval. 2009.

¹¹⁹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A censura e o rádio no Piauí. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. (Org.). *Encruzilhadas da História: rádio e memória*. Recife: Bagaço, 2006. p. 36-37.

Apesar das mudanças espaciais e culturais que estavam ocorrendo na cidade, sobretudo na década de 1970, Teresina ainda guardava traços da religiosidade de seu povo. Os festejos dos santos empolgavam a população, e os setores mais pobres da cidade participavam ativamente dessas festividades. Uma das mais tradicionais era a “festa de Nossa Senhora das Dores, titular da igreja catedral da Arquidiocese de Teresina. Há novenas e quermesses populares na tradicional Praça Saraiva.”¹²⁰ O mês de junho era o mais rico em manifestações culturais e o mais esperado pela população, que aguardava ansiosa pelos festejos de São João, São Pedro e Santo Antônio, nos quais eram realizados bailes populares, as tradicionais quadrilhas e os folguedos, que mexiam com imaginário popular.

As fogueiras, principalmente nas zonas mais periféricas da cidade, que não contavam com iluminação pública, eram muito frequentes e reuniam os vizinhos, que levavam aperitivos para serem servidos durante a confraternização, como abóbora, milho e seus derivados como a pamonha e o mingal maranhense, acompanhado de aluá, uma bebida feita a partir da fermentação de frutas ao ar livre. O hábito de passar fogueira e tornar-se compadres/comadres ainda era verificado, mesmo que com frequência menor, assim como “brincar o boi”, uma das mais tradicionais atividades culturais do estado, só era observado nos bairros distantes, como Aeroporto, Cidade Nova e Catarina. Os pescadores do bairro Poti Velho prestavam homenagens ao seu padroeiro, São Pedro, por meio da procissão fluvial no rio Parnaíba, com a saída no cais situado no centro de Teresina até o encontro dos rios Parnaíba e Poti.¹²¹

A cultura popular estava mais presente nas credences e naquilo que ficou conhecido como “medicina popular”, usos enraizados que são transmitidos de geração a geração. Essas tradições parecem ter sido mais preservadas entre os setores populares, que, mesmo nas cidades, continuavam recorrendo aos

¹²⁰ OLIVEIRA, Noé Mendes de. *Folclore brasileiro Piauí*. 3.ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1999. p. 97.

¹²¹ OLIVEIRA, 1999, p. 96.

preceitos curativos e remédios caseiros, os quais tinham como matéria prima raízes, cascas, folhas da flora local, comercializados livremente nos mercados da cidade em forma de insumos, garrafadas ou *in natura*.

Maria Creusa Monteiro de Moraes afirma que recorria mais à medicina alternativa do que à tradicional, tendo no quintal de sua casa uma verdadeira farmácia: “eu tinha todas essas coisinhas aqui em casa, folha santa, eu já tinha assim tudo plantadinho, qualquer coisa era só abrir a porta, já deixava lá água no fogo fervendo pra fazer chá.”¹²² Prática semelhante ocorria com as parturientes nas periferias da cidade, onde as parteiras ainda se faziam presentes. Esse fato pode ser explicado, em parte, pela falta de postos de atendimentos de saúde e pelas dificuldades de acesso a esses serviços. Por outro lado, as pessoas oriundas do interior, até certo ponto, ainda tinham receios em recorrer aos profissionais da saúde. Antônia da Silva Rodrigues¹²³, que morava no Ilhota, nas proximidades do centro da cidade, afirmou que teve oito filhos e nunca recorreu ao atendimento médico, sendo todos os partos realizados por parteiras.

O momento de restrições das liberdades individuais e a repressão implantada com o regime autoritário também marcaram o imaginário das pessoas pobres da cidade. Mesmo não participando de movimentos de enfrentamento da ditadura militar e, na maioria dos casos, desconhecendo o que se passava na política posta em prática por esse setor, ficaram registros do autoritarismo e do medo da população frente à ação do poder público e de seus órgãos, como a Polícia Civil.

Quando a gente era menino, agora, isso aqui foi mais abrangente, a nossa mãe, ela tinha preocupação, eu gostava de sair à noite pra praças, e a preocupação dela era da gente voltar cedo porque a força policial, o

¹²² MORAIS, Maria Creusa Monteiro de. *Depoimento concedido à Regianny Lima Monte*. Teresina, mar. 2009.

¹²³ RODRIGUES. Raimundo da Silva. *Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina, mar. 2009.

processo de repressão era mais atuante na época da, trinta, trinta e cinco, quarenta anos atrás, a gente não saía na rua, procurava voltar cedo quando garoto porque sabia que existia na cidade a Guarda Civil do Estado, mais era a Polícia Civil que fazia a ronda, e tinha uma viatura chamada de Carinhosa, que era só pra recolher meninos que eram encontrados na rua e ninguém queria cair na mão da Carinhosa, porque sabia que, se caísse, voltava com algumas sequelas. Eles batiam, eles faziam tudo.¹²⁴

A cidade era carente de espaços de lazer voltados para as crianças, principalmente aquelas mais pobres. As brincadeiras ocorriam quase sempre em áreas abertas, na frente de casa, junto com os vizinhos. Em brincadeiras de correr, empinar pipas, ou ainda brincar com carros e com bonecas, no caso das meninas. O tempo do lazer também era dividido com o trabalho, tendo em vista que muitas dessas crianças já exerciam alguma atividade na complementação da renda da família, quase sempre acompanhadas dos pais. Elas, que possuíam uma maior liberdade e circulavam por varias áreas da cidade, construía seus próprios espaços de lazer e ressignificavam lugares, fazendo apropriações dele, no percurso seguido/criado na cidade, como descreve Francisco de Assis, ao rememorar aspectos da sua infância e lazer.

O lazer era interessante, tinha uns campinhos de futebol ali próximo em frente ao cemitério da Vermelha. Essa era a área de lazer de todo mundo, e os demais, as brincadeiras mesmo era pular em cima do trem, o trem passava lá e a gente pegava carona nele, era a Maria Fumaça e desenvolvia pouca velocidade. Essa era uma das formas de brincadeira, de lazer que a gente tinha, não tinha outra coisa. A garotada ou fazia e jogava bola ou então ia pegar carona no trem, na Maria Fumaça.¹²⁵

¹²⁴ GONDINHO, 2006.

¹²⁵ GONDINHO, 2006.

Promoviam-se, assim, apropriações diversas dos espaços, fossem eles teoricamente vazios, como um terreno baldio que era transformado em campo de futebol, onde eram realizadas as famosas “peladas”, ou fossem em um lugar a que fora dado um novo significado, uma nova função, que, ao serem apropriados de outra maneira, como no caso da Maria Fumaça, tornam-se ambientes de lazer e diversão. Michel de Certeau afirma que, na cidade existe uma ordem espacial estabelecida e dividida entre possibilidades e proibições, nas quais o “caminhante ordinário” está inserido, sendo em seu percurso, o caminhante atualiza algumas delas, foge das regras estabelecidas. “Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer, mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais.”¹²⁶ Da mesma forma, o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial, o que é verificado na apropriação feita das fontes luminosas da Avenida Frei Serafim.

As fontes luminosas, que compunham a paisagem de uma das vias de tráfego mais importantes de Teresina, a Avenida Frei Serafim, implantadas com a reforma realizada em 1973, eram apropriadas de diversas formas pelos habitantes da cidade. Construídas para embelezar e oferecer um lugar aprazível com seus jatos de água refrescando o percurso dos passantes, elas também eram um local de “práticas desviantes”, como a mostrada na foto, na qual os habitantes aproveitavam o momento em que as fontes eram esvaziadas para a realização de limpezas periódicas para “pescar” os peixes que faziam parte da sua ornamentação. Esses espaços também eram aproveitados por crianças que frequentemente ali tomavam banho.

Mesmo com uma trajetória de vida marcada por recomeços, provocados tanto pelo processo migratório, quanto pelos remanejamentos dentro do espaço urbano, essas pessoas buscavam se inserir nos diversos espaços da cidade. Suas maneiras de apropriar-se dos espaços da *urbe* nem sempre foram

¹²⁶ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 177-178.

bem vistos por todos os membros da sociedade local, que intervieram no sentido de disciplinar e normatizar os usos que se faz da cidade enquanto lugar edificado e instituído por leis. Entretanto essas pessoas recriaram espaços, reinventaram lugares e significaram suas vivências, como moradores e construtores da cidade, e guardam consigo as lembranças dessas experiências, que, ao serem acessadas pelo presente, ressurgem com atualizações, mas revelam memórias atravessadas de sentimentos diversos sobre o processo pelo qual passaram durante a década de 1970.

8.1 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOBAL, Hindemburgo. *Roteiro sentimental de Teresina*. Obra Completa II: prosa reunida. 2. ed. Teresina: Plug, 2007.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. Cidade e cultura. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro. (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003.

LUSTOSA, Oton. Impacto dos meios eletrônicos na cultura piauiense. In: SANTANA, Raimundo Nonato de. (Org.). *Apontamentos para a história cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003.

MONTE, Regianny Lima. *Teresina sob os anos de chumbo: as interfaces de uma modernização autoritária e excludente*. Monografia. (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

MORAIS, Luciana Patrícia de. Cultura alimentar e patrimônio: ressignificações do cotidiano. In: BORGES, Maria Eliza Linhares.

(Org.). *Campo e cidade na modernidade brasileira: literatura, vilas operárias, cultura alimentar, futebol, correspondência privada e cultura visual*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A censura e o rádio no Piauí. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. (Org.). *Encruzilhadas da História: rádio e memória*. Recife: Bagaço, 2006.

NUNES, Deusdeth. *Um prego na chuteira: patocas do futebol*. Teresina: Edição do Autor, 1979.

NUNES, Deusdeth. *A saideira: de bar em bar*. Teresina: Halley, 1997.

NUNES, Deusdeth. *Rádio calçada*. Teresina: Gráfica e Editora Júnior Ltda, 1995.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. *Folclore brasileiro Piauí*. 3.ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1999.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *Cartografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)*. Dissertação. (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2006.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. O carnaval em Teresina. In: EUGÊNIO, João Kennedy. (Org.). *História de vários feitios e circunstâncias*. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. A cidade do anoitecer ao romper da aurora. In: LIMA, Antônia Jesuíta de. (Org.). *Cidades brasileiras: atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TAVARES, Zózimo. *100 fatos que marcaram o Piauí* .3 ed. Teresina: Halley, 2000.

TITO FILHO, Arimatéia. *Teresina meu amor*. Teresina: Companhia Editora do Piauí, 1973.

VERNIERI, Sâmia de Brito Cardoso. *História da propaganda e da publicidade no Piauí*. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DEPOIMENTOS

ABREU, Agenor Vieira de. *Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento e Regianny Lima Monte*. Teresina, fev. 2009.

ABREU, Maria de Jesus Vieira de. *Depoimento concedido à Regianny Lima Monte*. Teresina, mar. 2009.

GONDINHO, Francisco de Assis Soares. *Depoimento concedido a Laécio Barros Dias e Regianny Lima Monte*. Teresina, jul. 2006.

MORAIS, Maria Creusa Monteiro de. *Depoimento concedido à Regianny Lima Monte*. Teresina, mar. 2009.

MUNIZ, Paulino Alves. *Depoimento concedido a Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina, abr. 2009.

RODRIGUES. Raimundo da Silva. *Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina, mar. 2009.

SILVA, Durval Venâncio da. *Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte*. Teresina, mar. 2009.

CAPÍTULO 9

UBERLÂNDIA UM OLHAR SOBRE A CIDADE: UBERLÂNDIA E SEUS ESPAÇOS NOS REFERENCIAIS CULTURAIS DE ALGUMAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS.

Célia Rocha Calvo¹²⁷

“... descrever Aglaura limitando-me ao que vi e experimentei pessoalmente deveria dizer que é uma cidade apagada, sem personalidade, colocada ali quase por acaso. Mas nem isso seria verdadeiro: tem certas horas , em certas ruas surge a suspeita de que ali há algo de inconfundível, de raro , talvez até de magnífico; sente-se o desejo de descobrir o que é, mas tudo o que se disse sobre Aglaura até agora aprisiona as palavras e obriga a rir em vez de falar. Por isso os habitantes sempre imaginam habitar numa Aglaura que só cresce em função do nome Aglaura e não se dão conta da Aglaura que cresce sobre o solo. E mesmo para mim , que gostaria de conservar as duas cidades distintas na mente, não resta alternativa senão falar de uma delas , porque a lembrança da outra , na ausência de palavras para fixá-la, perdeu-se”.

A preocupação do viajante em descrever uma cidade para alguém, distante daquela realidade vivida e experimentada,

¹²⁷ Professora do Instituto de Historia. Núcleo de Estudos e Pesquisa em História, Cidade e Trabalho. UFU.

parece ser um desafio e, também, uma escolha em não se deixar levar pelas imagens que apagam do imaginário da cidade outras possíveis marcas e significados, que poderiam ser dados aos espaços das relações dos seus habitantes. Isto é, no modo como a cidade se torna um lugar inscrito nos muitos discursos e imaginação, que se cruzam e se tornam fontes de referência para o olhar e a fala do narrador. Para este, há sempre uma escolha sendo realizada em seu trabalho de escrever sobre a cidade, procurando traduzi-la, a partir do contado com a multiplicidade dos discursos construídos sobre ela. Assim, é no interior dessa reflexão sobre como escrever a cidade que nasce a percepção do narrador, que, também, é expressiva de sua busca por conhecer a cidade que se planta no solo, no modo como aparece inscrita por aqueles que a valorizam e imaginam nos espaços dos seus viveres.

As palavras de Ítalo Calvino expressam um olhar e um sentimento, que me acompanharam durante grande parte do tempo em que passei a viver nessa cidade. Até 1992, morava em Jundiaí, uma cidade do Estado de São Paulo, trabalhando como professora de História da rede pública, no ensino de primeiro e segundo grau. Nessa época, também cursava o mestrado em história na PUC-SP, desenvolvendo uma pesquisa sobre as experiências de trabalhadores ferroviários, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, fundada naquela cidade no final do século passado⁽¹²⁸⁾. Quando me mudei para Uberlândia, trazia essa experiência e, na bagagem, uma série de expectativas que qualquer mudança implica: um novo ambiente, inscrito no convívio com professores e estudantes do colégio, onde passei a trabalhar; uma nova moradia, em bairro habitado por pessoas, com as quais passei a ter contatos rápidos, nas conversas sobre tempo, aumento do custo de vida, sobre a cidade de onde tinha vindo ou então sobre onde e no que trabalhava.

¹²⁸ CALVO, Célia R. TRABALHO E FERROVIA: A EXPERIÊNCIA DE SER FERROVIÁRIO DA COMPANHIA PAULISTA: 1870-1922. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1994.

No universo dessas relações quotidianas, no trabalho ou na vizinhança, passei a tomar contato com uma cidade que, até então, parecia como outra cidade, isto é, como um lugar diferente daquele em que estava acostumada a morar, e na qual me sentia como mais uma entre tantos que vieram para cá, em busca de trabalho e de melhores condições de vida, uma vez que a maioria das pessoas com quem conversava também diziam ser de outras cidades e regiões do país⁽¹²⁹⁾.

Assim, nesse tempo, um sentimento de estranheza em relação à cidade movia a minha curiosidade por conhecê-la. Sentimentos que me acompanhavam toda vez que andava nos espaços, procurando um caminho de ida para o trabalho ou de volta para casa, seguindo um rumo memorizado para orientar-me e, na dúvida, buscando as referências de uma rua, um cruzamento, um prédio, um estabelecimento comercial, dadas pelos moradores que sempre me perguntavam: você não é daqui? O que dificultava a escolha deles para me dar as suas referências. Quando procurava segui-las, acabava quase sempre me perdendo na cidade, visto que muitas dessas referências me levavam a buscar lugares sem expressão escrita na paisagem. Por vezes, as dificuldades de seguir essas referências, faziam com que eu percebesse o modo como Uberlândia era descrita nos lugares, nas referências a muitas cidades inscritas nos caminhos que me levavam a becos, praças e ruas, que não combinavam com os nomes e inscrições dadas pelos moradores.

Ao contrário dessa cidade referendada em fragmentos de lugares, nas notícias dos jornais locais, nas emissoras de TV e revistas de propaganda, chamava atenção o modo como Uberlândia era apresentada nas imagens de cidade progressista e moderna, cujos sentidos afirmavam-se na referência a sua localização geográfica, bem como ao perfil do empresariado, ligado às indústrias de telecomunicação, ao transporte e comércio de atacados e varejos, à agroindústria e à construção civil, dos

¹²⁹ A população de Uberlândia em 1992 era de aproximadamente 490 mil habitantes, segundo os dados do IBGE desse mesmo ano.

quais, a maioria figurava como precursores da história e do desenvolvimento da cidade⁽¹³⁰⁾.

Nos discursos impressos nesses meios de comunicação, os dados demográficos e as estatísticas sobre os índices de crescimento e expansão do capital articulavam a projeção de um símbolo: Uberlândia: Portal do Cerrado, no qual a sua localização geográfica tornava-se componente básico para instituir uma classificação para essa cidade, no ranking das demais cidades da região e do país e, também, introduzir e perpetuar valores associados ao perfil desses empresários e dos políticos, apresentados como chefes que conduziram os destinos da cidade. As imagens e símbolos ancoravam-se na necessidade vista, insistentemente, nas ações e propagandas desses grupos sociais em exprimir o plano da cidade, no leque das significações dadas ao tempo histórico, fabricando e recriando um imaginário social construído nos discursos sobre uma pretensa racionalidade técnica afirmada nos marcos de origem e fases do desenvolvimento econômico e cultural da cidade. (Bacsko, B 1985).

Incomodava o modo como, nesses discursos, Uberlândia era apresentada como um lugar ausente dos conflitos e contradições sociais, parecendo-se assim com a cidade imaginária descrita por Calvino, isto é, uma cidade resplandecida nas imagens de modernidade, que procuravam legitimar os poderes formados nesses sentidos e projeções, ao mesmo tempo em que buscavam intimidar as possibilidades de outros grupos e sujeitos sociais de traduzirem a cidade nos sentidos e significados de suas memórias e experiências sociais.

Como salientou RAMONEDA (1994) a cidade é sempre uma construção dos homens e, portanto, nunca pode ser apenas estritamente racional. Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é a característica das cidades, mas toda

¹³⁰ Refiro-me aos Jornais O CORREIO e o Jornal O TRIÂNGULO. As emissoras da Rede Globo – TV Triângulo e a Paranaíba – Rede Bandeirantes de Televisão.

mudança tem história e personagens, além de uma trama de desejos individuais e de projetos. (PROCAD. CULTURA, TRABALHO E CIDADE : MUITAS MEMÓRIAS, OUTRAS HISTÓRIAS. CAPES/2000)

Nessa perspectiva e conforme FENELON (1999) a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político. Pois ela é sempre o lugar da pluralidade e da diferença e por isto representa e constitui muito mais do que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda, mais importante, é valorizar a memória que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas também nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em suas ruas, avenidas, monumentos, equipamentos, ou nos seus espaços de convivência e no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade.

Compreendendo a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico o propósito deste texto é tecer uma reflexão não apenas retrospectiva e sim propositiva, isto é, que leve em consideração os percursos das transformações demarcadas nos espaços sociais, tendo como suporte as referências espaciais do plano da cidade presentificadas na paisagem, bem como nas memórias produzidas pelos vários segmentos sociais, buscando desta maneira explicitar algumas contradições do viver urbano, tanto o cotidiano e a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos, sensibilidades, religiosidades e crenças.

Olhando a cidade pelos ângulos dos mapas e guias, que têm como função orientar sobre a localização espacial da cidade, é possível dizer que esses instrumentos também estimulam a imaginação de quem está à procura do lugar de destino. Assim, os mapas carregam um conjunto de informações que, ao mesmo tempo, formam uma imagem sobre o território onde se situa a cidade, angulada nos referentes culturais, tanto daqueles que o produziram, como daquele que busca, nesse mapa, uma forma de orientar-se no espaço, que, segundo Milton Santos (1996), se realiza como

“um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço define como um conjunto de formas representativas de relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares”.

Nessa perspectiva, seguindo os caminhos do mapa do Estado de Minas Gerais, a primeira impressão sobre Uberlândia é de uma cidade que aparece conectada na região, geograficamente, conhecida como Triângulo Mineiro, pelas muitas rodovias que ligam essa região a outros Estados e a Brasília.

Nessa configuração, é possível perceber o modo como a cidade encontra-se intimamente relacionada aos traçados das rodovias federais Br050, a 365 e a 452, que articulam o seu território no rumo a outros lugares. A BR 050 vem de Brasília e atravessa várias cidades do sudeste de Goiás, passando por Araguari até Uberaba, que delimita o Estado de Minas Gerais e São Paulo.

Nesses traçados, Uberlândia situa-se na beira desses caminhos, uma vez que o seu plano interno é demarcado nos contornos dessas estradas, cujo movimento é expresso, diariamente, na circulação de mercadorias e das pessoas, que entram e saem desta cidade em direção a outras cidades da região ou para outros estados. Os entroncamentos das rodovias atuam como marcadores simbólicos, pois exprime o modo como a cidade se organiza no espaço e, simultaneamente, num tempo que se torna visível, nesse movimento constante de uma população flutuante, bem maior, do que os seiscentos mil habitantes, que residem nela, segundo os dados do último censo do IBGE. Nesses entroncamentos, a confluência e dispersão das pessoas aparecem na quantidade e diversidade de carros particulares e caminhões, com as carrocerias fechadas, carregando os produtos e outros bens da região.

Chegando à cidade, a vista prende-se a uma paisagem destacada nas alturas dos diversos prédios e na percepção dos muitos bairros de moradia de grande parte dos seus habitantes,

localizados na orla das rodovias, nas quais as placas de sinalização apontam a direção: Luizote de Freitas, Santa Luzia, Segismundo Pereira, Santa Mônica, Custódio Pereira. Estes nomes de personagens e de santos dizem muito pouco sobre o modo como os seus moradores foram modificando esses lugares construídos, no final dos anos setenta, como conjuntos habitacionais e pelos loteamentos financiados com os recursos do BNH. Essas áreas situam-se bem distantes do centro e próximas às áreas que também podem ser percebidas nas placas de indicação sobre o lugar ocupado pelas indústrias, o distrito industrial, cujas empresas estão vinculadas à agroindústria, à rede de comércio a varejo e atacadista de serviços, em especial, à empresa de comunicação e propaganda. Tais Empresas são identificadas nos logotipos e identificação dos caminhões e outdoors de propaganda encontrados circulando na cidade ou nas rodovias federais.

A conexão entre as áreas do centro e da periferia é realizada pelas avenidas Rondon Pacheco, João Naves D'Ávila e Monsenhor Eduardo, que traçam a cidade nos sentidos norte-sul, leste-oeste. Entrando por essas vias de carro, a impressão é de que Uberlândia não tem um centro definido, isto é, um lugar que dê ao viajante a sensação de estar na cidade. Ao contrário disso, esse só pode percebê-la em pedaços, pois o que prevalece como sua principal característica é justamente a ausência dessa percepção, devido ao modo como a vida urbana se constitui nos espaços da cidade.

Na pesquisa realizada em diferentes registros oficiais, como, por exemplo, os diagnósticos e mapas de planejamento urbano foi possível identificar a articulação entre as políticas de ordenamento dos espaços com os projetos implementados a partir dos anos sessenta, quando a cidade passou a ser arquitetada para receber o capital externo, cujo marco simbólico encontra-se na implantação da multinacional Souza Cruz, em 1978 e, posteriormente, das empresas ligadas à produção de equipamentos técnicos e insumos agrícolas⁽¹³¹⁾. O empresariado ligado a esse setor enriqueceu na esteira desses investimentos que premiam por aumentar as taxas de

¹³¹ Relação das indústrias no Caderno de Comemoração da ACIUB (Ass. Comercial e Industrial de Uberlândia).

acumulação, por meio das transações que envolviam também as construções de obras públicas. Nesse processo, à medida que Uberlândia foi ampliando seus contornos geográficos, também se colocava como mais uma, entre tantas cidades, a moldar sua fisionomia nos parâmetros das políticas de ditatoriais por meio das quais o capital privado elevou o seu patrimônio.

Nos dados do IBGE, em 1960, Uberlândia era predominantemente urbana e contava com 88.202 mil habitantes; em 1970, esse número aumentou para 142 mil habitantes e, em 1980, foi para 240.861. De acordo com Milton Santos, o crescimento urbano das cidades contemporâneas esteve vinculado às transformações estruturais da sociedade, ocorridas em virtude da implementação e desenvolvimento dos projetos técnicos-científicos, que promoveram o aumento das taxas de urbanização. (Santos, M. 1996)

Ainda nos dizeres do geógrafo o avanço das relações capitalistas tanto no campo como na cidade foi em grande medida responsável pelo fato da sociedade torna-se praticamente urbana, a partir das últimas décadas do século XX. Segundo ele,

Alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de um longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. Depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX, evolução quase contemporânea da fase atual de macrourbanização e metropolização. O Turbilhão demográfico e a terceirização são fatos notáveis. A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mas que a separação tradicional de um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje no País, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas) (...)” (Santos, 1996)

As paisagens de muitas cidades passaram a evidenciar as mudanças ocorridas em toda a sociedade (LEFEBVRE, 1991p.

51) devido ao acelerado processo de expansão de suas áreas induzido pelo mercado: setor imobiliário, do setor de serviços e de bens de consumo. Em termos de ocupação, o deslocamento das classes dominantes, como também das antigas classes médias para novas áreas promoveu a criação de novas centralidades dotadas, por exemplo, com equipamentos ligados às novas tecnologias da construção civil e sob a lógica da ocupação vertical, por conglomerados de prédios ou ainda condomínios horizontais dotados por uma rede de serviços e comércio vinculados ao uso destas classes sociais. (VILLAÇA, F 2001)

Desta maneira poderíamos dizer que as transformações ocorridas fizeram com que muitas cidades se transformassem em cidades intermediárias e isso não se deu de modo espontâneo ou desordenado já que representa o movimento de produção social de novos espaços dotados de uma “estética” urbana vinculada aos padrões de uso e de consumo das classes sociais que se hegemonizaram neste processo histórico. A criação das novas centralidades compõe esta dinâmica de expansão das cidades já que é neste movimento que a reprodução da divisão social do trabalho é intensificada nestes espaços. Viver nas cidades médias ou metropolitanas morando em bairros afastados do “antigo” centro urbano passou a significar, para muitos, a concretização do sonho liberal de habitar espaços aparentemente distantes das tensões e contradições da vida urbana. Ou de um “sonho” de viver em cidades “planejadas” em formatos e projetos ancorados nas premissas ideológicas do urbanismo moderno, assentado em diferentes matrizes norte americanas e européias. (Harvey, 1989)

Nesse processo a cidade de Uberlândia estava experimentando essas mudanças realizada pelo volume de investimentos do capital, que fizeram com que se destacasse na região, atraindo levas de trabalhadores, que vinham para trabalhar na construção civil, nos ramos que começavam a despontar, principalmente, nos serviços públicos e de transporte e circulação de mercadorias. SAMPAIO (1985)

Assim, o desenho da cidade, pensado no processo de transformações ocorridas nessas décadas, expressa tanto o modo como seus novos e antigos moradores foram experimentando e se apropriando dos espaços, nas diferentes práticas e possibilidades

sociais, vinculadas a essas condições históricas, como também os planos de uma cartografia ordenada na cristalização em seu território dos projetos dominantes, que provocaram o crescimento urbano e o fortalecimento dos interesses projetados nesse processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital, ancorado na política do regime militar, que, segundo Marilena Chauí (1986, P. 49),

“(…) se apoiava numa ideologia de cunho geopolítica, expressa na doutrina de segurança nacional com a pretensão de promover o Brasil a condição de potência, no ano 2000, feito que seria conseguido graças a idéia desenvolvimento nacional (o ‘milagre’ e a dívida), integração nacional (isto é, centralização das decisões sócio políticas, consideradas como meras questões técnicas) e segurança nacional (anticomunismo). Modelo que previa o desenvolvimento econômico a partir do endividamento externo, tendo como tripé o Estado – multinacionais – indústrias nacionais.

Nesse sentido, observa-se que a cidade de Uberlândia apresenta uma conformação física que expressa as mudanças ocasionadas pela intervenção de muitos projetos, mas, sobretudo, daqueles implantados durante os governos militares que se traduziram nas ações dos grupos econômicos que compartilhavam dos mesmos interesses e que se enriqueceram com as construções e financiamentos de obras modernas que emergiam, nessas décadas, com um forte apelo à integração nacional, expressivo da ideologia de um regime autoritário, imposto à sociedade brasileira.

Desse modo a construção de novos espaços mudou o plano da cidade. Os sentidos dessa mudança formulam-se nos diversos suportes da memória social, como, por exemplo, nos instrumentos de propaganda públicos e privados, em muitos eventos culturais, nas políticas que predominam nas ações de tombamento do patrimônio histórico, nos monumentos construídos nas praças públicas e centrais e nas narrativas de seus habitantes.

Andando pelos espaços do centro da cidade é possível notar a presença de diferentes suportes de memórias, bem como os diversos sentidos atribuídos a esse processo de mudanças, tanto nos monumentos construídos nas praças, como nas narrativas de alguns moradores que entrevistei. Nesses espaços é possível perceber como o tempo histórico é inscrito na paisagem, nos monumentos e nos significados atribuídos por aqueles que, gentilmente, conversaram comigo.

Assim, a Praça Tubal Vilela recebe o nome do homem público que administrou a cidade, nos anos cinquenta, promovendo a implantação dos projetos de modernização, defendidos como planos de metas para o desenvolvimento econômico do país. Tempo que também se inscreve no monumento construído em homenagem ao presidente Juscelino Kubitschek, cuja placa o identifica como patrono da Academia de Letras, que se destaca por ficar num local mais central, bem à mostra dos que estão a passar. A referência à sua memória, ainda se encontra gravada em outros espaços em torno da Praça Tubal Vilela, de onde se pode ver, em letras garrafais, o Hotel "Presidente", um dos mais importantes no final da década de sessenta. Do outro lado, vê-se ainda outro prédio, construído na mesma década para servir de moradia às classes médias emergentes nesse período. Sua arquitetura não parece tão ostensiva, contudo o nome do seu proprietário apresenta-se como referência na indicação, lembrando que fora um prefeito da cidade, Tubal Vilela, que, além de grande empresário ligado ao ramo do capital imobiliário, representava na cidade uma das lideranças do partido PSD. Tais monumentos e inscrições expressam a tentativa em perpetuar na cidade a memória daqueles, cujos nomes expressam esses poderes ou, como diz Le Goff (1996, p.535) *"(...) herança do passado ligando o presente aos tempos de perpetuação desses poderes de modo voluntário ou involuntário (...), simbolizando um legado à memória coletiva"*.

Contudo, se, por um lado, a praça é simbolizada nesses marcos do poder, deixados em forma de monumentos, por outro, o movimento diário dos seus moradores exprime outros usos e sentidos dados ao tempo de construção desses espaços. Os usos ficam visíveis nas cenas que envolvem uma multiplicidade de gente

encontrada por ali, como as ciganas que abordam as pessoas, na tentativa de ler a sorte, dividindo o espaço com os trabalhadores aposentados, que vendem sorvete e doces para os que estão por ali, esperando o coletivo para irem aos bairros periféricos distantes do centro. Outras cenas reportam ainda os usos dos casais de namorados nos bancos perto das árvores, dos estudantes que ficam por ali, esperando o horário da escola pública – Bueno Brandão – dos aposentados que jogam damas, dos jornaleiros com suas bancas de jornais, por vezes, rodeadas pelos trabalhadores desempregados, que lêem as notícias em destaque nos vários jornais vendidos.

No universo dessas relações, o espaço também é marcado pelos estilos daqueles que trabalham nos escritórios, no comércio e nas atividades de serviços, como consultórios e hospitais privados localizados próximos dali. As figuras desses homens distinguem-se no uso de suas vestimentas, geralmente, com os seus telefones celulares e pastas de mão. As mulheres que trabalham na rede de loja e bancos também usam a praça como lugar de passagem. Algumas são identificadas devido ao uso dos uniformes das Casas Pernambucanas ou das Lojas Americanas, esta última na esquina da praça. Nesse espaço, é possível, também, ouvir canções de músicos de outras cidades, que aumentam o som dos seus instrumentos, disputando 'os ouvidos' de quem passa com os barulhos dos carros que circulam nas avenidas

. Nas entrevistas realizadas com os moradores, os sentidos dados ao espaço articulam-se ao tempo de suas vivências na cidade:

“(…) Ah, na praça Tubal Vilela tem um prédio aqui né? aquele que era o maior prédio de Uberlândia, a gente sentava aqui na praça só pra ficar olhando esse prédio (....) (risos) Era, o divertimento, dia de domingo (..) É, a praça Tubal Vilela, girava quase tudo em volta dessa praça (...) aqui era a Igreja, tinha uma casa de uma menina que é colega nossa, e aqui tinha a casa

daquela velha que usava como pensionato (...) hoje é tudo (...)"⁽¹³²⁾.

Nessas referências, um dos sentidos dados ao prédio Tubal Vilela e à praça é demarcado na percepção de um tempo de mudanças das relações na cidade. Nas lembranças, o prédio aparece como uma atração nova, já que era uma construção que mudava a paisagem da cidade, despontando sobre esta os primeiros sinais da verticalização que passou a ser comum no presente⁽¹³³⁾. A praça apresenta-se como um lugar onde a vida da cidade se fazia nas relações com os demais moradores, os amigos que pertenciam à mesma geração. Além disso, esse espaço também carrega os significados das diferentes práticas que ali se realizavam aos domingos, no divertimento, depois da missa na Igreja da Matriz. Sob esse ângulo, as lembranças trazem não só um tempo em que esses espaços simbolizavam as mudanças, como também a permanência das relações vividas pelos moradores, pois tudo girava ali. Dessa maneira, o espaço é carregado por uma gama de outros significados que se referenciam nele outros sentidos, uma vez que se trata de outras memórias diferentes daquela que se ancora nos marcos do poder, ali representado nos seus monumentos.

Na entrevista com outra moradora de um dos prédios construídos nos anos oitenta, o olhar sobre aquele espaço, da janela do seu apartamento, trouxe-lhe recordações sobre as

¹³² Edilamar Resende, 46 anos, aposentada, nascida em Uberlândia em 1952, na rua Ipiranga, próxima ao centro da cidade. Formou-se professora de Educação Física e trabalhou na ESEBA Escola de Educação Básica da UFU. Reside no bairro Progresso próximo ao Campus Santa Mônica da UFU. Entrevista realizada dia 4 de setembro de 1998. Fita n. 1/98 acervo da pesquisa.

¹³³ O prédio Tubal Vilela foi um dos primeiros prédio de apartamento a serem construídos no início da década de sessenta, marcando, assim, o momento da verticalização da cidade. Conf. SOARES, Beatriz Ribeiro. *UBERLÂNDIA: "DA CIDADE JARDIM" AO "PORTAL DO CERRADO"*: Imagens e representações no Triângulo Mineiro. Doutorado. São Paulo: USP-SP, 1995.

práticas e viveres considerados num tempo de mudanças e permanências na vida social da cidade, alinhavadas no leque das recordações que marcaram a sua experiência social. Essa moradora tinha, no universo dessas relações de diferenças, um lugar no qual se orientava na cidade:

“Ah! Uberlândia sempre foi uma cidade assim de “Coronelismo”, né? É uma cidade em que a diferença social é sutil, quer dizer, ela não é falada, né? Mas ela existe e é bem rígida, né? E a gente sabe disso, né? As famílias mais importantes tinham seus hábitos seus costumes, né? E, não havia mistura, né?”.⁽¹³⁴⁾

Nesses testemunhos, o espaço é traduzido no modo como essa moradora concebe as relações de poder, apresentando a cidade no universo das famílias, identificadas nos costumes e hábitos, interpretados como práticas que mantinham o controle sobre a vida social, da qual se recorda no tempo de sua juventude:

“(…) porque na época que a gente era jovem aqui na “Afonso Pena”, em frente onde era o Bradesco era o “Cine Uberlândia”, né? Durante muitos anos, era o cinema mais chique da cidade, né? Um prédio imenso! Era um cinema imenso, muito alto! Né? Se eu não me lembro bem, uns dois mil lugares, mil e tantos lugares isso eu num sei, números não é o meu forte (risos) mas (...) então aqui na porta do cinema era o, o que a gente fala o “footing”, né? Quer dizer o passeio, as moças passavam, não é? E os rapazes ficavam nas na rua, né? E apreciando vai e vem dali surgiam os namoros e etc., né? Né? E aqui também no jardim, né? Só que não chamava ainda “Tubal Vilela” era a “Praça da República”, né? Teve vários nomes, (risos) então, é, havia esse “footing” e a gente passeava e tudo, mas havia uma separação: do lado do passeio de baixo passeavam os

¹³⁴Geralda Maria, natural de Uberlândia, professora aposentada da UFU.

brancos e do lado do passeio de cima passeavam os negros, certo?"¹³⁵

Para essa moradora, as práticas sociais que não mais pontuam aquele espaço, como um lugar segregado no uso de brancos e pretos, aparecem como diferenças que não mais se tornam visíveis no local onde essas práticas se faziam representar. Em sua narrativa, o que mereceu atenção foi a descrição de um cenário referenciado nas imagens que aparecem sobre o cinema ostentoso e ponto chique da cidade, sendo este ocupado, atualmente, por um estabelecimento bancário, como também os traçados das ruas e o jardim da praça, referidos nos vários nomes vinculados às mudanças políticas das instituições e de seus representantes. Era nesse cenário que a divisão social se tornava visível no movimento do vai-e-vem dos rapazes e moças que faziam dos passeios, nas calçadas e na praça, uma maneira de demarcar as suas diferenças sociais, vistas como um tempo que marcava aquele espaço. O tempo, recordado naquele espaço, explicita a maneira como essa moradora concebe o presente na sua identificação com o passado, uma vez que, na apresentação que faz da cidade, o ângulo principal fora o modo como percebia as relações de poder, por meio das quais conseguia orientar-se, apontando, assim, o lado que ocupava na rua, quando percebia essa segregação.

Nessa narrativa, as referências dimensionam esse espaço no ângulo das relações que se constituíam nele e que podiam também expressar o modo como diferentes sujeitos disputavam um lugar, que carregava, na própria arquitetura, a forma como foi construído para o uso exclusivo dos brancos da cidade.

Nas entrevistas realizadas no centro da cidade, com trabalhadores aposentados que moram na periferia, pude perceber outras formas de apresentar a cidade, apontadas no modo como explicavam os seus vínculos com a mesma.

¹³⁵ idem, idem.

“(…) Quando eu vim pra Uberlândia, não tinha nenhum prédio. Tinha um prédio que era o Tubal Vilela e a Drogasil que é pregado, do lado de lá, né? (…) Pois é, eles tava em construção, que até eu já trabalhei lá, pouco tempo também, no Rosa Maria. Mas a evolução foi demais! Nossa Senhora! Não existia bairro quase nada, (…) Agora, a cidade tá perdida de vista, né?”⁽¹³⁶⁾

Reportando-se à paisagem, esse trabalhador identifica no prédio um sinal de reconhecimento de um tempo, que expressa a cidade em que chegou, como também aquela em que vive no presente. Ele foi um dos muitos que aqui chegaram para trabalhar nos prédios que despontavam na cidade, na década de sessenta, como sinal da modernidade. Para esses trabalhadores, retirantes de outras cidades, a praça Tubal Vilela recebe um outro sentido. Ali era o ponto de referência para conseguirem trabalho, nos vários prédios que estavam em construção.

“(…) aí fiquei ali na praça, trabalhando assim de ambulante na praça, pegava um telhado dum, d’outro, nos Garcia mesmo trabalhei uma porção de tempo assim (…) trabalhava acabava o serviço parava uns pouco, depois eles me chamava atrás, assim graças a Deus, eu sou um homem trabalhador, honesto, cumprindo com meus dever, né?”⁽¹³⁷⁾

“Na praça (…) consegui os emprego, as amizades (…) é (…) a gente ficava conversando com os amigos que

¹³⁶ Sr. Nativo, nasceu em Piuí. MG. - 75 anos, profissão carpinteiro, veio para Uberlândia com a família em 1961. Trabalhou como na construção civil, foi morar no Bairro Martins. Ingressou como ajudante geral na empresa Reimassas, onde se aposentou. Sua entrevista foi realizada na sede do Sindicato da Alimentação, onde seu nome figura entre os primeiros filiados. Ele mora num dos bairros periféricos da cidade. Entrevista realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Uberlândia. 20/09/1995. Fita n. 01/95 Acervo da Pesquisa. CRC. Udia. MG.

¹³⁷ Idem.

sentava nos banquinhos lá, sentava debaixo das árvores (...)"⁽¹³⁸⁾.

As lembranças dessa praça traduzem o espaço nas referências às possibilidades que buscavam encontrar nas relações com aqueles que já trabalhavam em Uberlândia. Nesse ângulo, a praça Tubal Vilela é vista como um lugar que, nessa época, se constituía num campo das necessidades e dos interesses desses trabalhadores, que viam o processo de mudança da cidade com a expectativa de mudar de vida, ainda que fosse para trabalhar num ramo que não fazia parte das experiências que traziam, quando chegavam à cidade. Como me contou o Sr. Nativo que o desafio dele, quando ia trabalhar nas construções, era aprender uma profissão diferente daquela que realizava na sua cidade natal. Lá era carpinteiro, cuja especialidade era o conserto das peças de carroças:

"Trabaiava de carpinteiro, maderamento de casa, trabalhei com meu pai também, uma porção de ano, fazendo carro-de-boi, então aprendi com meu pai fazer

¹³⁸ Sr. Jorge Lima 68 anos, funcionário público aposentado da UFU. Mora no Bairro Pampulha, próximo ao Parque do Camaru. Ingresso na Universidade como trabalhador do setor de obras, antes, porém, trabalhou em vários lugares na cidade, na construção civil. Veio da região próxima a cidade de Tupaciguara com a família em 1960. Lá era trabalhador rural. Em Uberlândia, trabalhou na construção de alguns prédios no centro e também na construção da cidade industrial - conjunto habitacional Industrial, da Cadeia Pública e no campi da UFU. Morou em diversos bairros que, nesse tempo, estavam se formando no setor norte e leste da cidade, como o Tibery e o Santa Mônica, o primeiro próximo a Rodovia BR050, e o segundo, próximo ao campus Santa Mônica da UFU. Próximo a sua casa, possui uma vaca leiteira. Sua esposa faz queijo e ele os vende para os conhecidos na Universidade. Segundo ele, esse comércio é uma maneira de complementar a renda e também manter um vínculo com o trabalho de que mais gosta, que é 'lidar com coisas da roça'. Realizei duas entrevistas com ele. A primeira no evento do aniversário da cidade realizado no Parque Camaru, em 1997, e a segunda em sua casa, no dia 07/09/1998. Fita nº. 16.4 e 19/98 Acervo da Pesquisa. CRC.

carro-de-boi, aí depois que eu vim pra aqui não tinha serviço de carro-de-boi, então, nunca mais fiz carro de boi”.⁽¹³⁹⁾

As habilidades apreendidas nas relações familiares, na pequena cidade de Piuí, serviram de base para aprender a outra que, segundo ele, exigia mais dele. Em Uberlândia, ele ia se deixando envolver, por necessidade e também por escolha, numa função que demandava mais um estilo urbano, que se desenrolava nas relações por meio das quais também construía sua identidade social de ser um bom trabalhador:

“A marcenaria tem muita ciência, a carpintaria também tem. É, ciência assim, acabamento, certo? já a carpintaria é uma coisa mais grossa, vamos dizer assim é serviço de, serrote e martelo, já a marcenaria não. marcenaria, é o móvel, é coisa de acabamento (...)”⁽¹⁴⁰⁾

Dialogando com trabalhadores aposentados, fui percebendo que, ao assinalarem esta cidade nas referências aos espaços, que, com seu trabalho, ajudaram a construir, o centro da cidade era carregado pelas muitas marcas humanas, que traduziam em formas desafios, expectativas e incertezas, sendo estes sentimentos que figuravam quando falavam sobre as alturas e quantidade de prédios, na cidade.

“Eu trabalhei, vamos supôs que tem um prédio de frente aqui, eu trabalhei nele, descendo a Floriano Peixoto (...) ficou isso aqui, aqui ela vira pra cá, né (...) aqui passa (...) a praça tá aqui não é? É o centro. Aí (...) essa rua debaixo aqui é a Afonso Pena, é Afonso Pena, então trabalhei aqui de frente num prédio aqui, trabalhei no prédio, trabalhei aonde é hoje (...) é (...) é uma escola hoje, é hoje, beirando lá, que hoje desmancharam, que hoje é o Hotel Presidente, qui tá mais pra baixo aqui, num tá? Já tá na, na, na (...)”

¹³⁹ Sr. Nativo, conforme citado anteriormente.

¹⁴⁰ idem

naquela ruinha ali ó. Na Floriano Peixoto aqui em baixo eu trabalhei na, na Santos Dumont, é Santos Dumont não tem um prédio? Que atravessa aqui mais ou menos, que pega a Floriano Peixoto e sai na Afonso Pena, aqui mesmo (...) Trabalhei aqui em cima onde eu ganhei muito dinheiro, eu ganhei muito dinheiro nesse prédio que eu trabalhava lá.⁽¹⁴¹⁾

As avenidas e o Hotel Presidente ganham significados de marcos de uma cidade na qual esse morador se reconhece no momento em que também se transformava em operário da construção civil. Nesse sentido, o centro transforma-se num lugar do reconhecimento dos territórios, constituídos em vista das possibilidades, que se apresentavam, para muitos, que, como o senhor Jorge, eram trabalhadores agrícolas e que, nos anos sessenta, procuravam a cidade para encontrar nela um trabalho e construir uma vida melhor.

Desse modo, quando se anda na cidade nos caminhos das referências dos seus moradores, as imagens positivas, construídas para ela ficam ofuscadas, em relação às imagens das memórias sobre os mesmos espaços. No contraste entre essas imagens, nota-se o modo como a cidade se transforma num lugar demarcado nos muitos e diferentes sentidos dados ao tempo histórico, isto é, ao tempo de sua construção, e que apresentam na maneira como esses sujeitos exprimem nela os referenciais inscritos por suas culturas e experiências sociais.

8.2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACSKO, Bronslaw. Imaginação Social. In: ENCICLOPÉDIA 5 ANTHROPOS – HOMEM EINAUDI. Lisboa, Imprensa Nacional. Casa da Moeda. 1985. p. 309

CHAUÍ, M. CONFORMISMO E RESISTÊNCIA: Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

¹⁴¹ Sr. Jorge Lima, conforme citado anteriormente.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação. Revista Projeto História. Programa de Estudos Pós-graduados em História, Departamento de História, PUC-SP, São Paulo, EDUC, n. 4, jun. 1985.

_____. Políticas culturais e patrimônio histórico. Direito à memória. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, SMC, PMSP, 1992.

_____. Introdução; Cidades. Pesquisa em História. Programa de Estudos Pós-graduados em História, PUC-SP, São Paulo, Editora Olho D'água, n. 1, 1999.

_____ et al. (Org.) Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho D'Água, 2005a.

LE GOFF, Jacques. HISTÓRIA E MEMÓRIA. Campinas. Editora da Unicamp. 4ª ed., 1996 p.535

PROCAD. CULTURA, TRABALHO E CIDADE : MUITAS MEMÓRIAS, OUTRAS HISTÓRIAS.CAPES/2000

SAMPAIO, Roberto Cury. MIGRAÇÕES INTERNAS NO TRIÂNGULO MINEIRO: Análise Demográfica e Econômica,1960-1970, mimeo. Minas Gerais: CEPLAN/UFMG,1985

SANTOS, Milton. POR UMA GEOGRAFIA NOVA. São Paulo. Editora Hucitec. 5ª ed., 1996. p.123

SANTOS, Milton. Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. A natureza do espaço. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

Telles, Vera Silva: Pobreza e Cidadania: figurações da questão social no Brasil Moderno. In Direitos Sociais. Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

Villaça, Flavio, Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo, Nobel Fapesp Lincoln Institute of Land Policy, 2 ed. São Paulo, 2001.

Antonio Clarindo Barbosa de Souza, licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (1987), mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1993) e doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Campina Grande e professor do Programa de Pós-graduação em História da UFCG.

Célia Rocha Calvo, doutora em História Social pela PUC-SP. Pós-Doutora em História, UFMG. Profa. Associada no Instituto de História e Integrante da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em História da UFU. Atualmente coordena o Núcleo de Estudos em História, Trabalho e Cidade. Neste campo de atuação tenho me dedicado aos trabalhos de formação de historiadores nos cursos de graduação, mestrado e doutorado, como também nas atividades de orientação e desenvolvimentos de projetos de pesquisas que tem como eixo temático: Culturas, Cidades e Trabalhadores.

Diego Finder Historiador, graduado pela Universidade da Região de Joinville em 2006. Em 2009, mestre em História pelo PPGH UDESC, com dissertação que versa sobre as comemorações do Sesquicentenário de Joinville. Desenvolveu diversos projetos de pesquisa sobre a temática do patrimônio cultural, com ênfase no estudo sobre as manifestações contemporâneas das sensibilidades em relação ao passado. Dentre os trabalhos publicados, destacam-se os artigos sobre memória urbana joinvilense e sobre os seus museus. Atualmente trabalha na Fundação Cultural de Joinville no cargo de Gerente da Unidade de Patrimônio Cultural. É membro titular do Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville (CMPC-Jlle) e vice-presidente da

Comissão Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural de Joinville (COMPHAAN).

Emerson Campos, graduado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1997), mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e doutor pela História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003). Também é graduado em Engenharia Civil pela UFSC(1995). Atualmente é pesquisador da Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de SC - FAPESC, e Professor Associado (quadro permanente) da UDESC. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: Cidades, Migrações, História Cultural, Teoria da História e Imagens e Expressões Gráficas como Fontes à História

Fabiano Quadros Ruckert, mestre em História pela UNISINOS; doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS; professor da Rede Pública de Ensino de São Leopoldo.

Luiz Felipe Falcão, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1998), é professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, pesquisando os seguintes temas no âmbito da História do Tempo Presente: história oral, memória, cultura, identidade, cidade, esferas e resistência à ditadura.

Lenita Maria Rodrigues Calado, licenciada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em História, Mestra em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Sua dissertação resultou no livro: "Era uma feira aonde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua Feira Livre Central" que será publicado em

2012 pela Editora da UFGD. Pesquisa sobre a cidade de Campo Grande, MS, nas linhas de História Cultural, História Oral e História Urbana. Atua como professora na Universidade Anhanguera - UNIDERP.

Marluza Marques Harres, doutora em História pela UFRGS; professora e pesquisadora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

Regianny Lima Monte, mestre em história do Brasil pela Universidade federal do Piauí – UFPI. Atua na área de pesquisa sobre História, Cidade e Memória, Brasil Contemporâneo, com artigos publicados em livros, revistas e anais e congressos na área. Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI.

Renato Marinho Brandão Santos, mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde desenvolveu projeto sobre a gestão do espaço urbano natalense entre 1904 e 1929. Atualmente, é professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), campus Caicó, e membro do grupo de pesquisa Os espaços na modernidade (UFRN).